



SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

Brasília – DF

2020

Ministério do Desenvolvimento Regional – órgão vinculador
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – unidade prestadora de contas

Relatório de Gestão do exercício de 2019

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 178/2019, da DN TCU nº 182/2020, da DN TCU nº 183/2020, da Portaria TCU nº 378/2019, do documento Relatório de Gestão – Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 500/2016.

Relatório de Gestão elaborado sob a responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco.

Brasília – DF

2020

LISTA DE SIGLAS

CEF	Caixa Econômica Federal
CGRCI	Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade
COARIDE	Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
Condel/Sudeco	Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
CGU	Controladoria-Geral da União
DA	Diretoria de Administração
DIPGF	Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos
DPA	Diretoria de Planejamento e Avaliação
Enap	Escola Nacional de Administração Pública
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FDCO	Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
NAD	Núcleo para Assuntos Disciplinares
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PJ	Pessoa Jurídica
PRDCO	Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal
Sudeco	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TST	Tribunal Superior do Trabalho

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Limites máximos de participação do FDCO conforme o setor da economia e a localização do empreendimento	42
Quadro 2 – Relatório de Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste em 2019.....	43
Quadro 3 – Desembolsos realizados no exercício de 2019	44
Quadro 4 – Resumo das Consultas Prévias (posição em 31.12.2019)	45
Quadro 5 – Empenhos realizados no exercício de 2019	48
Quadro 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa	59
Quadro 7 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos.....	59
Quadro 8 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos.....	59
Quadro 9 – Transferências e Delegações Recebidas.....	59
Quadro 10 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	60
Quadro 11 – Capacitações por setor requisitante	61
Quadro 12 – Detalhamento dos setores requisitantes.....	62
Quadro 13 – Força de trabalho por situação funcional	65
Quadro 14 – Força de trabalho por faixa salarial	66
Quadro 15 – Licitações e contratações de 2019	73
Quadro 16 – Novas licitações e contratações de 2019*	73
Quadro 17 – Contratações diretas de 2019.....	74
Quadro 18 – Levantamento dos riscos da Sudeco.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição do orçamento da Sudeco (valores em milhões de reais)	15
Gráfico 2 – Restos a pagar	37
Gráfico 3 – Empenhos	38
Gráfico 4 – Pagamentos	38
Gráfico 5 – Execução orçamentária por grupo de despesa	40
Gráfico 6 – Contratações do FDCO – Saldo Acumulado – 2013 a 2019.....	46
Gráfico 7 – Percentual de valores por tipologia dos municípios beneficiados – PNDR.....	46
Gráfico 8 – Percentual de contratações por tipologia dos municípios beneficiados – PNDR	47
Gráfico 9 – Percentual de capacitações por setor requisitante	61
Gráfico 10 – Força de trabalho por plano de carreira	65
Gráfico 11 – Força de trabalho por perfil etário.....	67
Gráfico 12 – Força de trabalho por perfil étnico	67
Gráfico 13 – Força de trabalho por unidade de lotação	68
Gráfico 14 – Gasto com pessoal.....	69
Gráfico 15 – Gasto com pessoal por elemento da despesa	69
Gráfico 16 – Evolução do gasto com pessoal	69
Gráfico 17 – Estágios da despesa	77
Gráfico 18 – Despesas pagas por Grupo de Natureza da Despesa.....	77
Gráfico 19 – Ativo Total	78
Gráfico 20 – Composição do Ativo.....	78

SUMÁRIO

1 – Mensagem do dirigente máximo	6
2 – Visão geral organizacional e ambiente externo.....	8
2.1 – Visão geral sobre a Sudeco.....	8
2.2 – Eventos que se destacaram em 2019	10
3 – Governança, estratégia e alocação de recursos	14
4 – Riscos, oportunidades e perspectivas	24
4.1 – Gestão de riscos	24
4.2 – Oportunidades.....	27
5 – Resultados e desempenho da gestão.....	29
5.1 – Resultados em 2019.....	29
5.2 – Gestão orçamentária e financeira	37
5.3 – Gestão de fundos	41
5.4 – Gestão de pessoas	60
5.5 – Gestão de licitações e contratos.....	72
5.6 – Gestão de patrimônio e infraestrutura	74
5.7 – Gestão da tecnologia da informação (TI)	74
5.8 – Gestão de custos	75
5.9 – Sustentabilidade.....	76
6 – Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	76
6.1 – Resumo da situação financeira contábil	76
6.2 – Normas legais e técnicas adotadas.....	79
6.3 – Informações acerca do setor de contabilidade	80
6.4 – Localização dos balanços, demonstrações e notas explicativas	80
7 – Anexos e apêndices	81
7.1 – Anexo referente ao capítulo 4 – Riscos, oportunidades e perspectivas.....	81
7.2 – Anexo referente ao capítulo 6 – Informações orçamentárias, financeiras e contábeis.....	107

1 – Mensagem do dirigente máximo

O Relatório de Gestão, além de ser um documento que busca sistematizar todas as atividades desenvolvidas no período de um ano pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, tem uma importância que vai além da prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo, como a Controladoria Geral da União – CGU e o Tribunal de Contas da União – TCU. A elaboração do documento exige dos gestores, inclusive do gestor máximo da Autarquia, total atenção e visão completa do desempenho de cada setor, de cada área, de cada diretoria e da Autarquia como um todo.

Em seu Planejamento Estratégico, construído a partir das disposições contidas na Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Sudeco tem como missão, promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, de forma incluyente e sustentável, e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais, utilizando-se para tanto das ações articuladas entre setor público e privado, a sociedade civil organizada e organismos internacionais, elaborando, coordenando e gerenciando programas e ações, apoiando e estimulando investimentos.

Esse deve ser o seu papel, sob a ótica da ética e da transparência, observando o tripé do desenvolvimento “sustentável, econômico e social”, com postura inovadora, buscando em suas ações, a eficiência e a eficácia, dando efetividade aos programas e às políticas públicas, sempre em ação coordenada com o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, ao qual a Sudeco está vinculada, juntamente com outras duas superintendências, a Sudam e a Sudene.

Preocupada com o desempenho desse papel pela Instituição, a atual gestão tem promovido uma série de iniciativas. Em uma delas, promovemos a discussão interna, com todos os servidores, no sentido de colocar em curso o Planejamento Estratégico da Sudeco. O documento, elaborado para o período 2018-2022, reúne o direcionamento que a superintendência deve tomar para entregar valor à sociedade de forma cada vez mais relevante, eficaz e eficiente.

Com esse mesmo espírito, esta superintendência tem registrado avanços em sua gestão e buscado se aprimorar ainda mais para suprir carências internas, melhorar a gestão e o controle dos recursos que gere, em consequência, contribuído para os resultados das políticas para o desenvolvimento do Centro-Oeste. Ampliamos a eficiência dos convênios firmados com municípios, o que possibilitou alavancar a liberação de recursos para projetos de desenvolvimento local e, assim, impulsionar a região e contribuir para a redução das desigualdades regionais no país. Por outro lado, investimos também na capacitação das pessoas e reduzimos os valores de diversos contratos, sem prejuízo para a prestação dos serviços.

Outro fator de melhoria no desempenho institucional foi a conclusão do processo de análise preditiva, que ajudou a reduzir o passivo de convênios em análise pela Autarquia, melhorando o processo de prestação de contas. Por meio da Portaria nº 260, de 29 de novembro de 2019, a Sudeco institucionalizou a análise informatizada de prestação de contas de convênios, nos parâmetros da Instrução Normativa Interministerial MP/MF/CGU nº 5, de 06 de novembro de 2018. Com isso, foram fixados os limites de tolerância ao risco dos convênios elegíveis para a análise preditiva.

Também priorizamos a identificação, a avaliação e a análise dos riscos críticos que podem impactar o atingimento dos objetivos de suas áreas. Com vistas a atender a Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 01, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, o Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade – CGRCI, instituído por meio da Portaria nº 150, de 17 de maio de 2018, vem

atuando na implementação da Política de Gestão de Riscos da Sudeco, a qual foi instituída por meio da Resolução nº 15, de 16 de outubro de 2017.

Em consonância com o esforço por elevar o desempenho da Sudeco na gestão de recursos, no atingimento de seus resultados para a sociedade, também temos priorizado a escolha de servidores concursados da Sudeco para promoções internas e para a nomeação em cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS). Com isso, valorizamos o quadro próprio de pessoas e estimulamos a busca por melhorar o desempenho individual.

O pensamento integrado é a consideração efetiva que uma organização dá aos relacionamentos entre suas diversas unidades operacionais e funcionais, bem como os capitais que usa ou afeta. Mais ainda, leva à tomada de decisão integrada, ações que consideram a geração de valor no curto, médio e longo prazos, além da conectividade e das interdependências entre uma gama de fatores que afetam a capacidade de uma organização gerar valor ao longo do tempo. Nesse contexto, além das ações mencionadas acima, a elaboração do Relatório de Gestão é realizada em conjunto com as diretorias a partir de informações contidas nos relatórios de cada unidade que compõe sua estrutura organizacional, de forma clara, com vistas a ser um instrumento de accountability, e a aprovação do produto desse esforço é realizada pela Diretoria Colegiada da Sudeco. Dessa forma, fica assegurada a integridade do Relatório de Gestão de 2019 na forma de relatório integrado.

Os resultados demonstrados nesse documento mostram o compromisso e a competência da gestão da Sudeco e do seu quadro funcional, tanto com a qualidade do gasto público quanto no cumprimento da sua missão, que é promover o desenvolvimento do Centro-Oeste. Os resultados abrem espaço para construirmos uma Instituição mais moderna e eficiente e cada vez mais transparente.

Nesse sentido, a partir dos esforços conjuntos para a elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2019, a Autarquia organizou o documento apresentado em conformidade com as orientações definidas pela Decisão Normativa – TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019, para a prestação de contas referente ao ano de 2019.

2 – Visão geral organizacional e ambiente externo

2.1 – Visão geral sobre a Sudeco

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, criada pela [Lei Complementar nº 129](#), de 8 de janeiro de 2009, que foi regulamentada pelo [Decreto nº 8.277](#), de 27 de junho de 2014, e [Decreto nº 8.890](#), de 27 de outubro de 2016, é autarquia de natureza especial, com autonomia administrativa e financeira, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal. A área de atuação da Entidade abrange os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal.

Missão

Promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, de forma incluyente e sustentável, e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Propósito

Contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais por meio da ação articulada com o setor público e privado, sociedade civil e organizações internacionais, elaborando, coordenando e gerenciando planos, programas e ações e apoiando e estimulando investimentos.

Visão

Ser reconhecida na formulação de políticas regionais que promovam o desenvolvimento do Centro-Oeste.

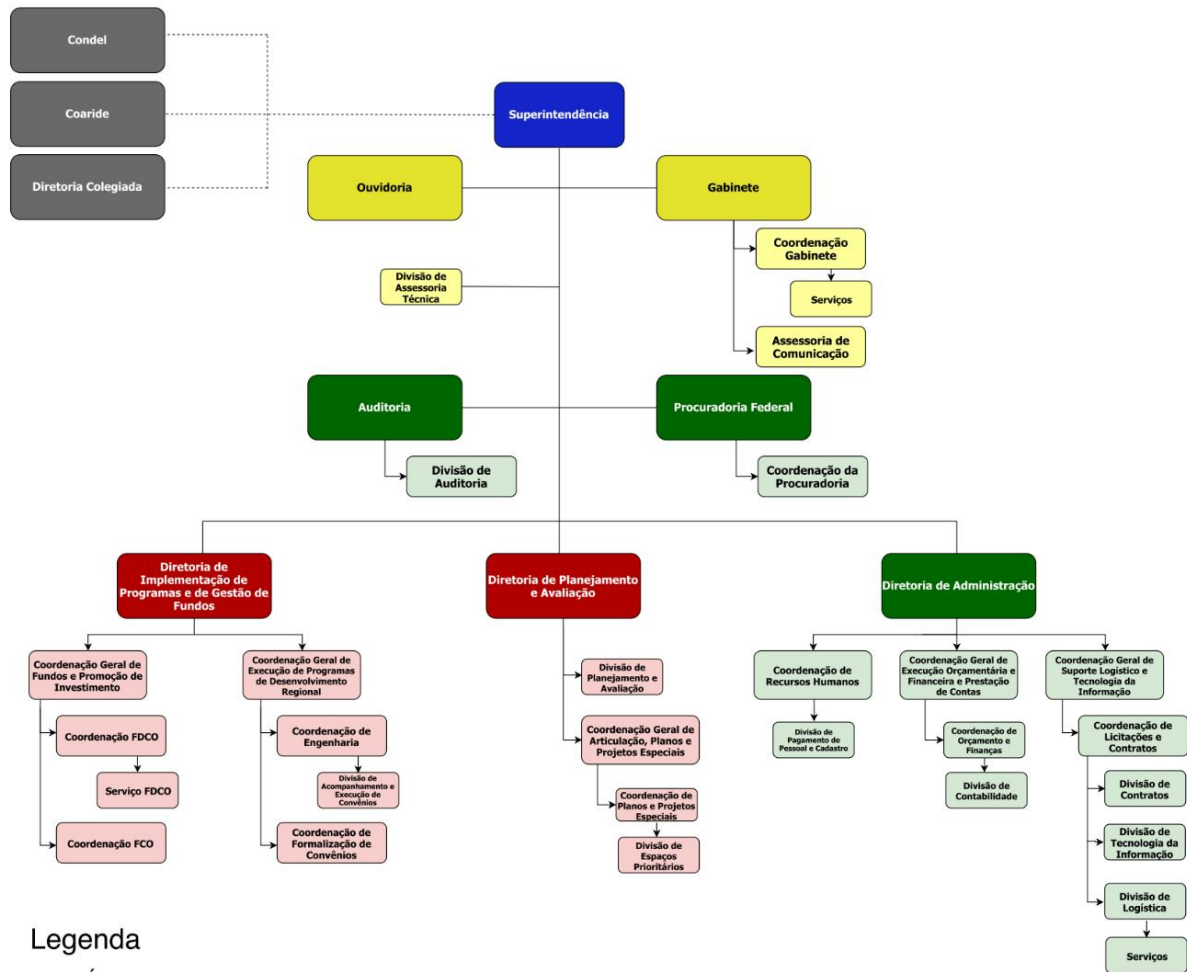
Valores

- Ética e Transparência.
- Sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Postura inovativa.
- Eficiência, Eficácia e Efetividade.
- Valorização dos seus Profissionais.

A estrutura organizacional da Sudeco está definida no art. 3º do Anexo I do Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014. O Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) é um órgão de administração colegiada e de natureza permanente, cujas atribuições serão tratadas no Capítulo 3 – Governança, estratégia e alocação de recursos, e mais informações podem ser consultadas na [Resolução Condel/Sudeco nº 001/2012](#), de 13 de novembro de 2012.

Adicionado ao supracitado, a Sudeco também possui, vinculado a sua estrutura, o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE), que tem por finalidade coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE. Entre suas principais atribuições estão a de coordenar as ações dos entes federados que compõem a RIDE, aprovar e supervisionar planos, programas e projetos para o desenvolvimento integrado da RIDE, harmonizar os programas e projetos de interesse da RIDE com os planos regionais de desenvolvimento, coordenar a execução de programas e projetos de interesse da RIDE, visando ao desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. Essas e mais informações sobre o referido conselho estão elencadas na [Resolução COARIDE nº 01/2011](#), de 20 de dezembro de 2011. As competências dos demais órgãos que compõem a Autarquia estão descritas no Decreto nº 8.277/2014.

Organograma da Sudeco

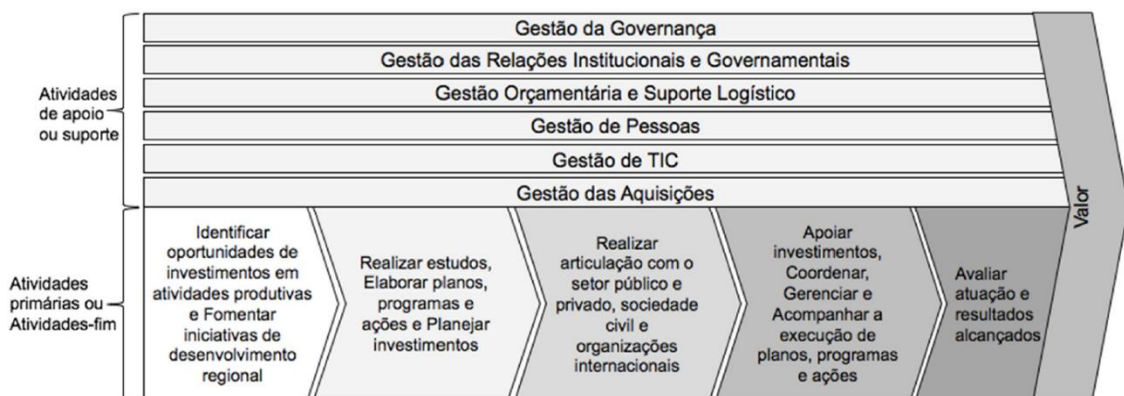


Legenda

- Órgãos colegiados
- Órgãos de assistência direta e imediata ao superintendente
- Órgãos seccionais
- Órgãos específicos singulares

Fonte: Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014.

Com o intuito de promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, reduzindo as desigualdades regionais e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, o diagrama abaixo mostra o modelo de negócio (cadeia de valor) da Sudeco:



Para atingir a sua missão institucional, a Entidade utiliza o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-

Oeste (FCO), o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e outros instrumentos, como as transferências voluntárias.

O [Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste \(PRDCO\) 2020-2023](#) foi elaborado em cumprimento ao disposto no inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009. O plano foi aprovado pela [Resolução Condel/Sudeco nº 86/2019](#), de 20 de maio de 2019. Ele foi concebido com o intuito de ser um instrumento fundamental na orientação das políticas públicas dos diversos entes federativos em atuação no Centro-Oeste e para a articulação com agentes privados interessados no desenvolvimento regional.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela [Lei nº 7.827](#), de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), por sua vez, foi criado pelo art. 16 da Lei Complementar nº 129. De acordo com os incisos I e II desse artigo, o Fundo possui a finalidade de assegurar recursos para:

- I - a implementação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.
- II - o financiamento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, na região Centro-Oeste.

A Autarquia também desenvolve projetos de interesse para o Centro-Oeste por meio de transferências voluntárias que geralmente utilizam recursos oriundos da própria Entidade ou de emendas parlamentares. Em 2019, foram empenhados mais de cento e oitenta e cinco milhões de reais para atender os instrumentos firmados pela Sudeco (convênios, contratos de repasse, termos de execução descentralizada – TEDs, entre outros) e foram pagos mais de cinquenta e cinco milhões de reais. Esses valores representaram um aumento de mais de vinte e dois milhões de reais em relação aos pagamentos realizados em 2018 nas execuções financeiras de caráter finalístico.

2.2 – Eventos que se destacaram em 2019

No ano de 2019, alguns eventos se destacaram por sua relevância e pelo impacto que geraram na atuação da Autarquia que visa promover o desenvolvimento regional sustentável, entendido como o processo de mudança que articula o aumento da competitividade da economia, a elevação da qualidade de vida da população e a conservação ambiental. Esses eventos estão elencados abaixo.

Lançamento do Projeto Paisagens Rurais do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Realizado em abril de 2019, na sede do Sistema CNA/Senar, em Brasília. O projeto objetiva capacitar e levar assistência técnica e gerencial a produtores rurais com foco na recuperação ambiental e produtiva do bioma Cerrado e na geração de renda. A iniciativa é coordenada pelo Serviço Florestal Brasileiro e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Tem como parceiros a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), o Senar, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O projeto também conta com o apoio do Banco Mundial.

Feira Internacional dos Cerrados – AgroBrasília 2019. A 12ª edição da feira, promovida pela Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (COOPA-DF), em maio de

2019, apresentou novas tecnologias e oportunidades de negócios voltados aos empreendedores rurais de diversos portes. A Sudeco participou com uma programação sobre as linhas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para os produtores rurais, com o objetivo de estimular as potencialidades de desenvolvimento com os recursos advindos do Fundo, principalmente para o fortalecimento do agronegócio no Distrito Federal e em todo o seu entorno.

55º Expo-Agro em Dourados (MS). A exposição é o maior evento agropecuário sul-mato-grossense. Ela foi realizada pelo Sindicato Rural de Dourados em maio de 2019. A Sudeco participou com uma programação a respeito das linhas do FCO para os produtores rurais, com o intuito de incentivar as potencialidades de desenvolvimento com os recursos oriundos do Fundo, sobretudo para o fortalecimento do agronegócio na região.

Seminário “Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Regional Integrado”. Produzido, em maio de 2019, pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) na Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV). Participaram do evento especialistas e pesquisadores que discutiram fontes de financiamento e estruturas de governança compartilhada, além de instrumentos eficientes de gestão.

Seminário sobre Desenvolvimento Regional. A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho de Trindade (GO) promoveu esse evento em maio de 2019. O objetivo foi apresentar para o setor empresarial da cidade as possibilidades para o desenvolvimento econômico do município. A Sudeco participou como convidada para compor parte da programação.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). O presidente da República assinou o [Decreto nº 9.810](#), de 30 de maio de 2019, que instituiu a PNDR, cuja finalidade é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO 2020-2023). O Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) aprovou o plano por meio da sua Resolução nº 86/2019, de 20 de maio de 2019.

Caravanas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Em junho de 2019, começaram a ser realizadas as caravanas nas administrações regionais do Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). As Caravanas do FCO foram organizadas em parceria com a Secretaria de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (SEFP), o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Banco Regional de Brasília (BRB) e outras instituições financeiras. Nesses eventos, palestras sobre o Fundo foram promovidas e algumas dúvidas de empresários locais foram sanadas.

Conferência Visão 2030: Mato Grosso Desenvolvido. Esse evento, ocorrido em julho de 2019, foi uma parceria entre o gabinete da então senadora Juíza Selma (PSL-MT) e a Sudeco. Ele teve como objetivo demonstrar, ao setor produtivo, as possibilidades de acesso aos recursos e tecnologias que podem promover o desenvolvimento regional de forma incluyente e sustentável.

Rotas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). As reuniões aconteceram em julho de 2019. O seu primeiro encontro contou com a participação de uma comitiva do estado de Goiás que apresentou os projetos de parques tecnológicos que compõem a Rota de TIC em Goiás. Em seu segundo encontro, diversas instituições públicas e privadas da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) envolvidas participaram para realizar o

planejamento das prioridades de atuação do polo, especificamente traçado para a região em prol do seu desenvolvimento econômico e social.

I Workshop Caminhos do Brasil Central: Infraestrutura de Transportes do Consórcio Brasil Central. Em julho de 2019, a Sudeco compareceu, enquanto autarquia federal e conferencista, nesse evento que aconteceu em Brasília-DF e foi promovido pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central (BrC). O objetivo do workshop foi tratar de melhores estruturas para o escoamento de produção, conectividade das cidades e também unir os entes públicos brasileiros e entidades internacionais para discutir e melhorar o setor de logística de transportes.

EXPO Municípios 2019. Em agosto de 2019, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) participou do evento EXPO Municípios 2019 para falar de novas políticas de desenvolvimento regional para os municípios. O superintendente, Nelson Vieira Fraga Filho, acompanhou o coordenador-geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais, Carlos Henrique de Araújo Filho, que fez uma apresentação sobre o tema.

Fórum Regional de Fortalecimento da Rede +Brasil – etapa Mato Grosso do Sul. Em 14 de agosto de 2019, o superintendente da Sudeco e o diretor de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos substituto, Raimundo da Costa Veloso Filho, compareceram ao evento que tratou de temas como transparência, modernização, compliance, excelência em gestão, inovações, gestão de riscos nas transferências voluntárias entre outros assuntos dessa área.

Comitê Gestor do polo Cerrado Digital (Rota da TIC). Em agosto de 2019, o Comitê esteve reunido na superintendência para traçar estratégias de comunicação do polo, tratar sobre fontes de financiamentos e sobre o novo marco legal de ciência, tecnologia e informação.

2º Fórum de Desenvolvimento Econômico de Santo Antônio do Descoberto-GO. Em agosto de 2019, a coordenadora-Geral de Gestão de Fundos e de Promoção de Investimentos (CGGFPI), Luciana de Sousa Barros, e o coordenador do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, Jader Paulo Gonçalves Verdade Júnior, compareceram ao evento. Entre os vários temas discutidos, o que teve participação direta da superintendência foi o Projeto Vetor Industrial 7 Curvas, que possuía entre os seus objetivos a instalação de indústrias no município de Santo Antônio do Descoberto.

4ª edição do Fórum Regional de Geração Distribuída (Fórum GD 2019). A Sudeco esteve presente no evento, em agosto de 2019, para discutir assuntos relativos ao setor de geração distribuída com fontes renováveis na região Centro-Oeste (setor GD). O Fórum GD 2019 tratou de temas como barreiras regulatórias, impedimentos jurídicos, tecnologias inovadoras, financiamento, capacitação e perspectivas de crescimento.

1ª Oficina de Planejamento Estratégico da Rota da Economia Circular do Polo Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Realizada nos dias 2 e 3 de setembro de 2019. A Sudeco participou do evento que teve como objetivo definir as áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e sustentável dos habitantes dos municípios e regiões administrativas que compõem a RIDE.

IV Fórum Nacional das Transferências da União. Entre os dias 3 e 5 de setembro de 2019, a Sudeco participou do evento realizado no Instituto Serzedello Corrêa, o qual consistiu em um encontro de gestores, servidores, colaboradores, membros de entidades públicas e privadas e de representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário pela promoção do fortalecimento da

governança, da melhoria da gestão e do controle. Na ocasião também foram apresentadas e discutidas inovações implementadas e experiências de boas práticas no que se refere às transferências da União.

1º Encontro Regional de Municípios. Esse encontro ocorreu, nos dias 11 e 12 de outubro de 2019, em São Félix do Araguaia (MT), onde foi apresentado o Banco de Projetos da Sudeco para prefeitos de Mato Grosso. O superintendente Nelson Fraga palestrou no primeiro dia do evento que debateu as oportunidades para os municípios do estado.

Sudeco Itinerante. Evento organizado pela Sudeco, em outubro de 2019, em parceria com a Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomassul), visando capacitar os técnicos das prefeituras para a elaboração de projetos básicos, fiscalização de obras e prestação de contas, entre outros assuntos. O evento passou por Campo Grande, Dourados e Guia Lopes da Laguna em Mato Grosso do Sul e contou com a participação de representantes de diversos municípios do estado.

Soluções compactas e modulares para tratamento de efluentes domésticos. Evento ocorreu na Câmara Municipal de Jaraguari (MS) em novembro de 2019. Ele foi promovido em parceria com a prefeitura do município. Na oportunidade, representantes de prefeituras, do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) e da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB) puderam conhecer um modelo de estação de tratamento de efluentes domésticos, uma das ações que podem contribuir para a implementação do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2020-2023. Entre outros assuntos, o plano está voltado para a ampliação da infraestrutura social e urbana dos municípios, e tem como uma de suas ações o apoio a elaboração e a implementação de projetos de saneamento básico em consonância com as diretrizes nele traçadas.

3 – Governança, estratégia e alocação de recursos

Os objetivos estratégicos da Sudeco estão delineados em seu Planejamento Estratégico. A Autarquia orienta suas ações em prol de alcançar resultados almejados nesse plano, que foi desenvolvido em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e teve atualizações aprovadas pela Diretoria Colegiada da Sudeco em 2019. Ele retrata a concepção estratégica e as principais diretrizes que nortearão a atuação da Entidade no período de 2019 a 2022, conforme o mapa estratégico abaixo.

Mapa estratégico da Sudeco

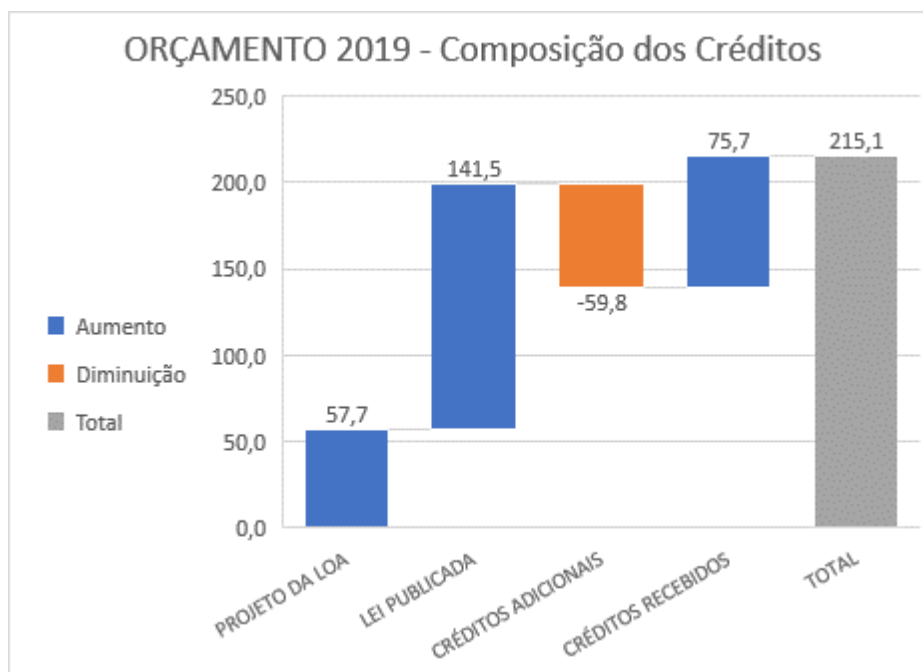


Dessa forma, a Autarquia planejou o cumprimento da sua missão e os objetivos estratégicos para o exercício de 2019 e para os seguintes por meio de seu Planejamento Estratégico. A análise no tocante ao cumprimento ou não das metas dos indicadores associados a diversos desses objetivos é apresentada no capítulo 5 do Relatório de Gestão. Além disso, os trabalhos desenvolvidos pela Sudeco observam diversos instrumentos na orientação de suas políticas e ações. Em uma escala mais ampla, leva-se em conta os preceitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Outro importante balizador é o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2020-2023, que consiste em um plano voltado à orientação de políticas públicas de desenvolvimento regional sustentável para os diversos entes federativos da região, à cooperação entre agentes públicos e privados e à aproximação com a sociedade civil.

No que diz respeito ao planejamento de recursos necessários para o alcance dos objetivos estabelecidos para o exercício, o gráfico abaixo mostra a composição das dotações autorizadas a cada etapa da formação do orçamento. Nota-se que os créditos foram incrementados, principalmente durante a tramitação do projeto de lei, por meio de emendas parlamentares. Além disso, foram

cancelados valores relevantes de dotações orçamentárias durante o exercício por meio de alterações orçamentárias efetuadas pelo Parlamento.

Gráfico 1 – Composição do orçamento da Sudeco (valores em milhões de reais)



Devido a essa predominância da participação do Congresso, mesmo as dotações formalmente discricionárias passam a ter influência significativa dos parlamentares em sua execução, de forma semelhante ao que ocorre com as emendas parlamentares.

Esse processo acontece devido à escassez de limites de empenho, consequência do contingenciamento de despesas. Nesse contexto, a Instituição tem recebido dotações e limites de empenho com destinação pré-definida, fruto de negociação dos parlamentares das respectivas unidades da federação. Em termos percentuais, os empenhos desse tipo representaram 93,4% da execução finalística (desconsiderando os empenhos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC). Apenas R\$ 5,8 milhões foram executados pela Sudeco de forma independente.

Embora tais interesses sejam legítimos e permitam acolher necessidades de entes da federação beneficiados pelos convênios, essa sistemática não permite uma partilha de recursos otimizada com base em critérios técnicos.

Essa forma de destinação dos recursos orçamentários por emenda parlamentar possui os seus objetivos, porém entende-se que para a Autarquia executar adequadamente as suas políticas públicas, promovendo o desenvolvimento da população da Região Centro-Oeste, é indispensável que receba dotação orçamentária adequada e, assim, possa destiná-la mediante seleção de projetos segundo as regras estabelecidas na Resolução Sudeco nº 12, de 24 de abril de 2019.

Em 2019, a Autarquia teve um orçamento atualizado de R\$ 139,4 milhões. Entretanto, as despesas empenhadas foram da ordem de R\$ 211,4 milhões, queda de R\$ 9,7 milhões em relação a 2018. Esse nível de empenho foi possibilitado pelo recebimento de descentralização de crédito do Ministério do Desenvolvimento Regional executada no valor de R\$ 75,0 milhões.

2019 (Em R\$)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PAGOS*	PAGAMENTOS TOTAIS
PESSOAL	12.874.260	12.888.841	12.693.290	10.156.743	850.210	11.006.953
FINALÍSTICO	73.257.614	14.838.040	88.151.394	47.378	29.587.564	29.634.942
ADMINISTRATIVO	14.136.000	12.790.000	12.428.536	10.081.206	3.034.666	13.115.873
PAC	23.530.500	23.530.500	23.530.499	0	1.320.668	1.320.668
EMENDAS	75.374.548	75.374.548	74.623.147	605.748	24.199.966	24.805.714
TOTAL	199.172.922	139.421.929	211.426.866	20.891.075	58.993.074	79.884.149

2018 (Em R\$)	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PAGOS*	PAGAMENTOS TOTAIS
PESSOAL	11.606.934	12.366.914	11.177.057	10.320.766	13.787	10.334.553
FINALÍSTICO	30.923.928	64.200.000	60.812.047	12.810	17.670.039	17.682.849
ADMINISTRATIVO	12.554.151	13.815.145	13.182.407	9.976.741	1.104.369	11.081.110
PAC	23.460.000	30.380.000	30.379.065	0	1.460.000	1.460.000
EMENDAS	106.317.083	105.627.083	105.611.791	3.127.864	10.767.775	13.895.639
TOTAL	184.862.096	226.389.142	221.162.367	23.438.182	31.015.970	54.454.151

*Incluem os restos a pagar processados e não processados.

Observação: as despesas chamadas de “Pessoal” incluem algumas despesas do Grupo de Natureza da Despesa (GND) do tipo 3 (Outras Despesas Correntes), como, por exemplo, as relacionadas à ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos e à assistência médica e odontológica aos servidores civis e seus dependentes.

Os projetos da Sudeco na parte finalística foram executados por meio de ações orçamentárias vinculadas ao Programa 2029 (Desenvolvimento Regional e Territorial) e ao Programa 2077 (Agropecuária Sustentável) do Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019 (PPA 2016-2019), instituído pela [Lei nº 13.249](#), de 13 de janeiro de 2016. Já as despesas da área meio ocorreram em ações vinculadas ao Programa 2111 (Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Regional) do mesmo plano.

Segue abaixo tabela com os principais programas e ações executadas pela Autarquia em 2019:

PROGRAMA DE GOVERNO		AÇÃO DE GOVERNO		DESPESAS EMPENHADAS (EM R\$)
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	8902	PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA	83.459.299,86
2077	AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL	3770	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO LUIZ ALVES DO ARAGUAIA	18.636.905,00
2111	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	12.428.536,21
		20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	10.415.585,64

PROGRAMA DE GOVERNO		AÇÃO DE GOVERNO		DESPESAS EMPENHADAS (EM R\$)
2077	AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL	5252	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO FLORES DE GOIÁS	4.893.594,20

A seguir estão os maiores valores empenhados por iniciativa:

Transferência voluntária	Favorecido	Objeto	Despesas empenhadas (em R\$)
883480	Agência Goiana de Transportes e Obras	Aquisição de patrulhas mecanizadas	20.062.222,08
Termo de Compromisso 0251/2011	Estado de Goiás	Projeto de Irrigação Luiz Alves do Araguaia (PAC)	18.636.905,00
896065	Município de Sinop	Urbanização e Implantação de Infraestrutura em Parque Urbano	14.531.492,25
897286	Estado de Mato Grosso	Construção de pontes de concreto em diversas regiões do estado	14.325.000,00
897345	Município de Campo Grande	Modernização de Avenida de ligação entre o aeroporto e distrito industrial	9.686.531,01
891283	Agência Goiana de Transportes e Obras	Aquisição de patrulhas mecanizadas	9.631.070,92
897288	Município de Campo Grande	Pavimentação e Drenagem em bairro	5.326.065,89

Durante o ano de 2019, como forma de obter recursos necessários para o alcance dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico, a Sudeco, principalmente por meio da sua Diretoria de Planejamento e Avaliação (DPA), investiu na elaboração de uma carteira de projetos. Isso foi feito com o intuito de tentar captar recursos para o orçamento da Autarquia ou por meio de emendas parlamentares com a finalidade de viabilizar a realização desses projetos.

Os principais projetos executados, ao longo do ano, pela Entidade e que tiveram o acompanhamento da Diretoria de Planejamento e Avaliação foram os seguintes:

- Termo de Execução Descentralizada – TED entre a Sudeco e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa para a realização da Tecnofam – Tecnologias e Conhecimentos para Agricultura Familiar, em Dourados (MS), a fim de capacitar agricultores familiares para viabilizar a produção sustentável de alimentos na propriedade

e realizar cursos de capacitação, dando continuidade ao processo de aprendizagem e aperfeiçoamento dos agentes multiplicadores atuantes em diferentes polos agroeconômicos do estado de Mato Grosso. Valor R\$ 450.804,00;

- Termo de Compromisso nº 0251/2011 com o estado de Goiás para a criação de um sistema de irrigação em Luiz Alves do Araguaia que permita o aproveitamento hidroagrícola, com área útil de 6.579,91 ha para irrigação de lavouras, predominantemente com arroz. Valor: R\$ 131.864.834,91, sendo R\$ 125.873.534,05 o valor de repasse da União e R\$ 5.991.300,86 a contrapartida do estado;
- Termo de Compromisso nº 015/2008 com o município de Flores de Goiás com o intuito de realizar a contratação do estudo de viabilidade para a 3ª etapa do projeto para implantar sete barragens. Valor: R\$ 9.548.438,00, sendo R\$ 8.593.594,20 da União e R\$ 954.843,80 de contrapartida;
- Termo de Execução Descentralizada – TED entre a Autarquia e a Embrapa para a caracterização e seleção genética para a eficiência alimentar em bovinos nelore avaliados no estado de Goiás. Valor: R\$ 1.369.265,04;
- Acordo de Cooperação Técnica entre a Sudeco e o Centro Universitário Euroamericano de Ensino Superior (Unieuro) a fim de viabilizar condições que possibilitem a execução, pelo Unieuro, do projeto de integração Ensino – Serviço – Comunidade – Gestão, nos municípios que constituem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), tendo como objetivo treinar em serviço os alunos de graduação do curso de Medicina do Unieuro e promover a melhoria dos níveis de saúde da população do Distrito Federal e dos municípios da RIDE, área de interesse comum dos partícipes. Não implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes, como todo acordo de cooperação técnica;
- Acordo de Cooperação com a Geoterra Empreendimentos e Transportes S.A. relativo ao projeto Brasil Agrícola a fim de viabilizar, com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das superintendências de desenvolvimento, investimentos financeiros, gerar empregos diretos e beneficiar vários municípios e estados brasileiros. Não há implicação de transferência de recursos entre os participantes;
- Convênio firmado com o município de Sinop (MT) para a elaboração de estudo visando a implantação de projeto de irrigação nesse município para promover crescimento econômico de forma compatível com o manejo adequado dos recursos naturais da região. Valor: R\$ 3.173.684,21, sendo R\$ 3.015.000,00 o valor de repasse da União e R\$ 158.684,21 a contrapartida do conveniente;
- Convênio celebrado com o município de Ponta Porã (MS) para o estudo de viabilidade da implantação de um Parque Tecnológico Internacional na Região de Fronteira Brasil – Paraguai, em Ponta Porã. Valor: R\$ 313.697,68, sendo R\$ 298.047,68 da União e R\$ 15.650,00 a contrapartida;
- Termo de Execução Descentralizada nº 36/2013 e Convênio nº 799486/2013 firmado entre a Sudeco e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER/MS para estímulo à cadeia produtiva da erva-mate e capacitação técnica dos agricultores familiares envolvidos. Valor: R\$ 2.750.000,00, sendo R\$ 2.500.000,00 o valor de repasse e R\$ 250.000,00 a contrapartida;

- Convênio nº 755278/2010 com a AGRAER/MS para a instalação de conjuntos de irrigação, em benefício de produtores rurais, destinados principalmente à intensificação da produção de leite. Valor: R\$ 5.613.485,00, sendo R\$ 4.541.054,00 a parte da União e R\$ 1.072.431,00 a contrapartida do conveniente;
- Convênio com o município de São Gabriel do Oeste (MS) para a realização de cursos profissionalizantes para a população desse município. Valor: R\$ 206.940,00, sendo R\$ 200.000,00 o valor de repasse da União e R\$ 6.940,00 a contrapartida;
- Convênio celebrado entre a Sudeco e o município de Alvorada do Norte (GO) para a promoção do desenvolvimento sustentável do Vale do Paranã (GO) por meio da inovação tecnológica no aproveitamento das fruteiras nativas do cerrado e unidades demonstrativas, conjugado com ações de assistência técnica focada nos agricultores familiares. Valor: R\$ 1.100.000,00, sendo R\$ 1.000.000,00 da União e R\$ 100.000,00 do município;
- Termo de Execução Descentralizada – TED nº 01/2018 firmado entre a Autarquia e o Instituto Federal de Goiás para a continuidade do projeto de processamento de polpa de frutos do Cerrado, realizado durante o ano de 2017 e com nova etapa de desenvolvimento para o período de 2018 e 2019, junto à comunidade agrícola do Indaiá, voltado à formação, pesquisa e capacitação para o setor econômico. Valor: R\$ 96.600,00.

Várias ações governamentais sob a responsabilidade da Autarquia são executadas por meio de convênios e contratos de repasse, com o acompanhamento da Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF) da Instituição e da Caixa Econômica Federal. No ano de 2019, foram firmados 104 novos convênios e 46 contratos de repasse, entre emendas do orçamento impositivo, de bancada e com recursos do próprio orçamento da Autarquia (plano de ação), totalizando R\$ 160.584.548,00.

Em conformidade com o art. 5º da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, a Sudeco editou a Resolução nº 12, de 24 de abril de 2019, estabelecendo critérios para a alocação dos recursos oriundos de seu plano de ação, visando a diminuição das desigualdades locais, conforme verifica-se no trecho abaixo:

Art. 2º Poderá ser beneficiada com recursos orçamentários alocados à SUDECO a localidade identificada nominalmente no crédito orçamentário, ou, ausente essa identificação, será priorizada a localidade inserida nos espaços preferenciais definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR ou em demais políticas públicas do Governo Federal de base territorial e estadual, bem como as políticas de desenvolvimento regional dos Estados, da Região do Centro-Oeste e Distrito Federal.

(...)

§ 2º Será destinado no mínimo 40% (quarenta por cento) dos recursos de Plano de Ação às propostas para execução em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM entre 0 e 0,499 (muito baixo), e entre 0,500 e 0,599 (baixo), e/ou com Índice de Gini maior do que o da Região Centro-Oeste.

§ 3º O restante dos recursos será destinado aos proponentes enquadrados nas demais faixas do IDHM e Gini.

§ 4º Caso dois ou mais proponentes, enquadrados nas situações dos §§ 2º e 3º, apresentarem propostas, será dada preferência àquela em que a ação seja destinada à localidade que ainda não tenha sido beneficiada com recursos da Sudeco.

§ 5º Persistindo a situação do § 4º, será dada preferência à proposta que possua ação nas localidades que apresentarem, nesta ordem, menor IDHM e maior índice de Gini.

§ 6º Caso não existam propostas suficientes que se enquadrem nos requisitos do § 2º deste artigo, os recursos poderão ser destinados aos demais entes da região Centro-Oeste.

Com relação à legislação aplicada e visando a uniformidade dos procedimentos pelas áreas competentes, a Entidade elaborou Manual de Convênio e Contrato de Repasse, o qual foi aprovado na [67ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Sudeco](#), realizada em 28 de fevereiro de 2019.

Consoante a esse esforço de melhoria dos procedimentos, alguns servidores da Autarquia participaram de diversos cursos de atualização da legislação e dos sistemas, entre eles a Plataforma +Brasil, visando o aprimoramento das boas técnicas de formalização, acompanhamento, execução e vistoria dos instrumentos firmados pela Sudeco.

Nesse contexto, a Autarquia desenvolveu o “Sudeco Itinerante”, que teve o objetivo de se aproximar dos convenientes e também capacitar servidores municipais que atuam com transferências voluntárias na Plataforma +Brasil, com o cadastramento de proposta, elaboração de projeto básico, execução, acompanhamento e prestação de contas dos instrumentos.

No “Sudeco Itinerante”, a equipe teve a oportunidade de destacar para os representantes dos municípios as ações governamentais, bem como esclarecer dúvidas sobre instrumentos já celebrados ou a serem celebrados.

Com relação aos dirigentes e colegiados da unidade, o Decreto nº 8.277/2014 estabelece que a Diretoria Colegiada da Sudeco é presidida pelo seu superintendente e composta por mais três diretores. Ela compreende a estrutura responsável pela governança da Autarquia. É por meio dela que ocorrem as tomadas de decisão estratégica, as deliberações sobre gestão de riscos e controles internos e a supervisão da gestão. As decisões desse colegiado são tomadas com o intuito de cumprir os objetivos estratégicos da Entidade. Entre outros assuntos, ela é responsável por exercer a administração da Autarquia, editar normas sobre matérias atribuídas à Sudeco e autorizar a celebração de acordos, contratos e convênios com entidades nacionais e internacionais. As competências da Diretoria Colegiada e desses gestores estão elencadas no dispositivo legal supracitado e no [Regimento Interno](#) da Autarquia, instituído pela Resolução nº 4, de 21 de maio de 2012.

O processo de tomada de decisão realizado pela alta administração da Sudeco leva em consideração os seguintes marcos orientadores: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2020-2023 e o Planejamento Estratégico da Autarquia. Dessa forma, as decisões tomadas seguem a mesma linha de pensamento e visam atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

Por meio dessas deliberações da alta cúpula e das legislações vigentes, a Entidade garante a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos da Organização. Nesse sentido, antes de qualquer celebração de ajuste entre a Sudeco e parceiros, a equipe técnica analisa o objeto da parceria enquadrando-o nas legislações pertinentes àquele assunto e instrumento, no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) 2020-2023 e na Lei Complementar nº 129/2009, que estabelece, entre outros temas, a missão institucional, natureza jurídica, área de atuação e instrumentos de ação da Autarquia. Outro protocolo seguido é a atuação da Procuradoria Federal junto à Sudeco para assessorá-la juridicamente no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

Nesse contexto, uma ação implementada pela Autarquia em 2019, em consonância com a [Instrução Normativa Interministerial MP/MF/CGU nº 5](#), de 6 de novembro de 2018, foi a publicação da Portaria nº 260, de 29 de novembro de 2019, que estabelece diretrizes, parâmetros e metodologias de avaliação de riscos para análise da prestação de contas dos instrumentos por procedimento informatizado.

Essa Portaria enquadrhou 89 convênios nos critérios de análise preditiva. Diversos benefícios foram alcançados com essa metodologia, tais quais: agilidade na prestação de contas, rapidez na elaboração de relatórios de vistorias finais, redução significativa no passivo dos processos em espera de análise final de prestação de contas.

Além disso, a Autarquia solicitou à Comissão Gestora de Convênios e Contratos a autorização para uso de entendimento deferido ao Ministério da Defesa, por meio da [Portaria Normativa nº 70/GM-MD](#), de 16 de novembro de 2018, no que diz respeito à definição dos critérios de vistoria in loco nos convênios regidos pela [Portaria Interministerial nº 424](#), de 30 de dezembro de 2016.

Dessa forma, atendido o pleito, foi propiciada a redução no gasto com visitas técnicas e maior celeridade no andamento processual, pois resultou em não obrigatoriedade de realização de vistorias intermediárias nas obras enquadradas nos incisos I e II do Art. 3º da Portaria Interministerial 424/2016.

No que diz respeito ao processo de escolha dos dirigentes, em 2019, tendo em vista o disposto no art. 11, caput, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, o superintendente e os três diretores da Sudeco são de livre escolha e nomeação pelo presidente da República. As nomeações para os demais cargos da Autarquia, conforme prevê o anexo I, art. 17, inciso VI, do Decreto nº 8.277/2014 são de responsabilidade do superintendente. Entretanto, cabe ressaltar que as nomeações para cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código DAS 101, níveis 3 e 4, e equivalentes, foram prescindidas de apreciação prévia pela Presidência da República, por intermédio da Casa Civil, conforme disposto no parágrafo 2º do art. 1º da [Portaria nº 1.056](#), de 11 de junho de 2003.

Outro órgão colegiado de relevância para a região Centro-Oeste é o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco). Ele é um órgão de administração colegiada e de natureza permanente. Possui vários componentes, como os governadores das unidades federativas da região Centro-Oeste, ministros de estado, representante dos prefeitos da área de atuação da Sudeco, representantes da classe empresarial, dos trabalhadores, de organização não governamental, o superintendente da Sudeco e o presidente da instituição financeira administradora do FCO. Esse colegiado, entre outras atribuições, possui a incumbência de aprovar os planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas que priorizem as iniciativas voltadas para a promoção dos setores relevantes da economia regional. Mais informações sobre o Condel/Sudeco podem ser encontradas na sua [Resolução nº 001/2012](#), de 13 de novembro de 2012.

No que diz respeito ao relacionamento com a sociedade, os serviços de atendimento ao cidadão da Autarquia englobam a Ouvidoria da Sudeco (OUV), a Ouvidoria do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (OFCO) e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Eles são instrumentos importantes para aprimorar a gestão pública e melhorar a prestação de serviços aos cidadãos. Essas instâncias são responsáveis por acolher, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações e pedidos de informação realizados pela sociedade, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das demandas.

A Ouvidoria da Sudeco foi instituída pela Lei Complementar nº 129/2009, com atribuições definidas pelo Decreto nº 8.277/2014 e pela Resolução Sudeco nº 4, de 21 de maio de 2012, e compõe a estrutura regimental da Autarquia. É um canal de comunicação democrático entre o cidadão, o público interno e a Instituição. Atua como um espaço de diálogo com escuta qualificada, aberto à mediação e à resolução das demandas da sociedade. O efeito disso é o fortalecimento da relação entre o cidadão e a superintendência, e a melhoria dos serviços públicos resultantes do exercício da cidadania.

A Ouvidoria do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste é uma instância de controle e participação social sob a responsabilidade da Sudeco, instituída pelo art. 18-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e regulamentada pela [Resolução Condel/Sudeco nº 027/2014](#), de 25 de março de 2014. É um canal de comunicação aberto pela superintendência para facilitar o contato direto entre os cidadãos, tomadores de crédito ou interessados em informações sobre o FCO e a sua administração.

O Serviço de Informações ao Cidadão foi instituído pelo art. 9º da [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011, e tem como funções atender e orientar os cidadãos sobre pedidos de informação, sobre a tramitação de documentos e requerimentos de acesso à informação e receber e registrar os pedidos de acesso e devolver as respostas aos solicitantes.

Em 2019, foram acolhidas 170 manifestações, sendo 71 na Ouvidoria da Sudeco, 61 na Ouvidoria do FCO e 38 no SIC. As manifestações são classificadas de acordo com as necessidades do cidadão, conforme descrito abaixo:

- Elogio – reconhecimento ou satisfação pelo serviço público oferecido ou pelo atendimento recebido;
- Denúncia – ato que indica a prática de irregularidades ou ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes;
- Solicitação de providências – pedido para adoção de providências por parte dos órgãos e das entidades da administração pública federal;
- Solicitação de simplificação – reclamações, denúncias e solicitações relativas à simplificação de serviços públicos;
- Reclamação – demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público e/ou à conduta de agentes públicos na prestação e na fiscalização desse serviço;
- Sugestão – apresentação de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de serviços prestados por órgãos e entidades da administração pública federal.

Com o intuito de facilitar o acesso de todos os cidadãos, existem os seguintes canais para manifestações:

- Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) – <https://sistema.ouvidorias.gov.br>;
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) – <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>;
- Correio Eletrônico – ouvidoria@sudeco.gov.br, ouvidoria.fco@sudeco.gov.br e sic@sudeco.gov.br;
- Telefones – (61) 3251-8506 / 8511;
- Presencialmente – de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h, exceto feriados;

- Carta – Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 1, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura, 20º andar – Brasília/DF – CEP: 70.040-908.

As respostas aos cidadãos são dadas no prazo de 30 dias, prorrogável, de forma justificada uma única vez, por igual período conforme a [Lei nº 13.460](#), de 26 de junho de 2017.

O Serviço de Informações ao Cidadão possui um prazo diverso. Realizado o pedido de acesso, a instituição que o recebeu deve conceder imediatamente a informação disponível. Caso isso não seja possível, ela deverá fornecer resposta ao cidadão em prazo não superior a 20 dias, prorrogável por mais 10 dias, conforme dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Com o objetivo de dar maior visibilidade e transparência às suas ações, e atendendo a determinação do art. 7º da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, a superintendência apresentou a sua Carta de Serviços ao Usuário, com informações claras e precisas em relação aos principais serviços prestados pela Autarquia. O documento pode ser acessado no sítio eletrônico da Sudeco, no endereço: <http://www.sudeco.gov.br/web/guest/carta-de-servicos>.

4 – Riscos, oportunidades e perspectivas

4.1 – Gestão de riscos

Visando uma gestão integrada, que objetiva o estabelecimento de um ambiente de controle e gestão de riscos que respeite os valores, interesses e expectativas da organização e dos agentes que a compõem, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão junto à Controladoria Geral da União determinaram, através da [Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01](#), de 10 de maio de 2016, que órgãos e entidades públicas do governo federal instituíssem, entre outras medidas, Comitês de Governança, Riscos e Controles.

Com a finalidade de atender essa instrução normativa, a Sudeco instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), por meio da [Portaria nº 157](#), de 27 de junho de 2017, e aprovou a sua política de gestão de riscos, por meio da [Resolução nº 15](#), de 16 de outubro de 2017, que tem o intuito de estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos a serem observados e seguidos pela Autarquia.

Sendo assim, levando em consideração a [Portaria CGU nº 1.089](#), de 25 de abril de 2018, e com o objetivo de dar prosseguimento à elaboração do Plano de Gestão de Riscos da Autarquia, foi criado, por meio da Portaria nº 192, de 30 de junho de 2019, o Grupo de Trabalho com a finalidade de prestar suporte técnico, operacional e administrativo ao Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (CGRCI), instituído pela [Portaria Sudeco nº 150](#), de 17 de maio de 2018. Esse grupo de trabalho realizou a identificação dos riscos que podem impactar o atingimento dos objetivos da Instituição.

Após o levantamento dos riscos, foi realizada a avaliação das probabilidades de ocorrência e dos impactos desses riscos. Tendo em vista modelo apresentado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o grupo elaborou a composição consolidada de todos os riscos da Sudeco, conforme quadro 16 do capítulo 7 – Anexos e apêndices, e um mapa de calor. Essas duas informações foram apresentadas na 74ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada da Sudeco, realizada em 20 de dezembro de 2019. Cabe ressaltar que os riscos elencados nesse quadro dizem respeito a situações que não necessariamente já aconteceram e que podem causar impacto negativo na consecução dos objetivos da Autarquia, caso venham a ocorrer.

Mapa de calor

		Matriz de Riscos				
IMPACTO	Catastrófico	5	10	15	20	25
	Grande	4	8	12	16	20
	Moderado	3	6	9	12	15
	Pequeno	2	4	6	8	10
	Insignificante	1	2	3	4	5
		1	2	3	4	5
		Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase certo
		< 10%	>=10% <= 30%	>=30% <= 50%	>=50% <= 90%	>90%
		PROBABILIDADE				

Observação – Nível de Risco CRÍTICO: acima de 13 (IMPACTO X PROBABILIDADE); ALTO: de 7 a 12; MODERADO: de 4 a 6; PEQUENO: menor ou igual a 3.

O total de riscos identificados pelo grupo de trabalho foi 46, sendo 18 riscos críticos, 21 altos, 5 moderados e 2 pequenos. A partir desse estudo, o Comitê de Governança, Riscos, Controles

e Integridade da Sudeco poderá analisar quais riscos devem ser evitados, reduzidos, compartilhados ou aceitos.

O Plano de Gestão de Riscos, ferramenta que visa dar tratamento aos riscos da Instituição e controlar a ocorrência dos eventos de risco, está em fase de elaboração, conta com o apoio do Grupo de Trabalho e do Comitê para sua consecução. Vale ressaltar que as tratativas referentes ao tema são contínuas, cíclicas e acompanhadas frequentemente pelos responsáveis por sua manutenção.

Com o intuito de minimizar o impacto causado por alguns riscos identificados, a Sudeco incorporou em seu processo de trabalho um instrumento que vem sendo utilizado para mitigação dos potenciais riscos, que é o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, pois fornece um panorama completo dos processos e documentos em trâmite pelas unidades, dando transparência, visibilidade e agilidade aos processos.

Adicionado a isso, as áreas da superintendência têm mitigado seus riscos e observado as principais dificuldades de enfrentamento dessas ameaças de acordo com suas especificidades de trabalho.

A Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF) realiza no âmbito dos convênios – nas etapas de formalização, execução e acompanhamento – práticas de controle interno, buscando mecanismos para minimizar as falhas, evitando ao máximo o retrabalho, a fim de mitigar o mau uso dos recursos e garantir a eficiência e eficácia dos objetivos relacionados às transferências voluntárias para pavimentação e drenagem, construção de feiras, pontes, praças, aquisição de equipamentos, de máquinas, de caminhão de lixo, entre outros.

Almejando o acompanhamento completo e satisfatório dos convênios, são realizadas as seguintes atividades de orientação:

- Avaliação das condições de habilitação técnica e jurídica das propostas de convênio;
- Elaboração de normativo com os critérios necessários para subsidiar a correta elaboração dessas propostas;
- Disponibilização de servidores para fornecer apoio técnico e administrativo aos convenientes;
- Controle de vigência e prazos com comunicações periódicas, permitindo o bom andamento dos processos.

Em paralelo à Plataforma +Brasil, a unidade realiza ainda atividades de controle da execução dos instrumentos por meio do Sistema de Acompanhamento de Convênios (SIAC) e subsidiariamente de planilhas, auxiliando assim na análise dos processos cadastrados no Sistema Eletrônico de Informação – SEI. Com esses instrumentos, objetiva-se mitigar falhas e irregularidades, visando a boa e regular aplicação dos recursos transferidos pela Autarquia.

Nessa área, alguns fatores podem afetar o trabalho desenvolvido. O instituto da cláusula condicionante, em conformidade com o § 12 do art. 21 da Portaria Interministerial nº 424/2016, é considerado fator de risco, tendo em vista que, em muitos casos, os convenientes apresentam dificuldades para superá-la, impactando no retardamento da aprovação do projeto básico e na liberação dos recursos para execução do objeto conveniado.

Além disso, diante da evasão de servidores, inclusive na DIPGF, o que vinha impactando negativamente no desenvolvimento das atividades sob sua responsabilidade, a superintendência firmou contrato com a Caixa Econômica Federal, para na qualidade de mandatária, executar as transferências voluntárias relativas a obras e serviços de engenharia.

A Diretoria de Planejamento e Avaliação (DPA), além da utilização do SEI, também realiza vistorias in loco. Como forma de acompanhar os projetos ativos, celebrados por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, a diretoria analisa a prestação de contas de sua execução por meio de registros fotográficos e/ou lista de presença, no caso de cursos, ou por qualquer outra forma que prove que o projeto foi executado.

Assim como outros setores, a diretoria possui um reduzido quadro de pessoal, já que conta com a colaboração de apenas 14 integrantes, entre servidores e terceirizados, o que impacta diretamente na sua capacidade de produção de resultados.

A atuação da Sudeco na área de descentralização de recursos (convênios), conjugada com a insuficiência de recursos humanos em número e qualificação que sejam adequados à demanda relacionada a todo o ciclo dessa atividade (planejamento, celebração, acompanhamento técnico e financeiro, análise e aprovação de contas), evidencia ser esta uma área de grande risco para a atuação institucional, tendo em vista a existência de passivo de convênios, a maior parte sub-rogada pelo extinto Ministério da Integração Nacional, em decorrência da extinção da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO) e também da Secretaria Nacional de Irrigação.

Nesse sentido, conforme já foi abordado, cabe destacar que, por meio da Portaria nº 260, de 29 de novembro de 2019, a Sudeco institucionalizou a análise informatizada de prestação de contas de convênios, nos parâmetros da Instrução Normativa Interministerial MP/MF/CGU nº 5, de 06 de novembro de 2018, fixando os limites de tolerância ao risco dos convênios elegíveis na análise preditiva, compreendidos nas faixas de valores definidas, conforme metodologia de avaliação de riscos disciplinada na referida instrução normativa, ao considerar o custo médio de uma análise conclusiva de prestação de contas. Tendo em vista que a existência do passivo de convênios vinha sendo alvo de constantes diligências por parte dos órgãos de controle, a Autarquia buscou os meios efetivos para saná-la.

As auditorias realizadas pela Auditoria-Geral na Superintendência, especificamente nas suas Diretorias de Administração, de Planejamento e Avaliação, e de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos, bem como nas transferências de recursos financeiros para a execução das ações de responsabilidade da Autarquia nos municípios dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal têm por objetivo avaliar a gestão, a aplicação de recursos financeiros e, principalmente o objeto pactuado, sob a ótica do risco, fornecendo informações valiosas aos gestores, agregando valores com as indicações de soluções aos auditados, possibilitando correções nos atos administrativos e na execução das obras, quando cabíveis recomendações nesse sentido.

Compete destacar os avanços promovidos a partir das inspeções in loco, nas quais os resultados se voltaram à melhoria dos controles internos, à promoção de saneamento para as incorreções, e, ao mesmo tempo, buscou-se que a orientação encaminhada aos jurisdicionados obtivesse um caráter educativo, com a alteração de atitude dos gestores, possibilitando a utilização do exercício do controle primário na execução das ações.

No que se refere às transferências de recursos, a proposta tem sido a de avaliar riscos da gestão na aplicação dos recursos públicos repassados às entidades parceiras, auferindo a legalidade, a economicidade (utilização de parâmetros de custos – como os do Sistema Nacional de Pesquisa de

Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI), a eficácia (atingimento da meta física), a eficiência (obediência a padrões definidos com rapidez, qualidade e recursos otimizados) e a efetividade (resultado necessário e com retorno para a sociedade) das ações de responsabilidade da Sudeco.

Além disso, a equipe da Auditoria-Geral participou de capacitações ministradas por diversas instituições, em especial pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Controladoria-Geral da União – CGU, sendo que os conhecimentos foram disseminados aos dirigentes, que são os principais responsáveis pelo estabelecimento da estratégia da Organização e da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão.

Em que pese a adoção dessas medidas, a superintendência ainda carece de controles internos eficientes em seus processos de trabalho, pela ausência de rotinas devidamente formalizadas e de atividades de monitoramento para garantir que os eventuais desvios de rumos sejam tempestivamente identificados e corrigidos. Na tentativa de minimizar essas deficiências, a Diretoria Colegiada vem acatando as sugestões da Auditoria-Geral e providenciando a melhoria dos procedimentos na medida do possível, considerando a capacidade e conhecimento do seu corpo técnico.

4.2 – Oportunidades

Em seu planejamento estratégico, a Sudeco analisou, por meio da matriz SWOT, o cenário externo, oportunidades e ameaças, e interno, forças e fraquezas, de toda Organização.

Matriz SWOT

F Forças • SUDECO é gestora de fundos de relevância (FCO e FDCO) • Localização geográfica no centro do poder político • Bom relacionamento com entes federados • Área de atuação específica (Centro-Oeste) • Servidores jovens e com potencial • Boa estrutura física	F Fraquezas • Alta evasão da autarquia • Ausência de gestão por competência • Alta rotatividade dos gestores • Ausência de Plano de Carreira específico • Baixo investimento em TIC • Descontinuidade do mapeamento de processos • Ações de divulgação institucional de baixo resultado • Insuficiência de plano de capacitação • Carência de servidores • Impossibilidade de conceder incentivos fiscais • Ausência de assessoria parlamentar
O Oportunidades • Região CO ser promissora e dinâmica • Emendas parlamentares • Demanda crescente por práticas sustentáveis • Demanda da sociedade por ações de desenvolvimento regional do Centro-Oeste • Disponibilidade de recursos nacionais e internacionais • Parcerias com setor público e privado	A Ameaças • Restrição orçamentária e financeira • Ingerência política • Extinção da SUDECO • Instabilidade política • Ingerência nos Fundos • Fragilidade das políticas de desenvolvimento regional • Extinção dos fundos (FCO e FDCO)

A análise SWOT é uma ferramenta clássica e tradicional para a análise do ambiente. É amplamente utilizada nos processos de planejamento estratégico, em razão de sua simplicidade e das opções de análise e customização. Por meio do confronto entre os elementos do ambiente interno (forças/strengths e fraquezas/weaknesses) e do ambiente externo (oportunidades/opportunities e ameaças/threats), a matriz identifica fatores-chave da gestão que permitem estabelecer prioridades de atuação.

Em se tratando das oportunidades identificadas, elas estão elencadas a seguir:

- ✓ Região Centro-Oeste ser promissora e dinâmica;
- ✓ Emendas parlamentares;
- ✓ Demanda crescente por práticas sustentáveis;

- ✓ Demanda da sociedade por ações de desenvolvimento regional do Centro-Oeste;
- ✓ Disponibilidade de recursos nacionais e internacionais;
- ✓ Parcerias com setor público e privado.

Com o intuito de aproveitar as oportunidades identificadas, a atual gestão está trabalhando para qualificar a Autarquia como Agência Executiva, o que promoverá um choque de gestão, com melhoria da qualidade dos serviços prestados, mapeamento de processos e desenvolvimento de sistemas de gestão eficiente e transparente, o que será de suma importância para que a Sudeco possa cumprir as recomendações de sua missão institucional.

No entanto, tendo em vista as restrições orçamentárias atuais, essas tratativas ainda se encontram em fase embrionária e estão sendo articuladas com o objetivo de obter recursos e/ou suporte de consultoria para a elaboração de um modelo de gestão e de reestruturação para que a Instituição possa cumprir os requisitos elencados na Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, art. 51, incisos I e II, e assim obter a qualificação de Agência Executiva.

5 – Resultados e desempenho da gestão

5.1 – Resultados em 2019

A Sudeco orienta suas ações observando diversos objetivos e indicadores delimitados no seu Planejamento Estratégico para o período de 2019 a 2022. Os objetivos estratégicos constituem conquistas que precisam ser alcançadas para o cumprimento da missão institucional. Já os indicadores vinculam-se diretamente a esses objetivos e têm a finalidade de medir o desempenho e auxiliar na aplicação de correções na atuação da Organização para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Dessa forma, os resultados serão demonstrados por meio de alguns indicadores do documento supracitado. Ressalta-se que alguns objetivos estratégicos e indicadores que não possuam relação direta com a missão institucional não serão tratados nessa parte do relatório. Cabe lembrar que a missão da Sudeco é promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, de forma incluyente e sustentável, e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Tendo isso em mente, os objetivos da Autarquia foram criados com o intuito de ajudar direta ou indiretamente a tratar os problemas relacionados ao desenvolvimento do Centro-Oeste, como deficiências de infraestrutura, baixo aproveitamento de potencialidades locais em atividades produtivas, ocorrência de níveis inadequados de capacitação para atender as necessidades do mercado de trabalho, entre outras questões.

Objetivo Estratégico – Fortalecer a Gestão Estratégica

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2019
Quantidade de Projetos Alinhados ao Mapa Estratégico (QPAME)	QPAME = quantidade de projetos alinhados ao Mapa Estratégico.	Apresenta a quantidade de projetos alinhados ao Mapa Estratégico.	Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador de Planos e Projetos Especiais.	100%.	100%.

Todos os instrumentos celebrados pela Diretoria de Planejamento e Avaliação seguem a Resolução nº 12, de 24 de abril 2019, que dispõe sobre os requisitos para análise e seleção de propostas de transferências voluntárias a serem apoiadas pela Sudeco, com recursos alocados no Orçamento Geral da União, e que, portanto, estão de acordo com o Mapa Estratégico.

Objetivo Estratégico – Mapear e Organizar Processos de Trabalho

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Realizado em 2019
Índice de Tomadas de Contas Especiais Enviadas à CGU dentro do Prazo Legal (ITCEPL)	$ITCEPL = QTCEPL / QTCEI \times 100$ QTCEPL: quantidade de tomadas de contas especiais (TCE's) enviadas à CGU dentro do prazo legal de 45 dias. QTCEI: quantidade de TCE's instauradas.	Quanto maior o percentual, maior a quantidade de tomadas de contas especiais (TCE's) enviadas à CGU dentro do prazo legal de 45 dias.	Gabinete e Auditoria-Geral / Chefe de Gabinete e Auditor-Geral.	70%.	50%.

Oito tomadas de contas especiais (TCE's) foram instauradas no exercício de 2019, das quais quatro foram enviadas dentro do prazo legal de 45 dias, previsto no Anexo I (Norma de Execução nº 2), item 3.3, da Portaria nº 807/CGU, de 25.04.2013. No entanto, duas TCE's foram enviadas com até três dias de atraso, tendo em vista a ocorrência de acúmulo de atividades entre os colaboradores da área que trata dessa questão e de problemas técnicos nos sistemas relacionados ao trâmite de TCE's.

Objetivo Estratégico – Ampliar Parcerias para Fomentar Investimentos

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2019
Quantidade de Projetos de Investimento Estrangeiro apoiados pela Sudeco (QPIE)	QPIE = quantidade de projetos de investimento estrangeiro implementados.	Apresenta a quantidade de projetos de investimento estrangeiro implementados.	Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador de Planos e Projetos Especiais.	1 por biênio.	0.
Quantidade de Parcerias Celebradas (QPC)	QPC = quantidade de parcerias celebradas.	Apresenta a quantidade de instrumentos de parceria para fomento de investimentos no Centro-Oeste com organizações do setor público e privado celebrados.	Sudeco / Coordenador de Planos e Projetos Especiais.	3 por ano.	2.

Em se tratando do indicador QPIE, nenhum projeto foi apoiado em 2019, porém o indicador tem abrangência até o final de 2020.

Quanto ao QPC, em 2019, a DPA firmou duas parcerias com organizações do setor público e privado, não atingindo, em uma parceria, sua meta anual prevista no Planejamento Estratégico. São elas:

- Protocolo de Intenções entre a Sudeco e a Frente Nacional dos Prefeitos – FNP, com o objetivo de promover ações conjuntas nos municípios da Região Centro-Oeste, visando o desenvolvimento regional, de forma inclusiva, e a integração municipal a fim de trazer prosperidade ao Centro-Oeste;
- Termo de Execução Descentralizada – TED entre a Sudeco e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa para a realização da Tecnofam – Tecnologias e Conhecimentos para Agricultura Familiar, em Dourados (MS), a fim de capacitar agricultores familiares para viabilizar a produção sustentável de alimentos na propriedade e realizar cursos de capacitação, dando continuidade ao processo de aprendizagem e aperfeiçoamento dos agentes multiplicadores atuantes em diferentes polos agroeconômicos do estado de Mato Grosso.

Objetivo Estratégico – Viabilizar Estudos e Projetos para Promover o Desenvolvimento Regional

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2019
Quantidade de Projetos Especiais Implantados (QPEI)	QPEI = quantidade de projetos especiais implantados em municípios classificados como de economia “estagnada” ou “dinâmica” na PNDR ou espaços prioritários.	Apresenta a quantidade de Projetos Especiais implantados em municípios classificados como de economia “estagnada” ou “dinâmica” na PNDR ou espaços prioritários.	Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador de Planos e Projetos Especiais.	3 por ano.	1.
Quantidade de Estudos Realizados (QER)	QER = quantidade de estudos realizados ou contratados.	Apresenta a quantidade de estudos realizados ou contratados.	Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador-Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais.	1 estudo por ano.	2.

Pode-se concluir que a meta de implantação anual de três projetos especiais em municípios classificados como de economia “estagnada” ou “dinâmica” na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) ou em espaços prioritários não foi alcançada, uma vez que o único projeto implementado diz respeito ao TED entre a Sudeco e a Embrapa mencionado anteriormente.

Quanto ao indicado QER, a DPA realizou dois estudos, ultrapassando a meta definida pelo objetivo estratégico correspondente, conforme quadro acima. São eles:

- A revisão do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO 2019-2022);
- A realização do estudo sobre a cadeia produtiva da piscicultura no estado do Mato Grosso, o qual buscou promover a coordenação de ações públicas e privadas em polos selecionados, elevando a eficiência e efetividade dos gastos públicos e privados, a fim de fomentar a implementação do Programa Rota do Peixe – MT.

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2019
Índice de Convênios aptos para Liberação de Recursos (ICALR)	ICALR = QCALR / QCC x 100 QCALR: quantidade de convênios aptos para liberação de recursos. QCC: quantidade de convênios celebrados.	Quanto maior o percentual, maior a quantidade de convênios aptos para liberação de recursos em relação à quantidade de convênios celebrados.	Coordenação de Formalização (CFOR) e Coordenação de Engenharia (COENG) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional.	80% para a CFOR. 20% para a COENG.	96,2% (CFOR). 28,7% (COENG).

Em 2019, na CFOR, foram 103 convênios aptos para liberação de recursos, diante de 107 convênios celebrados. Dessa forma, o resultado alcançado foi de 96,2%.

A partir da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, a liberação de recursos dos ajustes somente ocorre com o aceite do processo licitatório. O fato de os resultados terem sido maiores que as metas estabelecidas indica que os convenientes têm trabalhado de modo mais célere, realizando as licitações dentro do previsto legal. Além disso, a análise é mais concisa e voltada para as exigências da referida portaria.

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2019
Índice de Vitorias Finais (IVF)	IVF = QVFR / QVFP x 100 QVFR: quantidade de vitorias finais realizadas. QVFP: quantidade de vistoriais finais planejadas.	Quanto maior o percentual, maior a quantidade de vitorias finais realizadas em relação à quantidade de vitorias finais planejadas.	Coordenação de Formalização (CFOR) e Coordenação de Engenharia (COENG) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional.	80% para a CFOR. 80% para a COENG.	87,5% (CFOR). 220% (COENG).

Foram 21 vistorias finais realizadas pela CFOR, frente 24 planejadas, o que resultou em um índice de 87,5%. Vale ressaltar que nessa coordenação são realizadas vistorias referentes à aquisição de equipamentos. Nesse caso, são feitas apenas as vistorias finais, quando o objeto pleiteado já foi adquirido. A tendência é que o resultado alcançado seja ainda maior nos próximos anos, tendo em vista que por conta das alterações na Portaria nº 424/2016 e da tecnologia utilizada no Aplicativo de Fiscalização, o processo de vistorias tem sido mais rápido.

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2019
Quantidade de Contratos de Repasse (QCR)	QCR: quantidade de contratos de repasse enviados para mandatária.	Representa a quantidade de contratos de repasse enviados para mandatária.	Coordenação de Formalização (CFOR) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional.	Todos.	47 (Todos).
Índice de Dimensionamento da Equipe de Convênio (IDEC)	$IDEC = \frac{Qproj}{Qpax}$ QProj: quantidade de projetos na área. Qpax: quantidade de pessoas alocadas na área.	Quanto maior o valor, maior a quantidade de projetos por pessoa na área.	Coordenação de Formalização (CFOR) e Coordenação de Engenharia (COENG) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional.	12 para a CFOR. 25 para a COENG.	34,9 (CFOR). 30 (COENG).

O resultado alcançado para a Coordenação de Formalização foi de 34,9 projetos por pessoa. Esse valor acima da meta indica a falta de pessoas no setor, ou seja, a existência de um número elevado de projetos por pessoa.

Essa situação causa impactos no tempo médio de análise das propostas. Como há um número elevado por técnico, não é possível fazer uma análise mais demorada e detalhada. O ideal seria ter mais pessoas e uma melhor distribuição das tarefas. Entretanto, diante do atual cenário, é difícil conseguir tal meta.

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2019
Tempo Médio para Aprovação (TMA)	$TMA = TPA / QPA$ TPA: tempo para aprovação. QPA: quantidade de projetos analisados.	Representa o tempo médio (em dias) empreendido para a aprovação dos projetos.	Coordenação de Formalização (CFOR) / Coordenador-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional.	200 dias por projeto analisado.	165,80 dias.

O Tempo Médio para Aprovação (TMA), tempo entre a celebração do convênio e a aprovação do projeto básico ou termo de referência, foi de 165,8 dias, valor abaixo da meta prevista de 200 dias. Porém, esse resultado somente foi possível porque o indicador considera o tempo da CFOR e da COENG conjuntamente, o que diminui o tempo médio para aprovação devido ao baixo tempo de aprovação do projeto básico ou termo de referência analisado exclusivamente pela CFOR.

O tempo médio para aprovação de projeto básico ou termo de referência analisado apenas pela COENG, área que trata das transferências voluntárias cujos objetos referem-se à realização de obras, é considerado alto, de aproximadamente 806 dias. Isso acontece em virtude da ocorrência de cláusulas suspensivas nos convênios firmados pela Autarquia e que, para superá-las, a Sudeco depende da apresentação, por parte dos convenientes, de toda a documentação exigida em legislação específica, o que ocorre, na maioria das vezes, próximo ao final dos prazos concedidos.

No caso das propostas cujos objetos dizem respeito à aquisição de equipamentos, as quais são analisadas apenas pela CFOR, esse tempo para aprovação do termo de referência costuma ser baixo. Isso ocorre porque existe uma previsão na Portaria nº 424/2016 segundo a qual para convênios relacionados a equipamento e custeio, cujo valor de repasse seja superior a R\$ 100.000,00 e inferior a R\$ 1.000.000,00, faixa de valores mais comum para as propostas analisadas pela coordenação, é obrigatória a apresentação do termo de referência e o convênio somente pode ser celebrado com a sua aprovação.

Objetivo Estratégico – Fortalecer Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional

Indicador	Fórmula	Interpretação / Sentido	Fonte / Responsável	Meta	Resultado em 2019
Quantidade de Projetos Apoiados (QPA)	QPA = quantidade de projetos com foco na geração de emprego e renda apoiados por convênio, termo de execução descentralizada (TED) ou acordo de cooperação técnica (ACT).	Apresenta a quantidade de projetos com foco na geração de emprego e renda apoiados por convênio, termo de execução descentralizada (TED) ou acordo de cooperação técnica (ACT).	Diretoria de Planejamento e Avaliação – DPA / Coordenador-Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais.	1 por ano.	2.

Esses dois projetos dizem respeito ao Protocolo de Intenções entre a Sudeco e a FNP e ao Termo de Execução Descentralizada firmado pela Autarquia com a Embrapa já citados anteriormente. Além disso, outros doze projetos, também voltados ao apoio de arranjos produtivos locais com foco na geração de emprego e renda, continuaram sua execução:

- Criação de um sistema de irrigação em Luiz Alves do Araguaia, localizado em Goiás, que permita o aproveitamento hidroagrícola, com área útil de 6.579,91 hectares para irrigação de lavouras, predominantemente com arroz (Termo de Compromisso nº 0251/2011);
- Estudo de Viabilidade para a 3ª etapa do projeto para implantar sete barragens em Flores de Goiás (Termo de Compromisso nº 015/2008 entre a Sudeco e o município de Flores de Goiás);
- Caracterização e seleção genética para a eficiência alimentar em bovinos nelore avaliados no estado de Goiás (Termo de Execução Descentralizada nº 002/2016 com a Embrapa);
- Viabilização de condições que possibilitem a execução, pelo Centro Universitário Euroamericano de Ensino Superior (Unieuro), do projeto de integração Ensino – Serviço – Comunidade – Gestão, nos municípios que constituem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), tendo como objetivo treinar em serviço os alunos de graduação do curso de Medicina do Unieuro e promover a melhoria dos níveis de saúde da população do Distrito Federal e dos municípios da RIDE, área de interesse comum dos partícipes (Acordo de Cooperação Técnica entre o Unieuro e a Sudeco);
- Projeto Brasil Agrícola, cujo objetivo é viabilizar, com o apoio do Ministério da Agricultura e das superintendências de desenvolvimento, investimentos financeiros, gerar empregos diretos e beneficiar inúmeros municípios e estados brasileiros (Acordo de Cooperação com a Geoterra);
- Implantação do projeto de irrigação Gleba Mercedes, cujo objeto é a elaboração de estudo visando a implantação do projeto de irrigação no município de Sinop para promover crescimento econômico de forma compatível com o manejo adequado dos recursos naturais da região (Convênio firmado com o município de Sinop – MT);
- Estudo de viabilidade da implantação de um Parque Tecnológico Internacional na Região de Fronteira Brasil – Paraguai, em Ponta Porã – MS (Convênio com o município de Ponta Porã);
- Estímulo à cadeia produtiva da erva-mate e capacitação técnica dos agricultores familiares envolvidos (Termo de Execução Descentralizada nº 36/2013 e Convênio nº 799486/2013 celebrado entre a Sudeco e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER/MS);
- Instalação de conjuntos de irrigação, em benefício de produtores rurais, destinados principalmente à intensificação da produção de leite (Convênio nº 755278/2010 com a AGRAER/MS);
- Realização de cursos profissionalizantes para a população de São Gabriel do Oeste – MS (Convênio entre a Sudeco e esse município);

- Promoção do desenvolvimento sustentável do Vale do Paranã – GO, por meio da inovação tecnológica no aproveitamento das fruteiras nativas do cerrado e unidades demonstrativas, conjugado com ações de assistência técnica focada nos agricultores familiares (Convênio com o município de Alvorada do Norte – GO);
- Continuidade do projeto de processamento de polpa de frutos do Cerrado, realizado durante o ano de 2017 e com nova etapa de desenvolvimento para o período de 2018 e 2019, junto à comunidade agrícola do Indaiá, voltado à formação, pesquisa e capacitação para o setor econômico (Termo de Execução Descentralizada nº 01/2018 firmado entre o Instituto Federal de Goiás e a Sudeco).

Dessa forma, verifica-se que a meta de um projeto por ano foi alcançada e, ainda, superada em mais um projeto, além dos doze já em execução apresentados acima.

A viabilização de boa parte desses projetos e de outros convênios firmados pela Sudeco ocorreu por meio da utilização de ações orçamentárias vinculadas ao Programa 2029 (Desenvolvimento Regional e Territorial) e ao Programa 2077 (Agropecuária Sustentável), que são Programas Temáticos do Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019, instituído pela Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.

Cabe ressaltar que em relação aos indicadores QPC e QPEI, a DPA constantemente busca parcerias e articulação com outras instituições, procurando sempre ações que contribuam para o atingimento das metas e objetivos da Sudeco. Além disso, a restrição orçamentária que assola o Governo Federal compromete muito as ações da Autarquia, refletindo negativamente nos resultados dos indicadores.

O quadro abaixo apresenta um comparativo entre os resultados alcançados pela COENG nos exercícios de 2018 e 2019:

Indicador	Valor em 2018	Valor em 2019	Evolução	Status
Índice de Convênios aptos para Liberação de Recursos (ICALR - %)	25,70%	28,70%	11,67%	Melhoria
Índice de Vistorias Finais (IVF - %)	80%	220%	175,00%	Melhoria Significativa
Quantidade de Contratos de Repasse (QCR - unid.)	42	47	11,90%	Melhoria
Índice de Dimensionamento da Equipe de Convênio (IDEC - unid.)	24,5	30	22,45%	Piora
Tempo Médio para Aprovação (TMA - dias) (exclusive CFOR)	1064	806,07	-24,24%	Melhoria Significativa

Nos resultados acima, destaca-se a melhoria significativa no Índice de Vistorias Finais – IVF. A evolução verificada no resultado desse indicador evidencia o esforço da coordenação para reduzir e destravar processos antigos, conhecidos como “Passivo”.

A única piora apresentada está relacionada ao problema de um alto índice de *turnover* no setor que poderia ser solucionado com a concessão de gratificações aos servidores e aprovação do plano de carreira aos servidores do quadro da Autarquia.

No que tange aos demais resultados, todos apresentaram melhoria. Essa evolução é resultado de iniciativas implementadas e recursos aplicados em diferentes áreas de gestão.

Na área de tecnologia da informação, a unidade adotou a utilização de ferramentas como o Planner, para controle de processos, e o Microsoft Teams, para comunicação interna. Além disso, todos os servidores da COENG receberam um segundo monitor para utilização no dia a dia, o que facilita a execução das atividades diárias de análise de documentos e projetos.

Em relação ao desenvolvimento de pessoas, pode-se destacar que os servidores do setor participaram do curso “Fiscalização e Acompanhamento de Convênios”. Outro fator importante, foi a licença capacitação concedida a dois colaboradores.

Destaca-se também o andamento do contrato firmado com a Caixa Econômica Federal. Por meio dele, o banco realiza a análise do projeto básico e a vistoria dos contratos de repasse, o que contribui para reduzir a carga de trabalho da COENG.

Quanto ao acompanhamento dos resultados da CFOR, o monitoramento na Coordenação de Formalização tem como objetivo evitar desvios de finalidade na execução dos objetos conveniados e acompanhar a execução desses convênios, que dizem respeito às aquisições de equipamentos. De um modo geral, os resultados foram bem satisfatórios e há boas perspectivas para os próximos exercícios.

De uma maneira geral, o monitoramento dos resultados alcançados pela Sudeco é realizado periodicamente através da análise dos indicadores destacados no Planejamento Estratégico da Instituição. O controle dos resultados desses indicadores é de responsabilidade de cada área. Dessa forma, a gestão dos processos da Instituição acompanha os objetivos estratégicos e contribui para que a Autarquia alcance os resultados esperados.

5.2 – Gestão orçamentária e financeira

Observou-se aumento dos pagamentos totais em 2019, que subiram de R\$ 54,5 milhões para R\$ 79,9 milhões. Ainda assim, verificou-se um aumento do carregamento de restos a pagar, que atingiram o montante de R\$ 435,4 milhões, maior valor da série temporal.

Em grande parte, esse acúmulo de restos a pagar deve-se ao baixo ou inexistente pagamento, no mesmo exercício, de despesas do orçamento finalístico – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e emendas – que acaba ocorrendo apenas em anos seguintes aos empenhos.

Gráfico 2 – Restos a pagar



Gráfico 3 – Empenhos

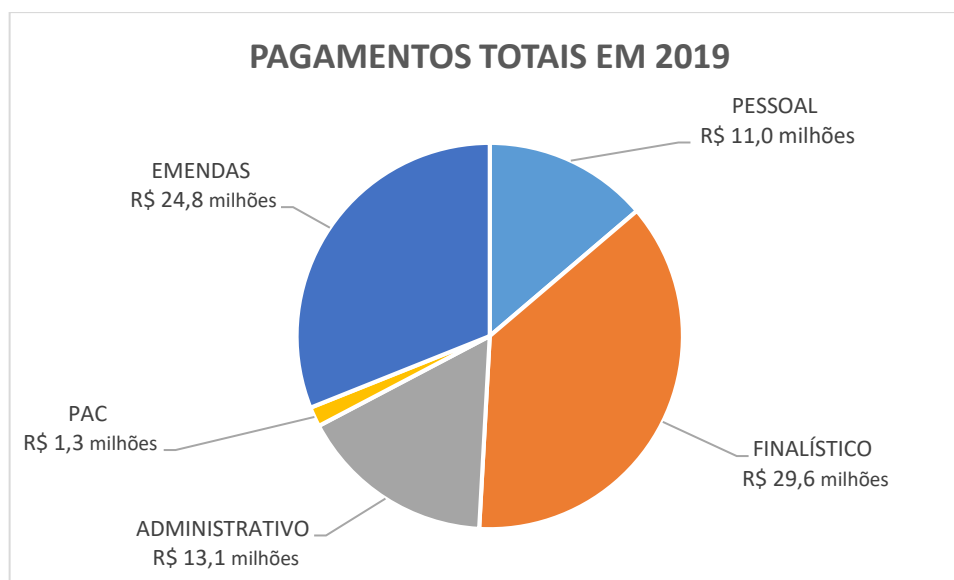


Isso se deve a dificuldades e atrasos, durante o ano, na execução dessas despesas, quase sempre realizadas por meio de convênios com estados e municípios, e pela existência de entraves burocráticos ou devido ao atraso no recebimento de limites de empenho, em razão do decreto de contingenciamento.

Como consequência, a Autarquia acaba mantendo um carregamento de saldos de restos a pagar relevante, cujo limite financeiro para pagamento disponível passa a concorrer com o limite para execução dentro do exercício.

Na figura a seguir, ao se analisar os pagamentos totais por tipo de gasto, percebe-se que o custeio da Instituição (despesas com pessoal e com a parte administrativa) representou 30,2% da despesa, apresentando melhora em relação aos 39,3% relativos a 2018.

Gráfico 4 – Pagamentos



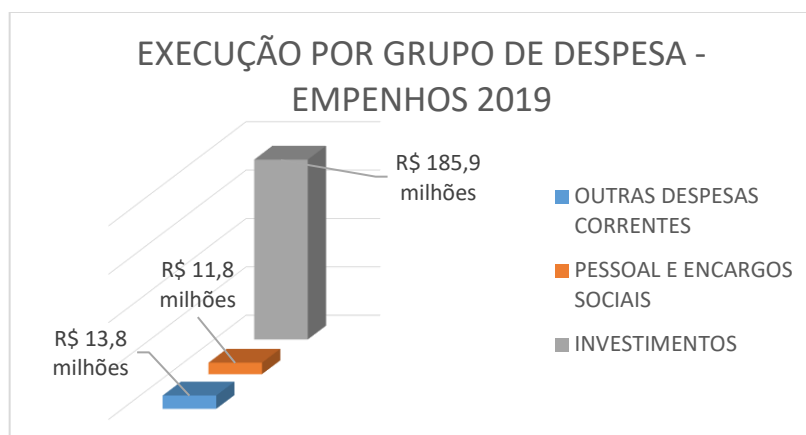
Essa proporção demonstra que ainda há espaço para um aumento de escala da Sudeco, embora se saiba que existe uma carência severa de pessoal. Essa aparente contradição é explicada pela existência de custos fixos altos para a manutenção de uma autarquia federal.

A seguir, exhibe-se a execução total do orçamento por programa e ação:

Valores em reais.

PROGRAMA DE GOVERNO		AÇÃO DE GOVERNO		DESPESAS EMPENHADAS
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	8902	PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA	83.459.299,86
2077	AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL	3770	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO LUIZ ALVES DO ARAGUAIA	18.636.905,00
2111	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	12.428.536,21
		20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	10.415.585,64
2077	AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL	5252	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO FLORES DE GOIÁS	4.893.594,20
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	7K66	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO	2.330.000,00
2111	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS Autarquias E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	1.398.514,91
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	20NK	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUB-REGIONAIS	1.314.387,00
2111	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	212B	BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	624.225,09
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	20WQ	GESTÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	382.854,15
		214S	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS – ROTAS	200.000,00
2111	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	140.964,00
		216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS	114.000,00
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	4640	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A COMPETITIVIDADE	88.000,00

Gráfico 5 – Execução orçamentária por grupo de despesa



Ao detalhar-se as despesas empenhadas pelo Grupo de Natureza da Despesa – GND, constata-se que 88% são classificadas como investimento, o que está em linha com a predominância da participação dos orçamentos de emendas, PAC e finalístico no orçamento total, os quais são executados quase em sua totalidade nesse GND.

ELEMENTOS DE DESPESA	Valores em reais. DESPESAS EMPENHADAS
42 – AUXÍLIOS	179.328.204,34
11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	9.992.379,98
37 – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	6.587.737,66
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ – OP. INT. ORC.	3.767.618,78
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ – OP. INT. ORC.	3.497.586,09
70 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	2.300.000,00
13 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.398.514,91
40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ	1.391.153,56
46 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	512.314,40
33 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	463.589,32
52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	460.791,61
93 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	415.271,55
16 – OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	381.323,95
30 – MATERIAL DE CONSUMO	233.437,71
41 – CONTRIBUIÇÕES	200.000,00
14 – DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	136.000,00
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	100.436,34
47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	73.015,71
49 – AUXÍLIO-TRANSPORTE	62.711,44
08 – OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	49.199,25
07 – CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	41.881,71
36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P. FÍSICA	33.697,73

Na tabela acima, que exhibe os valores empenhados por elemento de despesa, evidenciando as vinte e duas maiores categorias, destaca-se o elemento “42 – AUXÍLIOS”, que é utilizado para a realização de convênios e corresponde a 85% da execução da Autarquia.

5.3 – Gestão de fundos

O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO foi criado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e regulamentado pelo Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013, até a publicação do Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019. Possui natureza contábil, gerido pela Sudeco, Entidade da Administração Indireta do Poder Executivo, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

De acordo com o art. 1º do Decreto nº 10.152/2019, o Fundo tem por finalidade assegurar recursos para:

- A implementação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO; e
- O financiamento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Outros normativos tratam de aspectos mais específicos do FDCO, como as resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco).

Sua execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil é realizada através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), sob nº 537004, atendendo às normas dos órgãos centrais de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de controle interno do Poder Executivo Federal. As disponibilidades financeiras ficam depositadas na Conta Única do Tesouro Nacional, à ordem da Sudeco, conforme dispõe o parágrafo único do art. 18 da Lei Complementar nº 129/2009.

O FDCO constitui importante mecanismo propulsor da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no âmbito da Região Centro-Oeste, fortalecendo a atividade produtiva regional, bem como a geração de emprego e renda, com condições diferenciadas, tais como prazos e taxas de juros.

De acordo com o § 6º do art. 16 da Lei Complementar nº 129/2009, o FDCO terá como agentes operadores instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para a seleção e a aprovação de projetos de investimentos, é necessário o enquadramento nas prioridades setoriais e espaciais definidas pelo Condel/Sudeco. As prioridades, para o exercício de 2019, foram aprovadas pelo Conselho, por meio da Resolução nº 85, de 14 de dezembro de 2018.

Para ter acesso ao financiamento, o interessado deverá possuir recursos próprios, como contrapartida dos investimentos, equivalentes a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor total do investimento previsto para o projeto. A participação dos recursos do FDCO poderá ser de até 80% (oitenta por cento) do investimento total do projeto, limitada, no máximo, em 90% (noventa por cento) do investimento fixo, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Limites máximos de participação do FDCO conforme o setor da economia e a localização do empreendimento

(Anexo II da Resolução CMN nº 4.171, de 20.12.2012, redação dada pela Resolução CMN nº 4.481, de 02.05.2016)

Localização	Setores da Economia				
	Infraestrutura (Saneamento e Abastecimento de Água)	Infraestrutura	Serviço Público	Estruturador	Outros Setores
Áreas Prioritárias *	80%	60%	60%	55%	50%
Demais Áreas	70%	50%	50%	45%	40%

* Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, Faixa de Fronteira, municípios integrados à tipologia da PNDR (Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, e Portaria MI nº 34, de 18 de janeiro de 2018).

De acordo com o art. 1º da Resolução CMN nº 4.171, de 20 de dezembro de 2012, inciso VIII, alínea "h", redação dada pela Resolução CMN nº 4.623, de 2 de janeiro de 2018, os encargos financeiros dizem respeito à taxa efetiva de juros dos Fundos de Desenvolvimento (TFD). Assim sendo, os encargos financeiros, para o exercício de 2019, foram estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.644, de 28 de fevereiro de 2018, que definiu a metodologia para apurar mensalmente a TFD para as operações contratadas a partir de 2 de março de 2018.

A seleção de projetos de investimentos considera a relevância do empreendimento para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste, em conformidade com o disposto no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO).

As competências institucionais relacionadas ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste são estabelecidas pelo Regimento Interno da Sudeco, aprovado pela Resolução nº 4, de 21 de maio de 2012, e estão distribuídas entre a Diretoria Colegiada, a Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF) e a Ouvidoria da Sudeco.

Objetivos e desempenho do Fundo

O FDCO possui como objetivo o comprometimento de 100% das disponibilidades dos recursos programados para o exercício, a partir de sua aplicação em projetos de interesse do desenvolvimento regional do Centro-Oeste.

O Relatório de Gestão do Fundo apresenta previsão orçamentária, em 2019, no montante de R\$ 160.572.237,00 (cento e sessenta milhões, quinhentos e setenta e dois mil e duzentos e trinta e sete reais), conforme o quadro a seguir.

Quadro 2 – Relatório de Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste em 2019

	Valores em R\$ 1,00		
	Previsto (A)	Realizado (B)	% (B/A)
I – Resultado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro do ano anterior (2018)	481.084.529,37	756.580.902,37	157,27
II – Receitas Financeiras	160.572.237,00	158.163.653,00	98,50
a) Dotações Orçamentárias	160.572.237,00	158.163.653,00	98,50
b) Produto da Alienação de Valores Mobiliários e Dividendos	-	-	
c) Resultados de Aplicações Financeiras	-	-	
d) Outros Recursos Previstos em Lei	-	-	
III – Despesas Operacionais	11.841.604,49	606.875,76	5,12
a) Remuneração do Banco Operador	-	-	
b) Remuneração da Superintendência de Desenvolvimento	9.433.020,93	606.875,76	6,43
c) Recursos para Custeio de Atividades em Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia	2.408.583,56	0,00	0,00
d) Outras Despesas Operacionais Previstas em Lei	-	-	
IV – Resultado das Disponibilidades Financeiras do Fundo: Disponibilidade Financeira para Novos Projetos (I + II - III)	629.815.161,88	914.137.679,61	145,14
V – Comprometimento Financeiro do Fundo	471.651.046,79	30.343.787,93	6,43
a) Desembolsos Financeiros com os Projetos Aprovados com liberações em atraso	386.858.900,62	15.435.368,36	3,99
b) Desembolsos Financeiros com os Projetos Aprovados com liberações em dia	84.792.146,17	14.908.419,57	17,58
VI – Disponibilidade Financeira para Novos Projetos (IV - V)	158.164.115,09	883.793.891,68	558,78
VII – Desembolsos Financeiros com os Projetos em Aprovação	0,00	0,00	0,00
VIII – Disponibilidade Financeira do Fundo (IV - V - VII)	158.164.115,09	883.793.891,68	558,78
IX – Resultado Financeiro do Fundo (VIII)	158.164.115,09	883.793.891,68	558,78

Notas:

- A coluna "Previsto (A)" corresponde à coluna "2019" da Previsão das Despesas, das Disponibilidades e dos Comprometimentos Financeiros (RDC) – Exercício 2019;
- O Resultado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro do ano anterior (item I) da coluna "Previsto (A)", corresponde aos recursos inscritos em restos a pagar em 31.12.2018 no montante de R\$ 799.244.771,63 subtraído o empenho cancelado em 2019 no valor de R\$ 42.663.869,26 e o empenho que seria cancelado ainda em 2019 no valor de R\$ 275.496.373,00;
- O Resultado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro do ano anterior (item I) da coluna "Realizado (B)", corresponde aos recursos inscritos em restos a pagar em 31.12.2018 no montante de R\$ 799.244.771,63 subtraído apenas o empenho cancelado em 2019 no valor de R\$ 42.663.869,26, tendo em vista que a previsão de cancelamento do empenho no valor de R\$ 275.496.373,00 não se concretizou em 2019;
- A Receita Financeira (item II), da coluna "Realizado (B)", compreende os empenhos efetuados no exercício;
- O Resultado Financeiro do Fundo (item IX), registrado na coluna "Realizado (B)", corresponde aos recursos empenhados e inscritos em restos a pagar em 31.12.2019.

O Resultado Financeiro do Fundo em 31 de dezembro do ano anterior (item I da coluna "Previsto (A)" do quadro acima), no valor de R\$ 481.084.529,37, corresponde ao saldo de recursos inscritos em restos a pagar em 2018, no montante de R\$ 799.244.771,63, deduzido o empenho cancelado em maio de 2019, no valor de R\$ 42.663.869,26, pelo indeferimento do projeto da empresa Companhia Thermas do Rio Quente pela Caixa Econômica Federal (CEF), subtraído também o empenho que seria cancelado ainda em 2019, no valor de R\$ 275.496.373,00, referente ao

projeto da empresa CPX Goiana Mineração. Ocorre que a previsão de cancelamento do empenho no valor de R\$ 275.496.373,00 não se concretizou em 2019, o qual será realizado em 2020.

Diante disso, o Resultado Financeiro do Fundo "Realizado" foi no valor de R\$ 756.580.902,37.

Da dotação orçamentária aprovada para o exercício de 2019, no valor de R\$ 160.572.237,00, verificou-se a realização de R\$ 158.163.653,00 (98,50%), restando um saldo não utilizado de R\$ 2.408.584,00. Esse saldo diz respeito aos recursos destinados ao custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, correspondente a 1,5% dos recursos oriundos de juros e amortizações dos financiamentos do FDCO, conforme estabelecido no § 7º do art. 17 da Lei Complementar nº 129/2009.

No que se refere aos recursos para custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, não houve aplicação, tendo em vista que os critérios de aplicação ainda não foram regulamentados.

Os desembolsos financeiros previstos para o exercício de 2019, no valor de R\$ 471.651.046,79, conforme item V, coluna "Previsto (A)", não foram integralmente efetivados em virtude do descompasso entre a programação e a execução efetiva de investimentos nos projetos, provocando uma reprogramação das previsões para o ano de 2019.

Dessa forma, foram desembolsados R\$ 30.950.663,69, referentes a recursos empenhados nos anos de 2013 (HPE Automotores do Brasil Ltda.), 2015 (Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - MGO) e 2016 (Companhia Thermas do Rio Quente), conforme apresentado a seguir:

Quadro 3 – Desembolsos realizados no exercício de 2019

Parcela	Empresa	Valor da Empresa (R\$)	Recurso Revertido à Sudeco 2% (R\$)	Total (R\$)
9ª	HPE	15.435.368,36	308.707,37	15.744.075,73
7ª	MGO	11.540.000,00	230.800,00	11.770.800,00
2ª	THERMAS	3.368.419,57	67.368,39	3.435.787,96
Total		30.343.787,93	606.875,76	30.950.663,69

Destaca-se que nesse exercício não houve pedido de liberação para a empresa Fibria-MS Celulose Sul Matogrossense Ltda.

No que se refere aos recursos das transferências do FDCO (2% do valor de cada liberação de recursos) creditados à Sudeco como receitas (art. 7º, inciso II, da Lei Complementar nº 129/2009), o valor realizado, no montante de R\$ 606.875,76, conforme quadro acima, também foi inferior ao previsto, tendo em vista que somente é revertido como receita quando ocorre o desembolso de recursos às empresas, proporcionalmente aos valores liberados.

Origem dos recursos do FDCO, aplicação no exercício e saldos acumulados

De acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, constituem recursos do Fundo as dotações orçamentárias consignadas nas leis orçamentárias anuais e em seus créditos adicionais; eventuais resultados de aplicações financeiras dos seus recursos; produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados; a reversão dos saldos anuais não aplicados, apurados na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; os recursos oriundos de juros e amortizações de financiamentos; e outros recursos previstos em lei.

A dotação orçamentária para o exercício de 2019, segundo a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, foi de R\$ 160.572.237,00, referente apenas aos recursos oriundos de juros e amortizações de financiamentos.

O quadro, a seguir, apresenta o resumo das consultas prévias analisadas no exercício de 2019.

Quadro 4 – Resumo das Consultas Prévias (posição em 31.12.2019)

Situação	Total	Valor Total do Investimento (R\$)	Participação do FDCO (R\$)
I – Apresentados	6	2.065.741.894,00	359.699.327,50
II – Análise Concluída	3	1.825.558.758,00	260.377.322,60
III – Em Análise / Análise Suspensa	3	240.183.136,00	99.322.004,90
IV – Devolvidos e não reapresentados	1	206.000.000,00	103.000.000,00
V – Aprovados	2	1.619.558.758,00	157.377.322,60
VI – Empenhados	2	1.644.990.451,00	155.062.404,90

Observação: o quadro abrange somente as consultas prévias que constituem pleitos distintos, desconsiderando as reapresentações.

Em 2019, não houve formalização de contrato com recursos do FDCO.

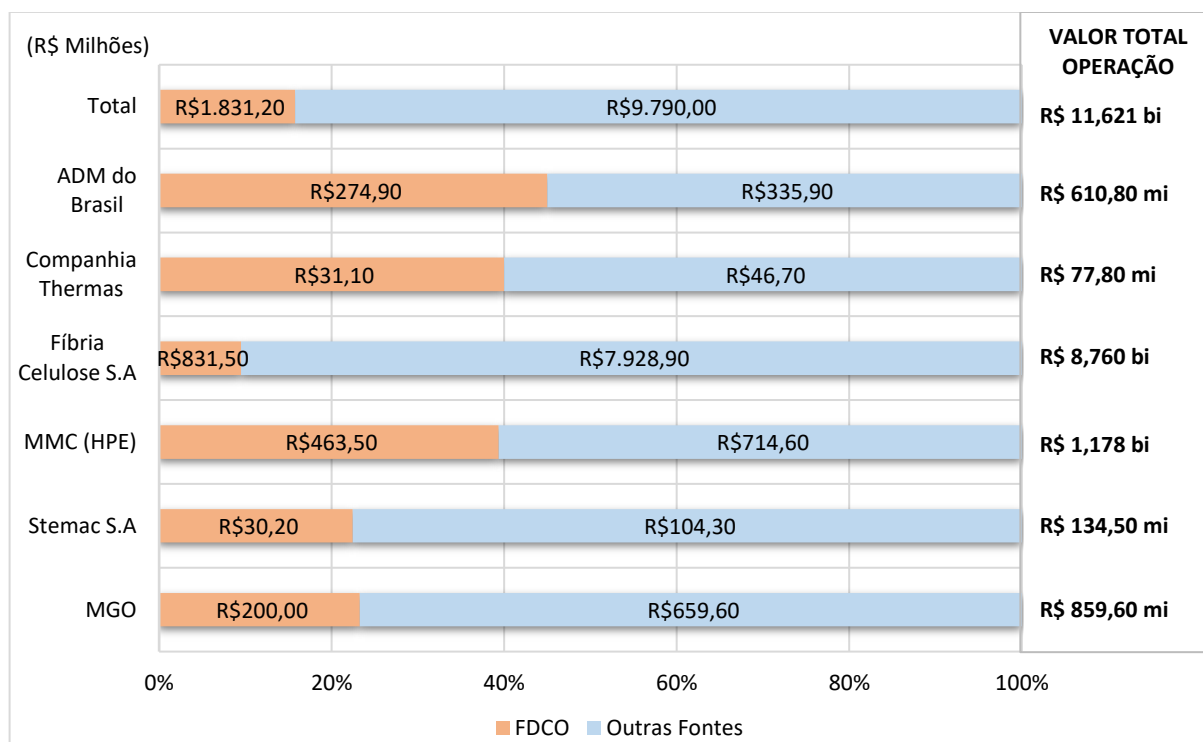
O FDCO encerrou o exercício de 2019 apresentando, como resultado financeiro, o saldo de R\$ 883.793.891,68 de recursos empenhados, conforme item IX, coluna “Realizado (B)” do Quadro 2.

Desse montante, R\$ 450.133.865,68 referem-se a recursos a liberar de operações contratadas; R\$ 117.861.000,00 dizem respeito a projeto aprovado pelo Banco do Brasil S.A. em fase de análise pela Sudeco sobre a participação de recursos do FDCO no financiamento do projeto da empresa Nexa Recursos Minerais; R\$ 275.496.373,00 referem-se ao recurso que será cancelado por desistência do financiamento pela empresa CPX Goiana Mineração; e R\$ 40.302.653,00 dizem respeito a recurso empenhado em favor da empresa Premium Armazenagem e Administração, aprovado por decisão "Ad Referendum" da Diretoria Colegiada da Sudeco, por ocasião da 74ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de dezembro de 2019.

Desde o início de suas atividades, o FDCO contratou seis operações. Essas contratações trouxeram para a região um investimento de R\$ 11.621.200.000,00, desses, R\$ 1.831.200.000,00 foram recursos do Fundo (gráfico 6). Essas operações propiciaram a geração e/ou manutenção de cerca de 50,5 mil postos de trabalho na região, entre diretos e indiretos.

Quatro projetos beneficiaram o estado de Goiás, no montante de R\$ 724.800.000,00, e dois beneficiaram o estado de Mato Grosso do Sul, no montante de R\$ 1.106.400.000,00. Os setores demandantes foram: indústria com R\$ 1.600.100.000,00, infraestrutura com R\$ 200.000.000,00 e de serviços, 31.100.000,00.

Gráfico 6 – Contratações do FDCO – Saldo Acumulado – 2013 a 2019



Analisando os valores contratados, demonstrados no gráfico 6, de acordo com a tipologia definida na PNDR à época dessas contratações, verifica-se que do total de recursos contratados (R\$ 1.831.200.000,00 – 6 operações), 45,4% (R\$ 831.500.000,00 – 1 operação) foram para o município classificado como de economia “Estagnada” (Três Lagoas em Mato Grosso do Sul – MS); 43,7% (R\$ 799.700.000,00 – 4 operações) foram para os municípios classificados como “Alta Renda” (Campo Grande – MS, Rio Quente, Catalão e Itumbiara em Goiás – GO); e 10,9% (R\$ 200.000.000,00 – 1 operação) foram para municípios classificados como “Mesorregião de Águas Emendadas” (Campo Alegre de Goiás e Catalão, municípios classificados como “Alta Renda”; e Cristalina, classificado como de economia “Estagnada”; todos localizados no estado de Goiás).

Gráfico 7 – Percentual de valores por tipologia dos municípios beneficiados – PNDR

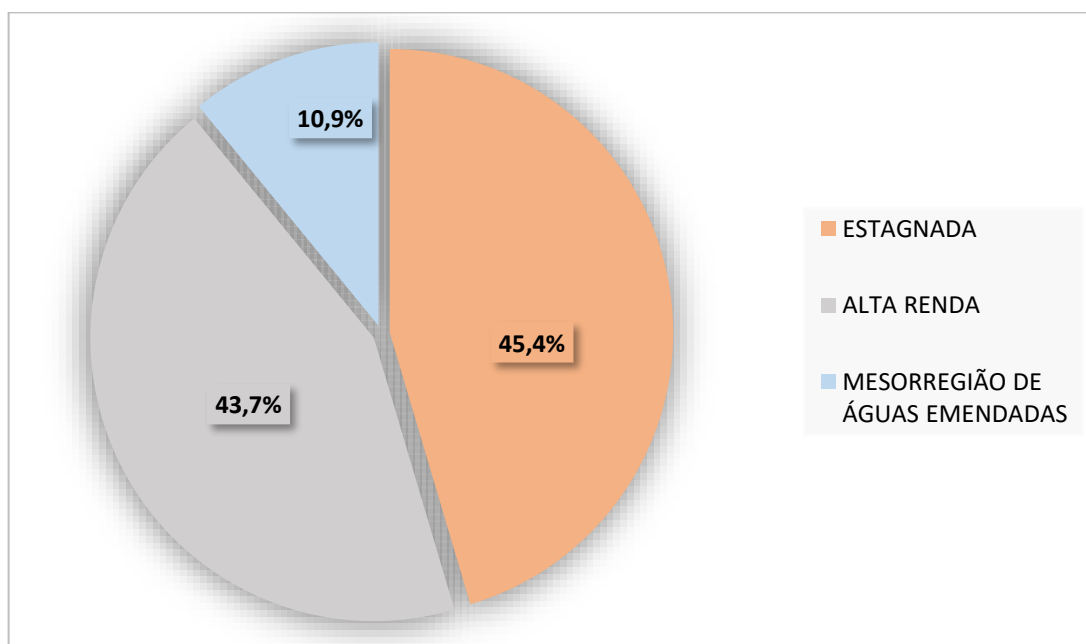
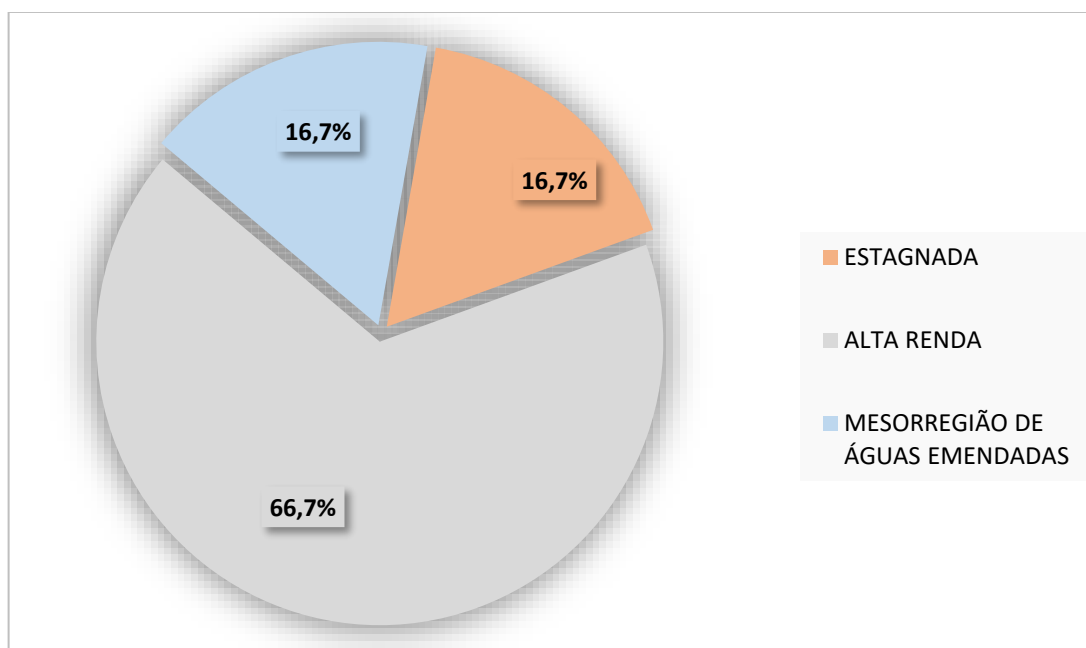


Gráfico 8 – Percentual de contratações por tipologia dos municípios beneficiados – PNDR



Relacionamento dos recursos do Fundo com a atuação da unidade no desempenho de suas funções

Como já foi mencionado, o FDCO possui como objetivo o comprometimento de 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício, assegurando recursos para a implantação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO).

Como se trata de recursos estabelecidos na dotação orçamentária para o exercício de 2019, o prazo para a aplicação desses recursos se restringe ao próprio ano civil de execução da lei orçamentária, ressalvados os empenhos não liquidados e inscritos em restos a pagar.

A dotação orçamentária destinada ao FDCO, para o exercício de 2019, segundo a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, foi de R\$ 160.572.237,00. Desse montante, foi empenhado o valor de R\$ 158.163.653,00. Esses empenhos foram feitos para os agentes operadores (Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal) para os projetos de duas empresas, sendo uma do setor tradicional e uma do setor de infraestrutura.

Para o Banco do Brasil S.A., foi realizado um empenho relativo ao projeto da empresa Nexa Recursos Minerais, no valor de R\$ 117.861.000,00. Em favor da Caixa Econômica Federal, foi realizado um empenho para o projeto da empresa Premium Armazenagem e Administração, no valor de R\$ 40.302.653,00.

Para melhor visualização, foi elaborado o quadro a seguir com informações sobre os empenhos realizados no exercício de 2019.

Quadro 5 – Empenhos realizados no exercício de 2019

Empresa	Setor	Valor empenhado (R\$)
Nexa Recursos Minerais	Tradicional	117.861.000,00
Premium Armazenagem e Administração	Infraestrutura	40.302.653,00
Total empenhado	-	158.163.653,00

Em relação ao objetivo de comprometimento de 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício, entende-se que o FDCO o atingiu, tendo em vista que os recursos foram comprometidos em sua totalidade, considerando os empenhos realizados no ano de 2019 e os recursos reservados para o custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, correspondentes a 1,5% dos recursos oriundos de juros e amortizações dos financiamentos do Fundo. Eles não foram aplicados em virtude da falta de regulamentação dos critérios de aplicação e dos procedimentos operacionais.

Adicionalmente, cabe ressaltar que foi cancelado um empenho em 2019, no valor de R\$ 42.663.869,26, em virtude do indeferimento do projeto da empresa Companhia Thermas do Rio Quente pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Demonstrações contábeis do Fundo

Conforme art. 5º do Anexo do Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Fundo será realizada exclusivamente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo federal – SIAFI e atenderá às normas expedidas pelos órgãos centrais de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de controle interno do Poder Executivo Federal.

Declaração da contadora

O propósito desta declaração leva em consideração as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI, tendo como base os Princípios e Normas Contábeis aplicados ao setor público, como a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP.

As Demonstrações Contábeis do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste são as seguintes:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

A conformidade contábil das demonstrações é realizada mensalmente de acordo com os procedimentos descritos na Macrofunção 02.03.15 do Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes do SIAFI, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

Ressalvas

Restrição	Descrição
------------------	------------------

315	Falta/Restrição Conformidade Registros Gestão
-----	---

Justificativas da permanência

Restrição 315

Designação para atuar como responsável pela Conformidade de Gestão conforme Portaria nº 263, de 05 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, sem poder participar de capacitação em virtude do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, e da Instrução Normativa nº 201, de 11 de setembro de 2019, que dispõem sobre a nova Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, impossibilitando o conhecimento necessário para o desempenho da função.

Declaração

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis do SIAFI, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrativo do Fluxo de Caixa, regidas pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativas ao exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, exceto no tocante à ressalva apontada.

Brasília, 01 de março de 2020.

Ana Yukie Nakandakari Ishihara

CRC nº 022152/O-DF

Contadora

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

ATIVO	NE	2019	2018	PASSIVO	NE	2019	2018
Ativo Circulante		718.537.282,64	400.797.934,57	Passivo Circulante		725.630.238,70	733.609.061,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	564.786.812,63	253.882.861,69	Demais Obrigações a Curto Prazo		725.630.238,70	733.609.061,63
Créditos a Curto Prazo		153.059.522,35	146.915.072,88				
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2	153.059.522,35	146.915.072,88	Passivo Não Circulante		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		690.947,66	-				
Ativo Não Circulante		1.797.772.395,71	1.934.539.279,60	Total do Passivo Exigível		725.630.238,70	733.609.061,63
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.797.772.395,71	1.934.539.279,60				
Créditos a Longo Prazo	2	1.797.772.395,71	1.934.539.279,60	Patrimônio Líquido			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		1.797.772.395,71	1.934.539.279,60	Resultados Acumulados		1.790.679.439,65	1.601.728.152,54
				Resultado do Exercício		188.951.287,11	229.620.760,72
				Resultados de Exercícios Anteriores		1.601.728.152,54	1.372.107.391,82
				Total do Patrimônio Líquido		1.790.679.439,65	1.601.728.152,54
Total do Ativo		2.516.309.678,35	2.335.337.214,17	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.516.309.678,35	2.335.337.214,17

Fonte: SIAFI.

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Ativo Financeiro	564.786.812,63	253.882.861,69	Passivo Financeiro	883.793.891,70	799.244.771,64
Ativo Permanente	1.951.522.865,72	2.081.454.352,48	Passivo Permanente	-	-
			Saldo Patrimonial	1.632.515.786,65	1.536.092.442,53

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

Destinação de Recursos	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários	-577.140.818,08
Recursos Vinculados	258.133.739,01
Recursos de Receitas Financeiras	-3.541.714,00
Operação de Crédito	-3.647.553,75
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	265.323.006,76
Total	-319.007.079,07

Fonte: SIAFI.

Demonstração das Variações Patrimoniais

	NE	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas		464.576.793,21	232.362.264,62
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		133.329.014,53	87.165.840,22
Juros e Encargos de Emprést. e Financiam. Concedidos		111.097.076,56	84.571.204,35
Juros e Encargos de Mora		-	-
Remuneração de Depósitos Banc. e Aplic. Financeiras		22.231.937,97	2.594.635,87
Transferências e Delegações Recebidas	3	305.969.294,03	139.816.699,49
Transferências Intragovernamentais		305.969.294,03	139.816.699,49
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		25.278.484,65	5.379.724,91
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		25.278.484,65	5.379.724,91
Variações Patrimoniais Diminutivas		275.625.506,10	2.741.503,90
Transferências e Delegações Concedidas		275.018.630,35	-
Transferências Intragovernamentais		275.018.630,35	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		606.875,75	2.741.503,90
Desincorporação de Ativos	4	606.875,75	2.741.503,90
Resultado Patrimonial do Período		188.951.287,11	229.620.760,72

Fonte: SIAFI.

Balanço Orçamentário

RECEITAS

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes			94.120.250,26	94.120.250,26
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial			21.540.990,31	21.540.990,31
Valores Mobiliários			21.540.990,31	21.540.990,31
Receitas de Serviços			72.579.259,95	72.579.259,95
Serviços e Atividades Financeiras			72.579.259,95	72.579.259,95
Receitas de Capital	160.572.237,00	160.572.237,00	144.218.258,50	-16.353.978,50
Amortização de Empréstimos	160.572.237,00	160.572.237,00	144.218.258,50	-16.353.978,50
Subtotal de Receitas	160.572.237,00	160.572.237,00	238.338.508,76	77.766.271,76
Subtotal com Refinanciamento	160.572.237,00	160.572.237,00	238.338.508,76	77.766.271,76
Total	160.572.237,00	160.572.237,00	238.338.508,76	77.766.271,76

DESPESAS

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	160.572.237,00	160.572.237,00	158.163.653,00	-	-	2.408.584,00
Inversões Financeiras	160.572.237,00	160.572.237,00	158.163.653,00	-	-	2.408.584,00
Subtotal das Despesas	160.572.237,00	160.572.237,00	158.163.653,00	-	-	2.408.584,00
Subtotal com Refinanciamento	160.572.237,00	160.572.237,00	158.163.653,00	-	-	2.408.584,00

Superávit			80.174.855,76			-80.174.855,76
Total	160.572.237,00	160.572.237,00	238.338.508,76	-	-	-77.766.271,76

Fonte: SIAFI.

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	65.635.710,01		22.971.840,75		42.663.869,26	22.971.840,75
Inversões Financeiras	65.635.710,01		22.971.840,75		42.663.869,26	22.971.840,75
Total	65.635.710,01		22.971.840,75		42.663.869,26	22.971.840,75

Anexo 2 - Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	437.419.329,38	296.189.733,25	30.950.663,68	-	702.658.397,95
Inversões Financeiras	437.419.328,38	296.189.733,25	30.950.663,68	-	702.658.397,95
Total	437.419.328,38	296.189.733,25	30.950.663,68	-	702.658.397,95

Balanço Financeiro

	2019	2018
INGRESSOS		
Receitas Orçamentárias	238.338.508,76	95.695.736,43
Ordinárias	-	-
Vinculadas	515.435.365,48	95.695.736,43
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	513.357.139,11	95.695.736,43
Outros Recursos Vinculados	2.078.226,37	
Deduções da Receita Orçamentária	-277.096.856,72	
Transferências Financeiras Recebidas	305.969.294,03	139.816.699,49
Independentes da Execução Orçamentária	305.969.294,03	139.816.699,49
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	30.950.663,68	139.816.699,49
Movimentação de Saldos Patrimoniais	275.018.630,35	
Recebimentos Extraorçamentários	230.729.095,18	24.271.976,60
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	158.163.653,00	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	72.565.442,18	24.271.976,60
Demais Recebimentos	72.565.442,18	24.271.976,60
Saldo do Exercício Anterior	253.882.861,69	133.915.148,66
Caixa e Equivalentes de Caixa	253.882.861,69	133.915.148,66
TOTAL	1.028.919.759,66	393.699.561,18
DISPÊNDIOS		
Despesas Orçamentárias	158.163.653,00	-
Ordinárias	-	-
Vinculadas	158.163.653,00	
Operação de Crédito		
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	158.163.653,00	
Transferências Financeiras Concedidas	275.018.630,35	
Independentes da Execução Orçamentária	275.018.630,35	
Movimento de Saldos Patrimoniais	275.018.630,35	
Pagamentos Extraorçamentários	30.950.663,68	139.816.699,49
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	30.950.663,68	138.323.606,33
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	1.493.093,16
Saldo para o Exercício Seguinte	564.786.812,63	253.882.861,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	564.786.813,63	253.882.861,69
TOTAL	1.028.919.759,66	393.699.561,18

Fonte: SIAFI.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	197.636.356,12	166.683.311,96
INGRESSOS	472.654.986,47	166.683.311,96
Receitas Derivadas e Originárias	94.120.250,26	2.594.635,87
Receita de Serviços	72.579.259,95	
Remuneração das Disponibilidades	21.540.990,31	2.594.635,87
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-
Outros Ingressos das Operações	378.534.736,21	164.088.676,09
Transferências Financeiras Recebidas	305.969.294,03	139.816.699,49
Demais Recebimentos	72.565.442,18	24.271.976,60
DESEMBOLSOS	-275.018.630,35	-
Outros Desembolsos das Operações	-275.018.630,35	-
Transferências Financeiras Concedidas	-275.018.630,35	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	113.267.594,82	-46.715.598,93
INGRESSOS	144.218.258,50	93.101.100,56
Amortização de Emprést. e Financiam. Concedidos	144.218.258,50	93.101.100,56
DESEMBOLSOS	-30.950.663,68	-139.816.699,49
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-30.950.663,68	-139.816.699,49
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	310.903.950,94	119.967.713,03
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	253.882.861,69	133.915.148,66
Caixa e Equivalente de Caixa Final	564.786.812,63	253.882.861,69

Fonte: SIAFI.

Contexto Operacional

As Demonstrações Contábeis – DCON do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da [Lei nº 4.320/1964](#), do [Decreto-Lei nº 200](#), de 25 de fevereiro de 1967, do [Decreto nº 93.872](#), de 23 de dezembro de 1986, da [Lei nº 10.180](#), de 6 de fevereiro de 2001, e da [Lei Complementar nº 101/2000](#). Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público ([MCASP – 7ª edição](#)) e o [Manual SIAFI](#).

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A estrutura e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art.1º e 2º do Decreto nº 93.782/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- **Moeda funcional** – a moeda funcional é o real.
- **Caixa e equivalentes de caixa** – incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Créditos a curto prazo** – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com empréstimos e financiamentos concedidos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros.
- **Ativo realizável a longo prazo** – compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com empréstimos e financiamentos concedidos. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.
- **Passivos circulantes e não circulantes** – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes

encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O passivo circulante compreende as demais obrigações.

- **Apuração do Resultado** – nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas. Se o resultado for positivo, tem-se superávit patrimonial, caso contrário, déficit patrimonial.
 - **No Balanço Orçamentário**, é apurado o resultado orçamentário. O valor da coluna receitas realizadas menos a despesa empenhada, se for positivo, tem-se um superávit orçamentário e, caso contrário, um déficit orçamentário.
 - **No Balanço Financeiro** ou na Demonstração do Fluxo de Caixa, é apurado o resultado financeiro, confrontando o saldo atual de caixa e equivalência de caixa menos o saldo anterior. Se for positivo, será um superávit financeiro, caso contrário, um déficit financeiro. Essa apuração no resultado financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os ativos financeiros menos os passivos financeiros. Nesse caso, se houver superávit, ele é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 548, de 24 de setembro de 2015, dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria, foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

Além dos processos realizados mensalmente citados na declaração da contadora, a unidade gestora encaminha a declaração do contador para compor o Relatório de Gestão Fiscal – RGF. Nessa declaração, o contador responsável declara se os demonstrativos contábeis, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD) constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) estão regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133, de 21 de novembro de 2008, e refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Se tudo estiver de acordo, ele registra a declaração plena. Se houver alguma ressalva a fazer, o contador registra a declaração com ressalva.

Notas Explicativas

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa contempla o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato evidenciados em moeda nacional.

Tendo em vista o Decreto nº 10.152/2019 e observada a Instrução Normativa STN nº 4, de 30 de agosto de 2004, fica autorizada, pela Secretaria do Tesouro Nacional, a aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional, mediante registro específico no SIAFI, dos valores registrados em Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, decorrentes da arrecadação no ano corrente e em exercícios anteriores de reembolsos de recursos do FDCO referentes a operação com empresas.

O quadro abaixo mostra a composição:

Quadro 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	Valores em reais.	
	31/12/2019	31/12/2018
CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	436.786.530,68	200.930.724,00
Banco Conta Movimento - Recursos Fundos Const	125.517.579,87	52.952.137,69
Limite de Saque com Vinculação de Pgto - OFSS	2.482.702,08	0,00
Total	564.786.812,63	253.882.861,69

Fonte: SIAFI.

Nota 2 – Créditos a Receber

Os Créditos a Receber a Curto e Longo Prazos são valores registrados em Empréstimos e Financiamentos Concedidos, registrados pelo custo histórico mais a atualização mensal das transferências efetuadas aos agentes financiadores – Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal – das linhas de financiamentos do FDCO.

2.1 – Créditos a Curto Prazo

Quadro 7 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos

	Valores em reais.	
	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	153.059.522,35	146.915.072,88
Total	153.059.522,35	146.915.072,88

Fonte: SIAFI.

2.2 – Créditos a Longo Prazo

Quadro 8 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos

	Valores em reais.	
	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.797.772.395,71	1.934.539.279,60
Total	1.797.772.395,71	1.934.539.279,60

Fonte: SIAFI.

Importante ressaltar que em Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo estão inclusos os valores liquidados dos contratos de financiamentos do FDCO com os agentes financiadores Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

Nota 3 – Transferências e Delegações Recebidas (DVP)

Quadro 9 – Transferências e Delegações Recebidas

	Valores em reais.	
	31/12/2019	31/12/2018
Transferências e Delegações Recebidas	305.969.294,03	139.816.699,49
Transferências Intragovernamentais	305.969.294,03	139.816.699,49
Total	305.969.294,03	139.816.699,49

Fonte: SIAFI.

Do valor total das Transferências Intragovernamentais, R\$ 30.950.663,68 são referentes às liberações dos financiamentos concedidos durante o exercício de 2019 e R\$ 275.018.630,35 são devidos às retificações do código de recolhimento dos reembolsos recebidos pelos agentes financiadores. Os recolhimentos de amortizações e juros devem usar o código 40007-6 (FDCO-AMORTIZ.DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS). Para as amortizações, deve ser usado o campo “Valor Principal” e, para os juros, o campo “Juros/Encargos”. A razão da mudança é para que o novo código aproprie automaticamente no SIAFI o montante de 1,5% previsto na Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.

Nota 4 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Quadro 10 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	Valores em reais.	
	31/12/2019	31/12/2018
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	606.875,75	2.741.503,90
Desincorporação de Ativos	606.875,75	2.741.503,90
Total	606.875,75	2.741.503,90

Fonte: SIAFI.

A desincorporação de ativos é composta pelos 2% do FDCO relativos à liberação de financiamentos e teve uma queda de 77,86% devido à diminuição dessas liberações no exercício de 2019.

5.4 – Gestão de pessoas

Capacitação e desenvolvimento

No exercício de 2019, houve aumento de 21% no quantitativo de horas de capacitação quando comparado ao exercício anterior.

Cumprir destacar que apenas parte da dotação orçamentária foi empenhada porque devido a mudanças trazidas pelo Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, e pela Instrução Normativa da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia nº 201, de 11 de setembro de 2019, as capacitações foram suspensas em meados de setembro a fim de que a Coordenação de Recursos Humanos se adaptasse aos novos procedimentos que estão em fase de implementação por parte do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.

Capacitação	
Quantidade total de capacitações no exercício de 2019	140
Quantidade total de horas-aula de capacitação no exercício de 2019	2.443
Dotação orçamentária total para o exercício (em R\$)	255.500,00
Valor empenhado (em R\$)	186.870,10
Valor pago (em R\$)	182.652,70
Valor disponível (em R\$)	68.629,90

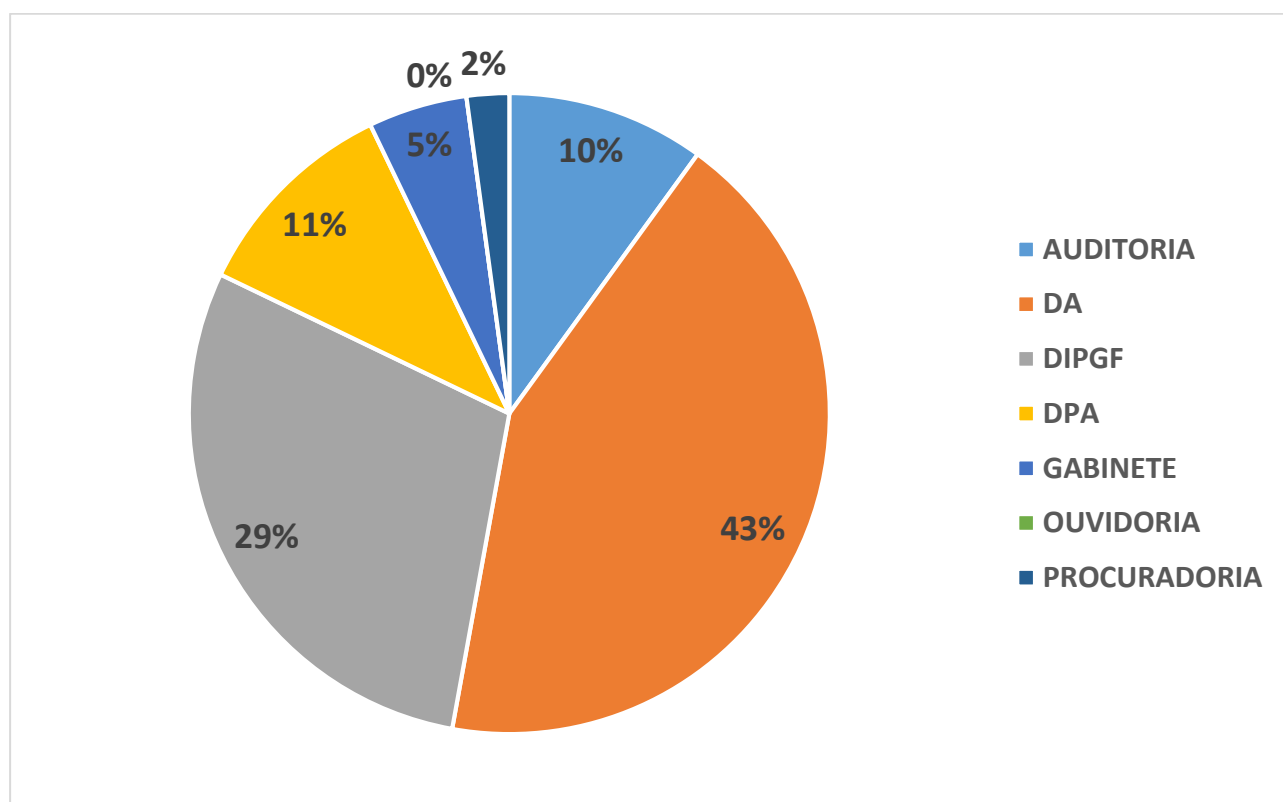
Quadro 11 – Capacitações por setor requisitante

Requisitante	Quantidade de capacitações	Horas-aula	Investimento (em R\$)
AUDITORIA	14	273	23.880,01
DA	60	1012	86.396,33
DIPGF	41	693	44.259,23
DPA	15	213	9.322,58
GABINETE	7	108	9.434,67
OUVIDORIA	0	0	0,00
PROCURADORIA	3	52	5.833,89
TOTAL EFETIVO	140	2.443	182.652,70

Cabe destacar que foram realizados 7 cursos na modalidade *in company* que proporcionaram a capacitação de 70 servidores da Sudeco e 10 servidores de outras instituições públicas que foram convidados. Dessa forma, o total efetivo de horas-aula e de investimento apresentados no quadro acima leva em consideração a capacitação desses 10 servidores convidados.

Também ocorreram alguns cancelamentos. 16 capacitações foram requeridas, porém canceladas por falta de quórum, desistência do requerente ou por outro motivo. Além disso, em 24 oportunidades, servidores da Sudeco foram capacitados na condição de "convidado" em evento realizado por outra instituição e sem custo para a Sudeco.

Gráfico 9 – Percentual de capacitações por setor requisitante



Quadro 12 – Detalhamento dos setores requisitantes

DETALHAMENTO	Qtd. de servidores	Qtd. de capacitações	Horas-aula	Investimento (em R\$)
AUDITORIA-GERAL	3	14	273	23.880,01
DA – APOIO ADMINISTRATIVO E GESTÃO DE DOCUMENTOS (PROTOCOLO)	1	0	0	-
DA – APOIO ADMINISTRATIVO E GESTÃO DE DOCUMENTOS (SEI)	0	0	0	-
DA – CGEOF – COORDENAÇÃO GERAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	1	3	42	1.153,07
DA – CGSLTI – COORDENAÇÃO GERAL DE SUPORTE LOGÍSTICO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1	5	76	9.499,00
DA – CLC – COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	2	8	150	15.432,82
DA – COF – COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	4	1	16	1.153,07
DA – CRH – COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	4	3	44	3.126,94
DA – DICON – DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS	2	0	0	-
DA – DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	2	40	688,94
DA – DIVCONT – DIVISÃO DE CONTABILIDADE	1	0	0	-
DA – DIVLOG – DIVISÃO DE LOGÍSTICA	4	20	316	32.055,56
DA – DPC – DIVISÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	6	10	168	11.438,26
DA – DTI – DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3	5	104	6.884,78
DA – SCDP – DIVISÃO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS	1	3	56	4.963,89
DIPGF – CGGFPI – COORD. GERAL DE GESTÃO DE FUNDOS E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS	1	5	74	5.505,76
DIPGF – CFCO – COORD. DO FUNDO DO CENTRO-OESTE	4	2	8	-
DIPGF – CFDCO – COORD. DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	3	0	0	-
DIPGF – CFOR – COORDENAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS	7	16	293	13.043,86
DIPGF – CGEPDR – COORD. GERAL DE EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1	1	16	943,89
DIPGF – COENG – COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA	16	14	254	18.507,72
DIPGF – DIRETORIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E DE GESTÃO DE FUNDOS	1	3	48	6.258,00
DPA – ASSESSORIA TÉCNICA	3	2	48	2.088,94
DPA – CGAPPE – COORD. GERAL DE ARTICULAÇÃO, PLANOS E PROJETOS ESPECIAIS	7	5	80	2.755,76
DPA – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	1	8	85	4.477,88
GAB – ASCOM – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	2	2	32	1.887,78
GAB – ASSESSORIA GABINETE	3	3	52	5.108,89
GAB – COMISSÃO DE ÉTICA	-	0	0	-
GAB – GABINETE DO SUPERINTENDENTE	1	2	24	2.438,00
GAB – NAD – NÚCLEO PARA ASSUNTOS DISCIPLINARES	-	0	0	-
OUVIDORIA	2	0	0	-
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA	3	3	52	5.833,89

Programa de Incentivo ao Estudo de Idioma Estrangeiro	
Dotação orçamentária (em R\$)	62.000,00
Valor empenhado (em R\$)	62.000,00
Valor liquidado (em R\$)	59.036,82
Número total de servidores beneficiados	26

Além disso, cientes das muitas atribuições que os servidores têm diariamente, passou-se a divulgar mensalmente, de maneira clara e objetiva, uma relação dos cursos de capacitação que são oferecidos sem ônus pelas escolas de governo e que podem agregar valor ao corpo técnico da Autarquia.

Saúde e qualidade de vida

No exercício de 2019, houve a promoção de diversas palestras acerca de temas importantes:

- ✓ Doação de sangue e medula óssea;
- ✓ Saúde da mulher;

- ✓ Combate ao estresse;
- ✓ Prevenção ao câncer de mama;
- ✓ Conscientização sobre câncer colorretal;
- ✓ Programa de atendimento multidisciplinar;
- ✓ Combate à depressão;
- ✓ Alimentação saudável;
- ✓ Assédio moral e sexual;
- ✓ Campanha de vacinação, ocasião em que foram imunizados 162 colaboradores contra os vírus influenza;
- ✓ Evento em homenagem ao dia das mulheres, no qual houve aferição de pressão arterial, de glicemia, de pressão ocular, audiometria, auriculoterapia, massagem, degustação de produtos, oficina de maquiagem, etc;
- ✓ Disponibilização de preservativos no período de carnaval;
- ✓ Aulas de zumba;
- ✓ Aulas de forró (apresentação da festa junina);
- ✓ Ginástica laboral duas vezes por semana.

Gestão e normatização

Na área de gestão e normatização voltada para a gerência de pessoas, tiveram início várias ações, tais como:

- ✓ A pesquisa para identificação do clima organizacional da Instituição, cujos resultados nortearam a criação de um plano de ação que já vem sendo implementado e ajustado dentro da realidade da Sudeco;
- ✓ Houve a contratação dos primeiros estagiários e a intenção é ampliar a contratação no exercício de 2020;
- ✓ Iniciou-se a atualização da estrutura interna do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE a fim de implementar de maneira efetiva o módulo **Férias Web**, que tem por objetivo facilitar e agilizar o processo de marcação de férias dos servidores, e também do Sistema de Registro Eletrônico de Frequência – SISREF, solução tecnológica para controle de frequência com codificação para realização do controle de entradas, saídas e ausências dos servidores, alinhado aos normativos vigentes, como a Instrução Normativa da Secretaria de Gestão de Pessoas do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 2, de 12 de setembro de 2018;
- ✓ Divulgação, por meio do “RH Informa”, de orientações acerca de dúvidas que são comuns aos servidores, tais como: pagamento de substituição, entrega de atestados, pagamento de diárias, etc.

Sabe-se que pela frente ainda há um caminho longo e repleto de desafios, os quais muitas vezes estão além do controle ou vontade da Coordenação de Recursos Humanos, mas existe a convicção de que se está no caminho certo ao investir nas pessoas e em relacionamentos, elementos fundamentais para o sucesso de qualquer instituição.

Conformidade legal

Legislação aplicada

As atividades relacionadas à gestão de pessoas da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste são exercidas na forma prevista para o funcionamento do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, estando subordinadas às orientações normativas emanadas pelo órgão central do sistema: a Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP do Ministério da Economia – ME.

Portanto, a Sudeco observa as orientações do órgão central do SIPEC, assim como também leva em consideração as diretrizes e regras provenientes dos órgãos de controle.

São realizadas buscas, diariamente, nas normas publicadas no Diário Oficial da União, no Sistema de Pesquisa de Legislação do Governo Federal (Conlegis), nas resenhas enviadas pelo ME e em outros canais disponíveis. Elas são aplicadas nos procedimentos executados na unidade e, se pertinente, orientam as demais unidades da Sudeco e o corpo funcional do Autarquia a respeito do assunto.

Indicadores de conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de gestão de pessoas é realizada pelos indicadores abaixo:

1	Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda;
2	Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema e-Pessoal;
3	Atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle;
4	Acompanhamento dos processos instruídos a título de reposição ao Erário;
5	Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios.

Até dezembro de 2019, conforme dispõe a [Lei nº 8.730](#), de 10 de novembro de 1993, todos os servidores entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou, ainda, autorizaram seu acesso de acordo com o previsto na [Instrução Normativa TCU nº 67](#), de 6 de julho de 2011. Os atos de admissão e vacância foram registrados no e-Pessoal, conforme [Instrução Normativa TCU nº 78](#), de 21 de março de 2018. Além disso, até dezembro de 2019, a Sudeco não tinha, em seu quadro, nenhum servidor aposentado ou beneficiário de pensão civil.

Avaliação da força de trabalho

♀ 52 pessoas (50,98%)	♂ 50 pessoas (49,02%)	♿ 7 pessoas (6,86%)
-----------------------	-----------------------	---------------------

Fonte: Extrator DW, base dezembro de 2019, posição: 31/12/2019.

Força de trabalho por situação funcional

A força de trabalho da Instituição é composta por 102 profissionais ativos, classificados em diversas situações, discriminadas no quadro a seguir. Essa configuração demonstra a grande complexidade de perfis profissionais que executam as atividades sob responsabilidade da Autarquia.

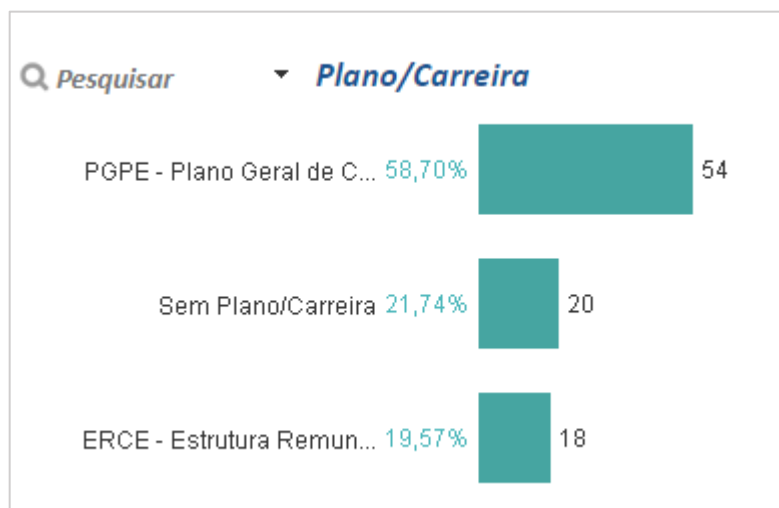
Quadro 13 – Força de trabalho por situação funcional

SITUAÇÃO FUNCIONAL	SITUAÇÃO DO VÍNCULO	QUANTIDADE DE VÍNCULOS (SERVIDORES)	%
EST-01	ATIVO PERMANENTE	62	60,78%
EST-03	REQUISITADO	8	7,84%
EST-04	NOMEADO PARA CARGO EM COMISSÃO	10	9,80%
EST-08	CEDIDO	10	9,80%
EST-14	REQUISITADO DE OUTROS ÓRGÃOS	1	0,98%
EST-18	EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO DE CARREIRAS	5	4,90%
EST-44	EXERCÍCIO § 7º ART .93 LEI 8.112/1990	1	0,98%
EST-18	ESTAGIÁRIO	5	4,90%
TOTAL		102	100%

Fonte: Extrator DW, base: dezembro de 2019.

Dos 102 profissionais que compõem a força de trabalho da Sudeco, 60,78% é composta por servidores efetivos do quadro próprio da Instituição, sendo que esses servidores pertencem tanto ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e à ERCE – Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos (Anexo XII da [Lei nº 12.277](#), de 30 de junho de 2010).

Gráfico 10 – Força de trabalho por plano de carreira



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP.

Devido ao seu pequeno quadro permanente de pessoal, a Sudeco utiliza-se de um percentual de servidores efetivos de outros órgãos – requisitados ou em exercício descentralizado de carreiras – cuja soma perfaz 13,72% da força total. Há, ainda, 9,80% de servidores sem vínculo ocupantes de cargos comissionados.

Faixa salarial

Constata-se que 25,77% da força de trabalho é composta por servidores que ganham entre R\$ 2.501,00 e R\$ 4.500,00; 34,02% tem rendimentos entre R\$ 4.501,00 e R\$ 6.500,00; 15,46%

recebem entre \$ 6.501,00 e 8.500,00; e 19,58% tem rendimentos acima de 8.501,00.

Quadro 14 – Força de trabalho por faixa salarial

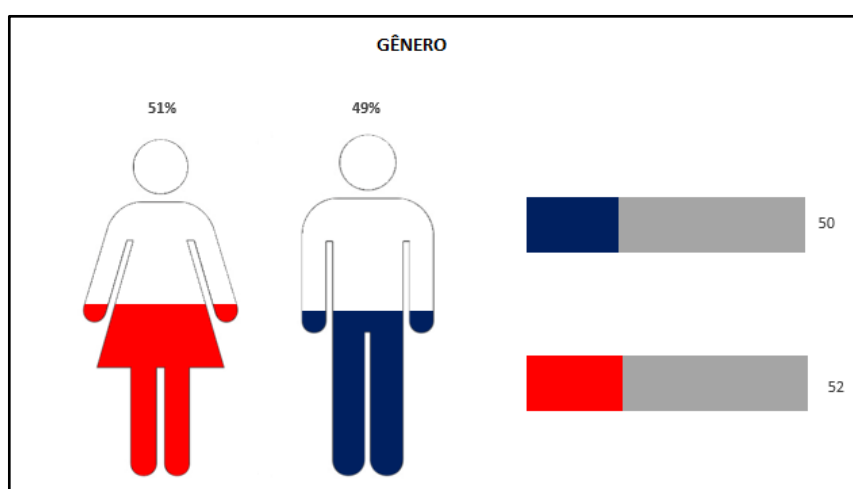
Faixa Salarial	Força de Trabalho	(%)
De 0 a R\$ 2.500,00	5	5,15%
De R\$ 2.501,00 a R\$ 4.500,00	25	25,77%
De R\$ 4.501,00 a R\$ 6.500,00	33	34,02%
De R\$ 6.501,00 a R\$ 8.500,00	15	15,46%
Acima de R\$ 8.501,00	19	19,58%
Total	97*	100%

*Esse número representa o quantitativo de servidores em outubro de 2019. Dessa forma, existiam cargos vagos que foram ocupados até dezembro de 2019.

A extração considerou dados relativos à folha de pagamento do mês de outubro de 2019 – optou-se por não extrair dados referentes aos meses de novembro e dezembro de 2019, pois são meses em que rotineiramente são pagos gratificação natalina e adicional de férias, e tais dados poderiam desviar o padrão de faixa salarial da força de trabalho.

Gênero

A força de trabalho, quanto ao gênero dos servidores, é equilibrada, sendo 50,98% composta por servidoras do sexo feminino e 49,02% por servidores do sexo masculino.

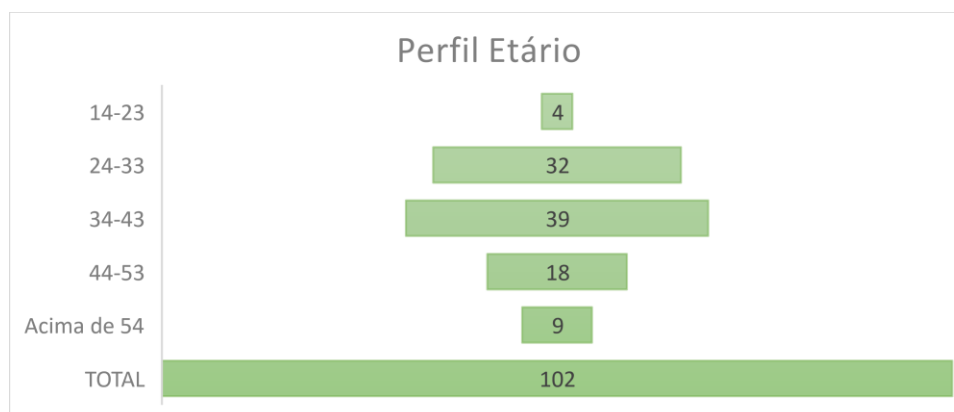


Fonte: Extrator DW – dezembro de 2019.

Perfil etário

Outro aspecto relevante a ser considerado é o perfil etário dos servidores. A maioria dos servidores do quadro da Sudeco (38,24%) encontra-se na faixa de 34 a 43 anos. Cabe ressaltar que um quantitativo relativamente baixo dos ativos permanentes apresenta mais de 54 anos.

Gráfico 11 – Força de trabalho por perfil etário

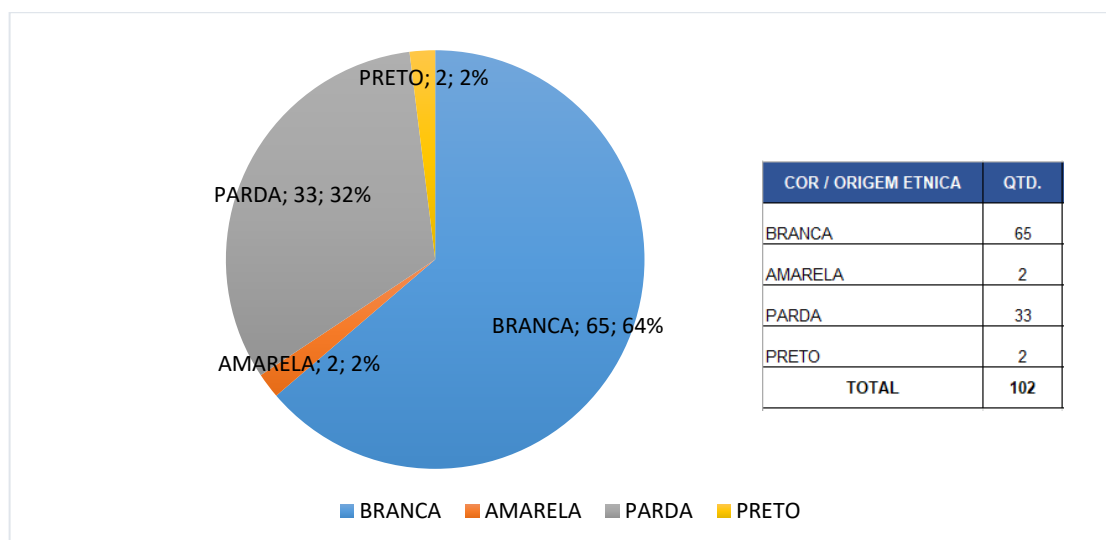


Fonte: SiapeDw – dezembro de 2019.

Perfil étnico

A distribuição da força de trabalho por etnia é apresentada no gráfico abaixo. Os dois maiores percentuais são de servidores que se declaram brancos (64%) e pardos (32%). 2% dos servidores se declaram amarelos. O mesmo percentual daqueles que se declaram pretos.

Gráfico 12 – Força de trabalho por perfil étnico

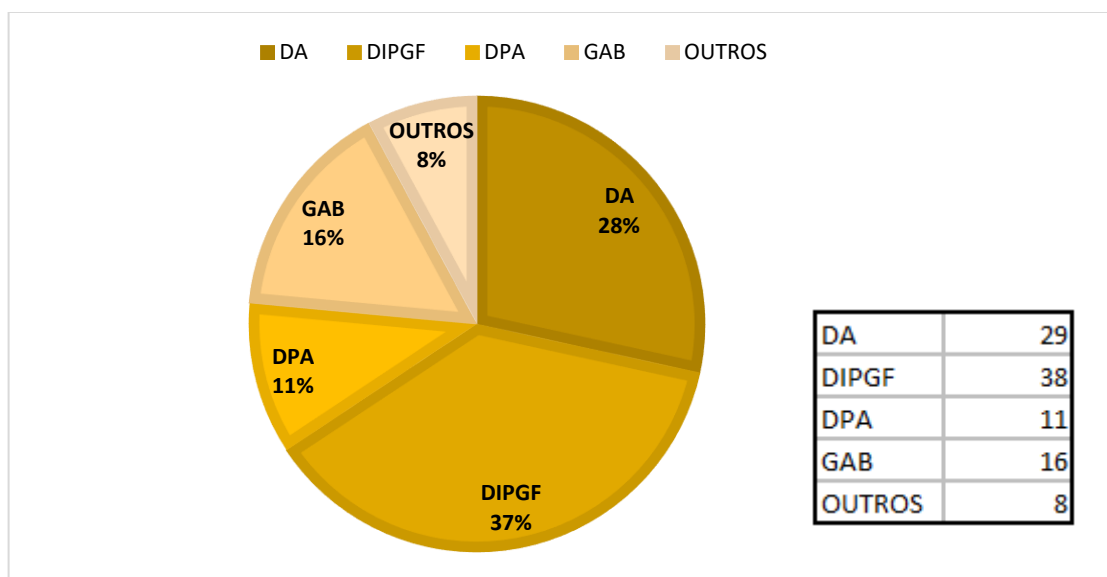


Fonte: SiapeDw – dezembro/2019.

Unidade de lotação

A distribuição da força de trabalho por unidade de lotação é apresentada no gráfico a seguir. Nota-se que a Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos – DIPGF é a que possui a maior quantidade de colaboradores, seguida da Diretoria de Administração – DA.

Gráfico 13 – Força de trabalho por unidade de lotação



Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Necessidade de recursos humanos

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988 e na [Lei nº 8.112](#), de 11 de dezembro de 1990. A matéria do edital visa selecionar os servidores mais adequados ao perfil almejado pela Sudeco. A realização de tal concurso depende de autorização do Ministério da Economia – ME.

São considerados, dentre outros fatores, a evasão de servidores, número ideal de servidores por atividade, complexidade da Instituição, disponibilidade orçamentária/financeira e projeções futuras do quadro de pessoal.

Em 2019, cumpre mencionar que, nos termos da [Instrução Normativa ME nº 2](#), de 27 de agosto de 2019, a Autarquia formalizou, junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, pedido de autorização para realização de concurso, abrangendo as áreas nas quais a Superintendência possui maior déficit de pessoal, de modo a possibilitar o concurso público para 26 vagas.

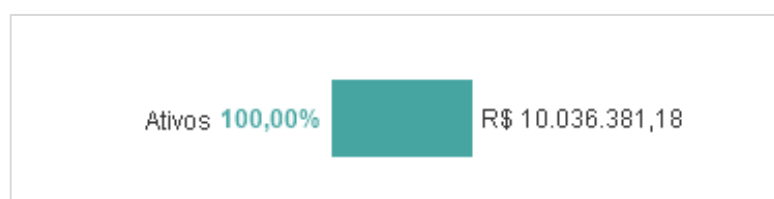
Recrutamento e alocação de pessoas

Para o recrutamento e alocação de servidores, ocorreram na Autarquia, no ano de 2019, cessão, requisição e movimentação de servidores para compor a força de trabalho, conforme dispõe o § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112/1990.

Despesa de pessoal

A despesa com pessoal, no exercício de 2019, foi de R\$ 10.036.381,18 (dez milhões, trinta e seis mil, trezentos e oitenta e um reais e dezoito centavos).

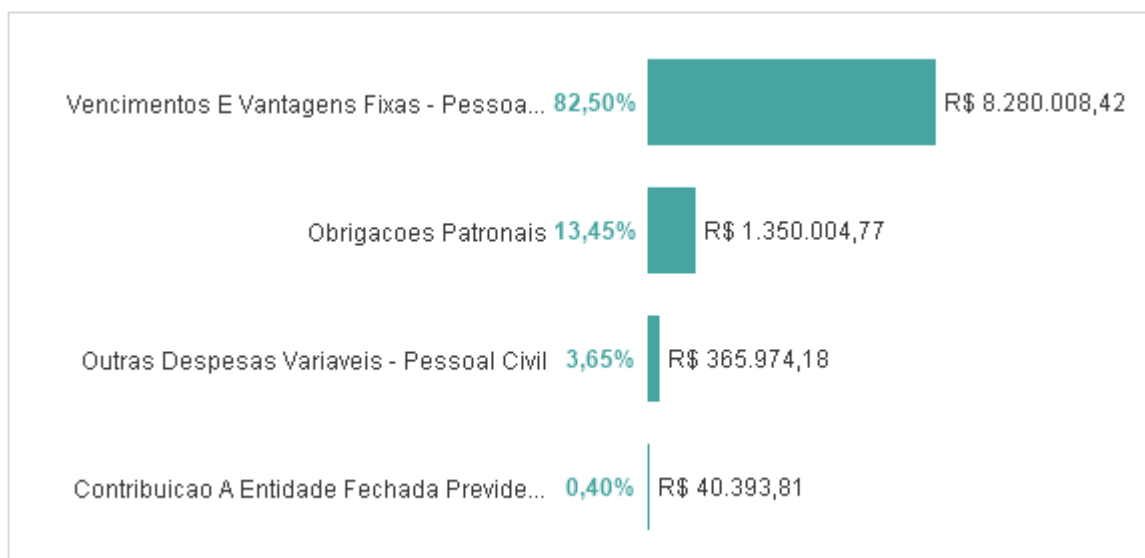
Gráfico 14 – Gasto com pessoal



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP.

O principal elemento da despesa é o pagamento de vencimentos e vantagens fixas, que corresponde a 82,50% daquele montante, seguido das obrigações patronais, 13,45%.

Gráfico 15 – Gasto com pessoal por elemento da despesa



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP.

A variação de gasto com pessoal, entre os anos de 2018 e 2019, foi de apenas R\$ 94.809,92 (noventa e quatro mil, oitocentos e nove reais e noventa e dois centavos), o que demonstra uma linearidade dessa despesa. A diminuição do gasto é decorrente de vacância de cargos efetivos e comissionados.

Gráfico 16 – Evolução do gasto com pessoal



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – PEP.

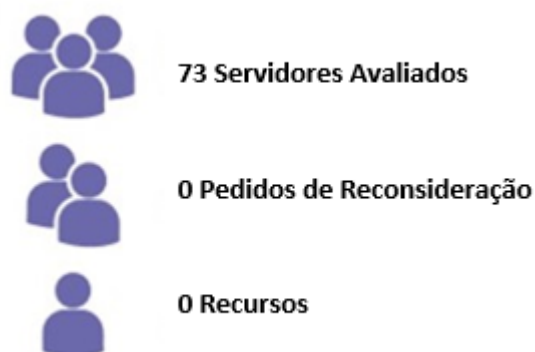
Avaliação de desempenho e remuneração

Avaliação de desempenho

O desempenho dos servidores é aferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, que utiliza como referência as metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo. A referida avaliação impacta diretamente na gratificação de desempenho do servidor e, consequentemente, em sua remuneração. O período avaliativo, referente ao 6º ciclo, iniciou-se em

1º de novembro de 2018 e terminou em 31 de outubro de 2019.

O resultado das metas globais e intermediárias de desempenho institucional foi divulgado por meio da Portaria nº 247, de 31 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 1º de novembro de 2019, seção 1, página 32. A Portaria nº 249, de 31 de outubro de 2019, com os resultados individuais e institucionais, por servidor, foi publicada no Boletim Interno de 1º de novembro de 2019 – Ano VI – nº 184.



Progressão funcional

Em julho de cada ano, inicia-se o processo de progressão e promoção funcional com a participação de todos os servidores ativos que não se encontram no topo do cargo, os quais são submetidos à avaliação de desempenho com o intuito de promover o desenvolvimento funcional dentro da carreira a que pertencem. Esse processo é constituído por duas fases: a primeira, no mês de setembro do exercício que se inicia o processo; e a segunda, em março do ano seguinte. Dessa forma, o número total de 73 servidores foi avaliado nesse processo.

Estágio probatório

Em 2019, cumpre informar que todos os servidores da Superintendência já adquiriram a estabilidade conforme estabelecido pela Lei nº 8.112/1990.

Cargos gerenciais ocupados por servidores

25% dos cargos de Direção, Chefia e Assessoramento Superiores são ocupados por servidores efetivos.

Principais conquistas, desafios e ações futuras

Conquistas realizadas

Como principais conquistas referentes à área de pessoal, ocorridas em 2019, pode-se citar:

- ✓ Processamento dos requerimentos, análise, concessão e pagamento do auxílio-moradia dos servidores da Sudeco, por meio do Módulo Moradia, disponibilizado pelo Ministério da Economia – ME, permitindo agilidade no pagamento, com parâmetros automáticos de cálculo;
- ✓ Utilização do Assentamento Funcional Digital (AFD) como acervo digital dos documentos de guarda obrigatória produzidos ou recebidos pela Coordenação de Gestão de Pessoas (CGP). O AFD agora é utilizado pelos servidores da CGP como meio de

consulta ao histórico funcional e possibilita agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão, resguardar os direitos e os deveres da Autarquia e de seus agentes;

- ✓ Implantação do Sistema de Requerimento On-line para os servidores em exercício na Sudeco;
- ✓ Realização da Pesquisa de Clima Organizacional;
- ✓ Contratação de empresa especializada no serviço de agente de integração para a administração das vagas de estágio;
- ✓ Implantação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho na Sudeco. Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a GEAP Autogestão em Saúde e a Autarquia a fim de proporcionar aos servidores atendimento multidisciplinar (médico, psicólogo e nutricionista), bem como ginástica laboral e dança, ações essas voltadas para o Programa de Qualidade de Vida.

Desafios e ações futuras

A gestão de recursos humanos requer um eficiente processo de utilização de ferramentas de mapeamento de competências e dimensionamento da força de trabalho, além do incremento do número de servidores na proporção necessária para a assunção de novos desafios impostos pela legislação e pela conjuntura de mercado.

Manter um corpo de trabalho em quantidade e qualidade necessárias, vencendo as barreiras das requisições obrigatórias impostas pela legislação e a redução do número de servidores ocorrida naturalmente com o tempo, é fundamental para o alcance dos resultados esperados. Dessa forma, os principais desafios da área de gestão de pessoas estão elencados abaixo.

- ✓ Recomposição da força de trabalho (concurso público). Faz-se necessária a recomposição do quadro de servidores da Sudeco, tanto das áreas finalísticas quanto da área meio, tendo em vista as exonerações e vacâncias. Todavia, os últimos pedidos de concurso encaminhados ao Órgão Central não foram atendidos;
- ✓ Implantação do Sistema de Registro de Frequência – SISREF, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para os servidores em exercício na Sudeco, haja vista que o Sistema de Controle de Frequência da Sudeco é um sistema arcaico e sem condições de manutenção;
- ✓ Utilização do Módulo de Composição da Força de Trabalho – Sigepe do Ministério da Economia;
- ✓ Utilização do Módulo de Assistência à Saúde Suplementar – Sigepe, que gerencia o processo de solicitação, análise e concessão do benefício de assistência à saúde suplementar, e gerencia também a comprovação para ressarcimento anual dos pagamentos;
- ✓ Melhorias no Clima Organizacional mediante ações a serem desenvolvidas com a participação dos servidores da Sudeco;
- ✓ Mapeamento de competências;
- ✓ Análise e implementação do Plano Piloto do Teletrabalho;
- ✓ Solicitação para recomposição da força de trabalho.

Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No exercício de 2019, foi possível a identificação de riscos relacionados à gestão de pessoas, entre os quais, destaca-se a redução do quadro de servidores. A saída de colaboradores, que não conta com reposição em curto prazo, prejudica a capacidade de resposta da Sudeco, especialmente nesse momento, marcado por inovações trazidas pelos órgãos normatizadores e de controle.

A evasão de servidores está ligada à aprovação em concursos públicos para órgãos e entidades que oferecem melhores planos de cargos e salários, o que prejudica a retenção de novos talentos e evidencia a baixa remuneração em comparação com outras instituições como principal causa de evasão.

5.5 – Gestão de licitações e contratos

A conformidade na realização das atividades de licitações e contratos tem como base os pressupostos estabelecidos na legislação vigente; tais como a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos); a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018; o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; a Instrução Normativa da Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 5, de 26 de maio de 2017; entre outros.

A gestão relacionada à área de licitações e contratos, atuando em consonância com os princípios da legalidade, moralidade, finalidade e eficiência, consolidou contratações que visaram à manutenção da qualidade dos serviços públicos prestados, garantindo aos servidores e aos colaboradores boas condições de trabalho e um ambiente organizacional saudável.

Importantes avanços nas diretrizes estratégicas e na gestão de aquisições da Autarquia foram identificados no ano de 2019, na medida em que os processos de liderança, estratégia e controle impulsionaram o direcionamento e monitoramento na gestão de compras.

Em termos concretos, no que tange à capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo, evidenciou-se a busca pela inovação e transparência nos gastos públicos, consubstanciada em um maior potencial na realização das compras compartilhadas para obtenção de ainda mais economicidade processual e ganhos com economia de escala, gerando estímulo na tomada de decisão de forma sistêmica por parte dos gestores.

Como instrumento relevante para a consolidação estratégica da unidade de licitações e contratos, destaca-se a publicação em 2019 do Plano Anual de Contratações (PAC), por meio da Portaria nº 11, de 15 de janeiro de 2019, em observância à Instrução Normativa nº 01/2019 do Ministério da Economia, o qual permite otimizar o gerenciamento das contratações públicas.

A referida portaria dispõe sobre a elaboração e atualização do Plano Anual de Contratações (PAC), de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação da Sudeco, elaborado por uma equipe de planejamento da contratação, formalmente designada por representantes da cada setor da Autarquia, os quais identificam as necessidades de bens e serviços e as registram no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, disponibilizada pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. Antes de ser enviado, o PAC é aprovado pela autoridade máxima da Instituição.

De forma a alcançar eficiência na alocação dos recursos públicos, considerando ainda a

restrição orçamentária (contingenciamento) no âmbito da Administração Pública como um todo, destaca-se a economia orçamentária identificada nas novas licitações, prorrogações e contratações diretas firmadas pela Sudeco, com vistas a manter a qualidade dos serviços prestados com uso de menos recursos financeiros, como se verifica nos quadros a seguir.

Quadro 15 – Licitações e contratações de 2019

Setor	Objeto	Valor do contrato no ano anterior	Valor do contrato em 2019	Economia	Proporção
DIVLOG	Motoristas	R\$ 510.675,72	R\$ 75.840,54	R\$ 434.835,18	85,15%
DIVLOG	Combustíveis	R\$ 172.695,52	R\$ 56.708,84	R\$ 115.986,68	67,16%
DIVLOG	Secretariado	R\$ 1.278.277,52	R\$ 1.230.128,02	R\$ 48.149,50	3,77%
DIVLOG	Telefonia Fixa	R\$ 33.262,27	R\$ 26.769,01	R\$ 6.493,26	19,52%
DTI	TIC	R\$ 1.287.705,12	R\$ 781.200,00	R\$ 506.505,12	39,33%
DIVLOG	Vigilância	R\$ 325.671,12	R\$ 325.248,24	R\$ 422,88	0,13%
ASCOM	Serviços Gráficos	R\$ 175.955,00	R\$ 89.187,80	R\$ 86.767,20	49,31%
DIVLOG	Serviços de Limpeza	R\$ 220.533,84	R\$ 226.406,52	-R\$ 5.872,68	-2,66%
SCDP	Agenciamento de Viagens	R\$ 117.050,33	R\$ 260.319,55	-R\$ 143.269,22	-122,40%
TOTAL		R\$ 4.121.826,44	R\$ 3.071.808,52	R\$ 1.050.017,92	25,47%

Observação: DIVLOG – Divisão de Suporte Logístico; DTI – Divisão de Tecnologia da Informação; ASCOM – Assessoria de Comunicação Social; e SCDP – Serviço de Concessão de Diárias e Passagens.

Quadro 16 – Novas licitações e contratações de 2019*

Setor	Objeto	Valor do contrato em 2019
CGP	Agente de Integração – ESTÁGIO	R\$ 5.387,04
DTI	Serviços de impressão corporativa com acesso via rede – Simpress	R\$ 66.280,99
DIVLOG	Almoxarifado Virtual	R\$ 20.665,03
DTI	Adobe	R\$ 42.000,00
DTI	Aquisição VMWARE	R\$ 48.780,00
TOTAL		R\$ 183.113,06

*Objetos que não foram contratados anteriormente.

Observação: CGP – Coordenação de Gestão de Pessoas.

Quadro 17 – Contratações diretas de 2019

Modalidade	Quantidade	Valor
Dispensa de licitação	32	R\$ 1.137.935,86
Inexigibilidade	32	R\$ 381.240,10
TOTAL		R\$ 1.519.175,96

Os quadros demonstram que as contratações de bens e serviços alcançaram uma economia de 25,47% em relação ao ano anterior, gerando uma economia de R\$ 1.050.017,92. Já as novas contratações de bens e serviços, como a de Agente de Integração – Estágio e Almoxarifado Virtual, totalizaram o valor de apenas R\$ 183.113,06, além de trazer benefícios e agregar valor à Autarquia.

Foram realizadas sessenta e quatro contratações diretas, caracterizadas pelas dispensas e inexigibilidades de licitação, sendo grande parte delas referentes à capacitação de servidores. As aquisições de bens de pequeno valor foram realizadas por meio do sistema de Cotação Eletrônica.

5.6 – Gestão de patrimônio e infraestrutura

Para assegurar a conformidade com as normas aplicáveis à gestão do patrimônio, a Sudeco editou normativo próprio que dispõe sobre procedimentos gerais referentes à administração, controle, uso, fornecimento, responsabilidade, guarda, transferência, cessão, alienação e outras formas de desfazimento de materiais – Resolução nº 1, de 15 de maio de 2017. Sua revisão está ocorrendo para atualizá-la face às novas legislações relacionadas ao patrimônio público.

Todo o controle de patrimônio e de almoxarifado da Autarquia é realizado pela ferramenta SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços), disponibilizada pela Administração Pública Federal.

Em relação à infraestrutura, a Sudeco dispõe de apenas um imóvel locado de terceiros, onde funciona sua sede e são exercidas todas as suas atividades. Localizado no endereço SBN, Quadra 01, Bloco F, Lote 30, Edifício Palácio da Agricultura, 19º andar, Brasília (DF), CEP 70.040-908, ocupando os 3 últimos andares e uma área útil de 2.844,70 m². A locação baseou-se nos termos do Contrato Administrativo nº 10/2014, cujo valor mensal, para o exercício de 2019, era de R\$ 158.750,31. Vale ressaltar que, no final de 2017, ocorreu uma renegociação de valores da locação do imóvel que resultou em uma diminuição de aproximadamente 30% no valor do aluguel.

Tem sido avaliada, junto à alta gestão da Autarquia, a possibilidade de ocupação de imóvel pertencente à União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), com vistas a otimizar o recurso gasto com infraestrutura. A Sudeco possui o registro de um antigo e grande terreno em Brasília que poderá ser utilizado como meio de se permutar por um imóvel já construído pela União.

5.7 – Gestão da tecnologia da informação (TI)

Modelo de governança de TI

Para obtenção de melhores resultados, a área de tecnologia da informação da Sudeco mantém as práticas definidas no Guia de Governança de TIC (tecnologia da informação e comunicação) do SISP (Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal) – 2017 e está em conformidade com as legislações pertinentes. Além disso,

por meio de um trabalho continuado em 2019, permanece dando prosseguimento ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da governança de TIC, reforçando a continuidade de medidas tomadas em anos anteriores, tais como:

- Assuntos relacionados à governança de TIC deliberados pelo Comitê de Governança Digital – CGD, instituído pela Portaria da Sudeco nº 68, de 03 de abril de 2017;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), publicado no portal institucional visando dar maior transparência às informações e decisões tomadas, com envolvimento de grupo de trabalho designado pela alta gestão da Autarquia, para se definir as soluções de TIC ideais para atendimento às demandas da Instituição;
- Alinhamento à Estratégia de Governança Digital, juntamente com o Gabinete da Superintendência e a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, e ao Planejamento Estratégico Institucional;
- Planos, projetos e serviços de TIC desenvolvidos com base nas necessidades dispostas no PDTI;
- Contratações de serviços e soluções de TIC em conformidade com a Instrução Normativa da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia nº 1, de 10 de janeiro de 2019, que dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

- Contratação de serviços técnicos especializado de TIC, resultando em uma economia de mais de 39% em relação ao contrato anterior;
- Contratação de serviço de tecnologia e de gerenciamento de link de internet, com uma avaliação técnica criteriosa da otimização do seu uso;
- Elaboração de processo de contratação de tecnologia necessária para os desafios de segurança da TI – Next Generation Firewall (NGFW) – que resultou na contratação efetivada no início de 2020, trazendo mais segurança e economia à Instituição.

Principais iniciativas

- Trabalho constante de revisão dos contratos vigentes com objetivo de trazer para a realidade de mercado tanto no modelo de contratação quanto nos custos;
- Instalação de ferramenta OTRS, que é um sistema de gestão de serviços para se gerenciar automação de fluxos de trabalho para controle de todas as demandas da DTI, DIVLOG e ASCOM.

Segurança da informação

A Autarquia exerce um trabalho constante de aplicar a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC), elaborada com o objetivo de fornecer diretrizes, critérios e suporte administrativo suficientes à implementação da segurança da informação e comunicações.

5.8 – Gestão de custos

Não há no Regimento Interno da Autarquia atribuição para alguma unidade responder pela apuração de custos. Não obstante, o maior impedimento para a implantação dessa sistemática é

a falta de servidores. Por se tratar de tema complexo, específico e de aplicação incipiente no setor público, haveria que se deslocar pessoal de diversas áreas para atuarem em colaboração na criação e no desenvolvimento de um método adequado à realidade da Sudeco.

Verifica-se, por exemplo, que grande parte das execuções do orçamento finalístico não é captada pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) na rotina de Acompanhamento Orçamentário, pois dizem respeito a ações não mais existentes no orçamento. Isso é um fator que impede a utilização do Sistema de Informações de Custos – SIC do Tesouro Gerencial como uma ferramenta de apuração de custos. O caráter genérico do produto físico das ações orçamentárias também é um empecilho a essa operacionalização.

Por conseguinte, qualquer iniciativa de gestão de custos não poderia contar de imediato com as informações já disponíveis nos sistemas de governo, tendo-se que primeiro realizar um extenso trabalho de coleta e tratamento de dados para em seguida se aplicar uma estrutura conceitual que não está criada ainda.

5.9 – Sustentabilidade

A Sudeco realiza todas as suas licitações e contratações atendendo os critérios de sustentabilidade previstos nas legislações e instruções normativas vigentes.

No exercício de 2019, não ocorreram ações específicas de sustentabilidade. Entretanto, várias atividades foram realizadas nessa área nos últimos anos.

A Autarquia, desde que ocupou o imóvel no Edifício Palácio da Agricultura, veio adaptando-o para o atendimento às determinações de sustentabilidade, como exemplo, pode-se citar a utilização de torneiras para fechamento automático, implantação de descargas econômicas nos vasos sanitários, lixeiras separadas para cada tipo de resíduos etc.

6 – Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

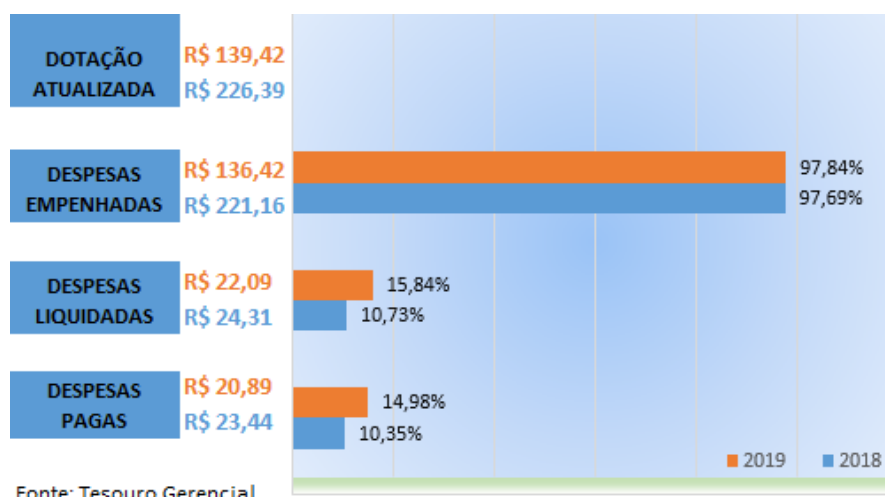
6.1 – Resumo da situação financeira contábil

A Lei Orçamentária Anual de 2019 consignou à Sudeco a dotação de R\$ 199,2 milhões. Ao longo do exercício, houve cancelamentos na ordem de R\$ 59,8 milhões, resultando na dotação atualizada de R\$ 139,4 milhões.

DESPESAS FIXADAS NA LOA/2019	CANCELAMENTO ORÇAMENTÁRIO	DESPESAS TOTAIS AUTORIZADAS
R\$ 199.172.922,00	R\$ 59.750.993,00	R\$ 139.421.929,00

Em 2019, o montante empenhado, considerando apenas os créditos consignados originalmente à Autarquia, alcançou R\$ 136,4 milhões, o que representa 97,84% do total da dotação, já as despesas do exercício pagas somaram R\$ 20,89 milhões, 14,98% da dotação consignada à Sudeco em 2019.

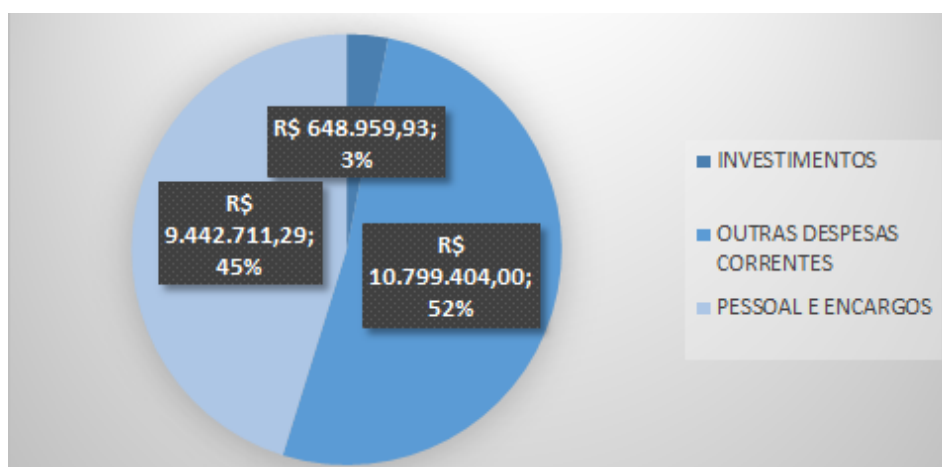
Gráfico 17 – Estágios da despesa



Nos gastos da superintendência, estão compreendidos o pagamento de pessoal e encargos sociais, despesas de custeio e investimentos.

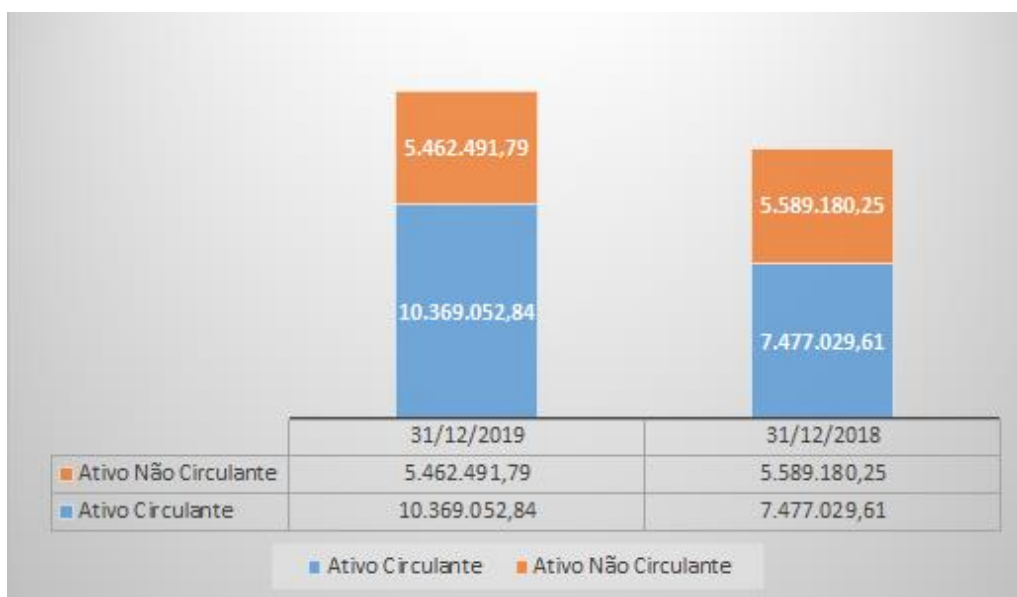
O valor pago, referente à dotação de 2019, totalizou R\$ 20,89 milhões, dos quais R\$ 9,44 milhões foram direcionados ao pagamento de despesas do Grupo de Natureza da Despesa (GND) do tipo 1 – Pessoal e Encargos Sociais.

Gráfico 18 – Despesas pagas por Grupo de Natureza da Despesa



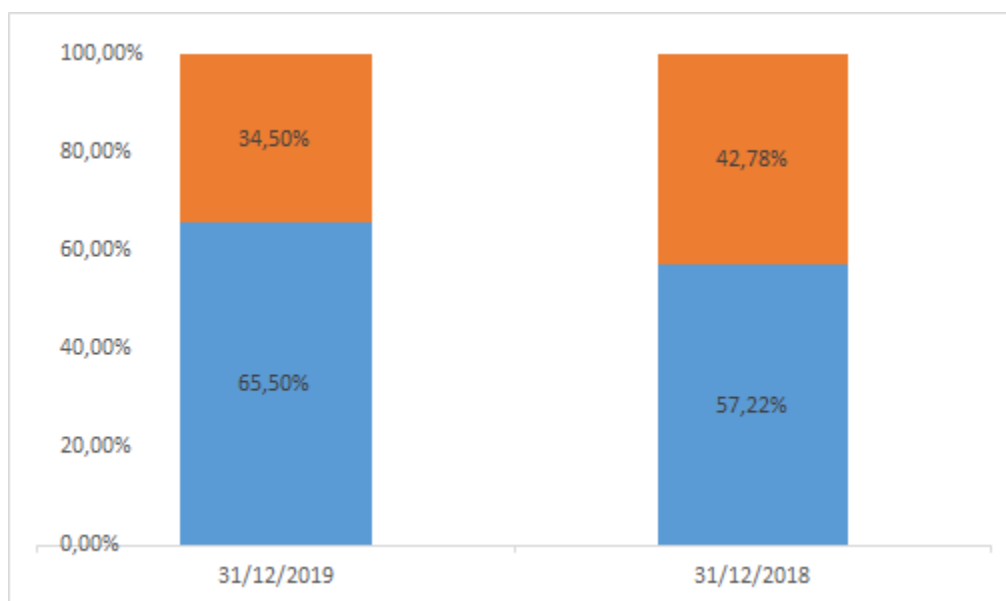
A classe do Ativo compõe-se de 65,50% de Ativo Circulante e por 34,50% de Ativo Não Circulante. Verifica-se que houve um aumento de 21,16% no exercício de 2019, sendo que o grupo circulante apresentou o percentual de variação de 38,68%.

Gráfico 19 – Ativo Total



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Gráfico 20 – Composição do Ativo



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A classe Passivo compõe-se de 100% de Passivo Circulante. Em relação ao subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo, a variação negativa de 29,24% se deve ao cancelamento de saldos de notas de empenhos e restos a pagar de transferências voluntárias.

PASSIVO EXIGÍVEL	31/12/2019	31/12/2018	AV(%)	AH(%)
Obrigações Trabalhistas	1.026.492,32	603.717,24	1,55	70,03
Fornecedores e Contas a Pagar	217.808,36	58.260,08	0,33	273,86
Demais Obrigações a Curto Prazo	64.974.239,30	91.826.934,53	98,12	-29,24
PASSIVO CIRCULANTE	66.218.539,98	92.488.911,85	.	
PASSIVO Ñ CIRCULANTE	-	-	-	-
TOTAL	66.218.539,98	92.488.911,85	100,00	-28,40

Observação: valores em reais. AV – análise vertical. AH – análise horizontal.

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

O Patrimônio Líquido desdobra-se em resultado apurado no exercício (que são as variações patrimoniais aumentativas deduzidas das variações patrimoniais diminutivas) somando-se o resultado apurado em exercícios anteriores, além do ajuste de exercícios anteriores.

	31/12/2019	31/12/2018
Resultados Acumulados	-50.386.995,35	-79.422.701,99
Resultado do Exercício	8.713.758,39	6.805.535,09
Resultados de Exercícios Anteriores	-79.422.701,99	-87.776.991,25
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.321.948,25	1.548.754,17
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-50.386.995,35	-79.422.701,99

Observação: valores em reais.

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

6.2 – Normas legais e técnicas adotadas

As Demonstrações Contábeis – DCON da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicadas ao setor público, em especial, a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 10.180/2001. Além disso, foram feitas em consonância, também, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as normas e orientações do Órgão Central de Contabilidade da União, especialmente, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 7ª Edição) e as demais orientações contidas no Manual SIAFI.

Os instrumentos de controles contábeis adotados são:

- ✓ Observância às normas legais, instruções normativas, resoluções;
- ✓ Segregação de funções;
- ✓ Sistemas de conferências, aprovação e autorização (realizado pelo conformista de registro de gestão, gestor financeiro e ordenador de despesa);
- ✓ Orçamento (acompanhamento orçamentário pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP);
- ✓ Patrimônio (acompanhamento pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS);
- ✓ Planilhas de conferências de cálculos.

6.3 – Informações acerca do setor de contabilidade

A Divisão de Contabilidade (DIVCONT) integra a estrutura da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira e Prestação de Contas, subordinada à Diretoria de Administração. É composta pela contadora Ana Yukie Nakandakari Ishihara e, em seus afastamentos legais, a responsabilidade fica a cargo do contador substituto, Carlos André do Carmo Silveira. Os dois permaneceram na Sudeco durante todo o exercício de 2019. As competências foram mapeadas por meio de procedimento administrativo de gestão interna. Dessa forma, algumas atribuições da DIVCONT são:

- Coordenar e efetuar o registro de conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Autarquia e elaborar os demonstrativos contábeis, as notas explicativas e a declaração do contador para compor o relatório de gestão;
- Solicitar providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;
- Registrar o nome do agente responsabilizado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, levantado em face do débito apurado, decorrente de instauração de Tomada de Contas Especial;
- Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais e institucionais da Administração Pública Federal, no âmbito de suas atribuições.

6.4 – Localização dos balanços, demonstrações e notas explicativas

Os balanços, demonstrações e notas explicativas foram levantados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Esses documentos e a declaração do contador estão disponíveis no item 7.2 do capítulo 7 – Anexos e apêndices. Além disso, eles podem ser consultados em sua íntegra no seguinte endereço eletrônico: <http://www.sudeco.gov.br/web/guest/demonstracoes-contabeis>.

7 – Anexos e apêndices

7.1 – Anexo referente ao capítulo 4 – Riscos, oportunidades e perspectivas

Quadro 18 – Levantamento dos riscos da Sudeco

OBJETIVO: AMPLIAR ORÇAMENTO (DIMENSÃO: ORÇAMENTO)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
Restrição Orçamentária	I - Articulação política deficitária (ausência de captação de recursos financeiros de fontes externas); II - Apoio insuficiente do governo na missão institucional da Autarquia; III - Contingenciamentos orçamentários e crise fiscal; IV - Falta de controle da execução orçamentária, inclusive por meio de atesto de disponibilidade orçamentária ou erro significativo no cálculo da estimativa de gastos ou receitas; V - Falta de comunicação interna e de acompanhamento das unidades interessadas; VI - Superdimensionamento em valores totais de contratos; VII - Forte dependência de emendas parlamentares.	I - Limitação das ações institucionais e não atingimento dos objetivos; II - Pagamento de multas; III - Possível responsabilização dos agentes; IV - Não ocorrer a realização de atividades importantes para promover o desenvolvimento regional.	I - Orçamentário; II - Estratégico; III - Reputação.	4	5	20	I - Controle das despesas com vistas a readequações orçamentárias; II - Atuação dos gestores buscando recursos junto ao Ministério.

OBJETIVO: AMPLIAR ORÇAMENTO (DIMENSÃO: ORÇAMENTO)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Redução dos recursos disponíveis para o FDCO	I - Falta de dotação orçamentária.	I - Perda de 1,5% sobre os juros e amortização de financiamentos para aplicação em pesquisa e desenvolvimento (P&D); II - Perda dos 2% sobre o valor de cada liberação de recursos para custeio da Sudeco; III - Menos um instrumento de ação para promover o desenvolvimento regional.	I - Orçamentário; II - Estratégico.	4	5	20	I - Atuação dos gestores buscando recursos junto aos Poderes Executivo e Legislativo; II - Atribuição regimental de assessoria parlamentar.

OBJETIVO: FORTALECER A GESTÃO ESTRATÉGICA (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Descontinuidade do Planejamento Estratégico	I- Descontinuidade da alta gestão devido à interferências políticas; II - Não implementação das iniciativas que constam na gestão estratégica pela alta administração; III - Desinteresse, desconhecimento ou falta de alinhamento da alta gestão quanto aos objetivos estratégicos da Sudeco; IV - Desinteresse e omissão das unidades da Instituição em desenvolver as ações previstas no planejamento estratégico.	I - Sanções dos órgãos de controle (TCU e CGU); II - Não alcance dos objetivos da Instituição; III - Alcance parcial desses objetivos.	I - Estratégico; II - Operacional.	4	4	16	I - Não há controle.

OBJETIVO: MAPEAR E ORGANIZAR PROCESSOS DE TRABALHO (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Ausência de mapeamento e organização dos processos de trabalho	I - Desinteresse da alta administração; II - Escassez de corpo técnico capacitado; III - Escassez de pessoal.	I - Descontrole em relação ao ciclo dos processos; II - Centralização do conhecimento em pessoas específicas; III - Ausência de manuais e rotinas administrativas; IV - Possível uso do cargo ou função pública para interesses privados (abuso de autoridade ou poder); V - Desconhecimento e falta de priorização dos processos de trabalho.	I - Estratégico; II - Operacional.	4	4	16	I - Não há controle.
Despesa sem prévio empenho	I - Falta de atenção do fiscal de contrato e/ou da unidade de orçamento; II - Falta de comunicação interna; III - Contingenciamentos orçamentários e crise fiscal; IV - Pressa para obter serviço/aquisição; V - Falta de capacitação.	I - Achado de auditoria; II - Restrição contábil; III - Apuração de responsabilidade.	I - Orçamentário; II - Integridade; III - Conformidade.	2	3	6	I - Planilha de controle orçamentário das despesas administrativas; II - Atuação dos gestores buscando recursos junto ao Ministério visando o reforço do empenho; III - Capacitação dos servidores.

OBJETIVO: MAPEAR E ORGANIZAR PROCESSOS DE TRABALHO (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Atraso na execução orçamentária	I - Falta de atenção, perda de prazos; II - Devolução de processo pela descoberta de erros; III - Falta de servidores; IV - Falta de recursos orçamentários.	I - Prejuízo a fornecedores; II - Suspensão da prestação de serviços para a Sudeco; III - Atraso na execução de convênios.	I - Orçamentário; II - Operacional; III - Reputação.	3	3	9	I - Existência de Planilhas de empenhos e pagamentos; II - Controles de prazos pelos fiscais de contratos e empresas/favorecidos; III - Capacitação de servidores; IV - Supervisão das chefias e conformidade de registro de gestão.
Vazamento de informações sensíveis nos processos financeiros	I - Tramitação de processos de Pessoal e do FDCO, contendo informações sigilosas; II - Uso indevido e vazamento de informação sigilosa, possivelmente mediante propina; III - Sentimento de impunidade; IV - Falta de cuidado no compartilhamento de informações sensíveis.	I - Dano à reputação da Autarquia; II - Punição a servidor; III - Constrangimento pessoal.	I - Integridade; II - Operacional; III - Estratégico.	1	3	3	I - Atribuição de restrição no SEI e limitação de tramitação por poucas unidades; II - Capacitação das equipes responsáveis pela tramitação dos documentos.

OBJETIVO: MAPEAR E ORGANIZAR PROCESSOS DE TRABALHO (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Fragilidade na segurança dos dados das contratações	I - Má conduta dos agentes envolvidos nos processos licitatórios; II - Instabilidade nos sistemas eletrônicos de compras do Governo Federal.	I - Vazamento de informações estratégicas do negócio e da Instituição; II - Divulgação de dados pessoais sobre os clientes, colaboradores, fornecedores e gestores da Instituição; III - Perda de dados institucionais.	I - Estratégico; II - Operacional; III - Integridade.	2	4	8	I - Capacitação de servidores; II - Supervisão minuciosa das chefias e coordenações imediatas.
Corrupção no processo licitatório	I - Desrespeito à legislação; II - Ação dolosa do agente público; III - Sentimento de impunidade.	I - Exposição negativa da imagem da Instituição e dirigentes; II - Contratações superestimadas; III - Dano à reputação da Autarquia; IV - Responsabilização de servidor.	I - Estratégico; II - Reputação; III - Integridade.	1	5	5	I - Capacitação de servidores; II - Supervisão minuciosa das chefias e coordenações imediatas; III - Atuação das comissões de análise de conduta dos servidores (Auditoria e NAD).
Retrabalho ou inexecução das atividades	I - Imprecisão ou falta de definição clara dos papéis de cada área institucional.	I - Perda de tempo (mais de uma área produzindo o mesmo serviço ou mesmo nenhuma área produzindo); II - Mal aproveitamento do corpo técnico.	I - Operacional; II - Estratégico.	3	3	9	I - Controles internos de algumas áreas em relação a suas atividades.

OBJETIVO: MAPEAR E ORGANIZAR PROCESSOS DE TRABALHO (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Realização de pagamento indevido	I - Roubo de senhas; II - Ação dolosa de agente público; III - Erro operacional; IV - Processo com vícios, erros.	I - Desvio de dinheiro; II - Falta de recursos; III - Dano à reputação da Autarquia; IV - Punição, responsabilização de servidor.	I - Integridade; II - Operacional; III - Reputação.	1	4	4	I - Limitação do número de cadastradores; II - Análise periódica da lista de usuários e dos perfis concedidos; III - Rotina de Conformidade de Registro de Gestão; IV - Atuação da Auditoria interna; V - Segregação de função; VI - Consulta ao SICAF; VII - Capacitação ao servidor; VIII - Análise do processo (checklist).
Recebimento de propina para pagamento	I - Ação dolosa mediante corrupção ativa ou passiva; II - Interposição de condição para realizar ou agilizar pagamento mediante propina; III - Sentimento de impunidade.	I - Dano à reputação da Instituição; II - Punição a servidor.	I - Integridade; II - Reputação.	1	5	5	I - Existência de planilhas de pagamentos com definição prévia da ordem cronológica; II - Controles de prazos pelos fiscais de contratos e empresas/favorecidos; III - Supervisão das chefias; IV - Liberações financeiras decididas pelo Ministério.

OBJETIVO: MAPEAR E ORGANIZAR PROCESSOS DE TRABALHO (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Inserção indevida de informações em sistemas (SIAFI, Plataforma +BRASIL)	I - Roubo de senhas; II - Ação dolosa de agente público; III - Erro operacional.	I - Beneficiar interessado indevidamente.	I - Integridade; II - Operacional; III - Conformidade.	3	3	9	I - Limitação do número de cadastradores; II - Análise periódica da lista de usuários e dos perfis concedidos; III - Rotina de Conformidade de Registro de Gestão; IV - Atuação da Auditoria interna; V - Segregação de função.
Demora na análise de prestação de contas	I - Falta de gestão, planejamento; II - Falta de colaboradores; III - Grande passivo existente; IV - Desídia; V - Falta de capacitação; VI - Estrutura de cargos deficitária; VII - Atraso de vistoria; VIII - Falta de fluxograma, mapeamento de processo; IX - Falhas no processo de notificação dos convenientes.	I - Aumento do passivo; II - Prescrição processual; III - Cobrança de órgãos de controle; IV - Dificuldade no resgate de informações antigas; V - Diminuição da probabilidade de devolução de recursos.	I - Operacional; II - Integridade; III - Conformidade.	5	4	20	I - Planejamento e estabelecimento de metas; II - Divisão de tarefas; III - Adesão à análise preditiva; IV - Articulação com a Auditoria; V - Cobrança dos órgãos de controle interno e externo; VI - Capacitação dos servidores.

OBJETIVO: MAPEAR E ORGANIZAR PROCESSOS DE TRABALHO (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Erro na análise de prestação de contas	I - Falta de capacitação; II - Pressa; III - Adulteração de documentação ou apresentação de documento forjado; IV - Passivo existente; V - Demora na análise; VI - Falta de ferramentas tecnológicas; VII - Falha na definição do valor a ser glosado.	I - Imputação indevida de culpa; II - Eximir de culpa o que cometeu erro; III - Enriquecimento sem causa da administração federal; IV - Deixar de cobrar dano ao erário; V - Devolução de processo e retrabalho; VI - Responsabilização de servidor.	I - Operacional; II - Conformidade; III - Estratégico; IV - Integridade.	3	4	12	I - Checklist; II - Capacitação dos servidores; III - Planejamento da rotina de trabalho; IV - Avaliação e monitoramento da chefia imediata; V - Vinculação de processo ao colaborador durante toda a análise.
Erro na classificação ou registro orçamentário, contábil	I - Falta de atenção; II - Sobrecarga de demandas.	I - Achado de auditoria; II - Restrição contábil.	I - Operacional; II - Conformidade.	2	2	4	I - Rotina de Conformidade de Registro de Gestão; II - Atuação da Auditoria interna; III - Segregação de função; IV - Capacitação de servidores; V - Supervisão das chefias; VI - Supervisão da Setorial Contábil.

OBJETIVO: MAPEAR E ORGANIZAR PROCESSOS DE TRABALHO (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Adoção de procedimentos diferentes para casos semelhantes em financiamentos do FDCO	I - Ausência de mapeamentos dos processos e padronização de procedimentos; II - Possíveis erros na análise processual.	I - Decisões baseadas em critérios não técnicos; II - Má utilização dos Fundos como instrumento da política de desenvolvimento regional.	I - Operacional; II - Reputação; III - Estratégico.	3	4	12	I - Supervisão da chefia imediata.

OBJETIVO: MOTIVAR E QUALIFICAR CORPO TÉCNICO (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Clima organizacional não favorável	I - Disputa interna; II - Dificuldade de relacionamento entre as pessoas; III - Falta de afinidade com a área de trabalho; IV - Ocorrências de casos de assédio moral e/ou sexual; V - Propagação de informações equivocadas.	I - Baixa produtividade do corpo técnico; II - Alta evasão de profissionais; III - Aumento de absenteísmo.	I - Operacional; II - Reputação.	4	4	16	I - Atuação de órgãos de controle e denúncia: Comissão de Ética, Auditoria, NAD, Ouvidoria, etc; II - Eventos de conscientização, motivação e confraternização; III - Capacitação em desenvolvimento pessoal; IV - Difusão de comunicados por e-mail; V - Pesquisa de Clima Organizacional.

OBJETIVO: MOTIVAR E QUALIFICAR CORPO TÉCNICO (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Não qualificação do corpo técnico	I - Falha na fiscalização da capacitação continuada dos terceirizados que deveria ser realizada pelas empresas contratadas; II - Ausência de plano de cargos e salários; III - Escassez de capacitação em assuntos específicos; IV - Falta de apoio dos gestores; V - Desinteresse dos servidores em buscar capacitação relacionada à sua área de atuação; VI - Despreparo dos gestores em gerir pessoas.	I - Ineficácia da prestação de serviços; II - Morosidade da prestação de serviços; III - Desmotivação da equipe técnica.	I - Estratégico; II - Operacional.	3	4	12	I - Plano de capacitação elaborado anualmente pelo RH, com colaboração das Diretorias (Plano de Desenvolvimento de Pessoas).
Ingerência externa ou interna na prestação de contas	I - Intervenção de autoridades ou pessoas interessadas no processo; II - Indefinição de competências; III - Assédio moral.	I - Deterioração do clima organizacional; II - Evasão de servidor; III - Alteração indevida de parecer; IV - Atraso na inclusão em inadiplência e/ou emissão do parecer; V - Responsabilização de agente público.	I - Integridade; II - Reputação; III - Conformidade; IV - Operacional.	4	4	16	I - Não há controle.

OBJETIVO: MOTIVAR E QUALIFICAR CORPO TÉCNICO (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Excesso de trabalho	I - Redução da força de trabalho; II - Aumento da demanda de serviços; III - Falta de estabelecimento de prioridades pela alta gestão.	I - Estresse do servidor; II - Redução da produtividade por estafa e desmotivação; III - Aumento do absenteísmo.	I - Operacional; II - Estratégico.	3	4	12	I - Não há controle.
Escassez de instrumentos ou programas de incentivo financeiro	I - Redução ou eliminação de incentivos ao servidor por indisponibilidade orçamentária.	I - Limita o poder de ação dos gestores no encorajamento ao aumento da produtividade.	I - Operacional.	5	4	20	I - Não há controle.
Evasão de servidores	I - Assédio moral e/ou sexual; II - Clima organizacional ruim; III - Ausência de gestão por competência; IV - Contenção de gastos do Governo Federal; V - Falta de reposição inflacionária nas remunerações.	I - Servidores desmotivados e sobrecarregados; I - Busca do servidor por recolocação profissional; III - Desmotivação e diminuição do engajamento do servidor com a Autarquia.	I - Operacional; II - Estratégico.	4	5	20	I – Portaria nº 259, de 25 de novembro de 2019, que estabelece critérios e procedimentos para cessão de servidores para o exercício de cargo em comissão, função de confiança, função comissionada do Poder Executivo ou gratificações dos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.

OBJETIVO: IMPLANTAR A GESTÃO POR COMPETÊNCIA (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Inexistência de gestão por competência	I - Ausência de mapeamento de processos; II - Escassez de gestores capacitados; III - Desinteresse dos gestores; IV - Interferência política nas indicações da alta administração.	I - Clima organizacional desfavorável; II - Entrega de resultados e/ou produtividade deficiente; III - Descontinuidade da gestão.	I - Estratégico; II - Conformidade.	3	5	15	I - Não há controle.
Indicação de profissionais que não tenham perfil e qualificação para desempenhar os cargos ou funções	I - Não atendimento aos critérios para a realização da seleção de profissionais; II - Falta de um plano de sucessão para os cargos de chefias e coordenações; III - Falta de interesse dos servidores em se qualificar.	I - Queda de produtividade; II - Desmotivação da equipe; III - Prejuízo ao clima organizacional; IV - Sobrecarga de responsabilidades em outras áreas.	I - Estratégico; II - Operacional; III - Integridade.	3	4	12	I - Adoção do Formulário que estabelece critérios mínimos para ocupação de DAS/FCPE (Decreto nº 9.727, de 15/03/2019).

OBJETIVO: AMPLIAR INVESTIMENTO EM TIC (DIMENSÃO: APRENDIZADO, CRESCIMENTO E TIC)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Escassez de investimentos (pessoal e recursos) em TIC	I - Carência de servidores com formação em TIC na Autarquia; II - Falta de recursos.	I - Não atualização ou contratação de softwares, equipamentos e serviços de interesse da Autarquia; II - Não desenvolvimento de sistemas que auxiliem a execução e o controle das atividades das áreas.	I - Estratégico; II - Orçamentário.	3	4	12	I - O RH e a DTI buscam a cessão de servidores com formação na área para atuar na Sudeco.
Falta de priorização de projetos de TIC	I - Trabalho com prazos mínimos; II - Imprecisão do planejamento das ações; III - Alterações frequentes no escopo dos serviços.	I - Não atingimento dos objetivos do PDTIC.	I - Estratégico.	3	4	12	I - Trabalho contínuo de conscientização da importância de projetos TIC junto à alta administração; II - Cumprimento de metas e prazos estabelecidos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), com acompanhamento das chefias e coordenações.
Flutuações de câmbio	I - instabilidade econômica.	I - Possibilidade de compra de equipamento ou software com valores elevados; II - Imprevisibilidade dos custos; III - Pesquisa de preços não refletir a realidade.	I - Estratégico; II - Orçamentário.	4	3	12	I - Não há controle (evento externo).

OBJETIVO: AMPLIAR PARCERIAS PARA FOMENTAR INVESTIMENTOS (DIMENSÃO: PROCESSOS INTERNOS)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Realização de parcerias sem uma avaliação mais criteriosa (técnica e de gestão)	I - Definição de parceiros sem a utilização de critérios claros; II - Pouco conhecimento a respeito da atuação dos parceiros escolhidos; III - Falha de comunicação entre as Diretorias; IV - Articulação deficiente; V- Escassez de corpo técnico capacitado.	I - Realização de parcerias que não tragam resultados efetivos para a sociedade; II - Imagem negativa da Sudeco perante à sociedade; III - Não desenvolvimento de ações que visem o desenvolvimento regional, a inovação, a geração de empregos.	I - Estratégico; II - Reputação.	3	4	12	I - Emissão de documentos oficiais com posicionamento técnico acerca das atribuições e dos temas tratados pela Sudeco.

OBJETIVO: AMPLIAR A PROMOÇÃO INSTITUCIONAL (DIMENSÃO: PROCESSOS INTERNOS)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Assunção de promessas não possíveis de serem cumpridas	I - Não envolvimento da área técnica para analisar as promessas antes de serem assumidas; II - Pouco conhecimento dos gestores a respeito das possibilidades de atuação da Sudeco.	I - Desconfiança da sociedade em relação à capacidade da Sudeco cumprir as promessas assumidas e, por consequência, sua missão institucional; II - Imagem negativa da Sudeco perante à sociedade; III - Não implementação de projetos que atendam aos anseios da sociedade.	I - Reputação.	3	4	12	I - Emissão de documentos oficiais com posicionamento técnico acerca das atribuições e dos temas tratados pela Sudeco.
Ocorrência de publicidade de casos de assédio moral e/ou sexual	I - Sentimento de impunidade; II - Despreparo comportamental dos colaboradores; III - Instabilidade Emocional.	I - Imagem negativa da Sudeco perante à sociedade; II - Clima organizacional não favorável; III - Aumento do absenteísmo; IV - Instabilidade Emocional.	I - Reputação.	3	4	12	I - Atuação de órgãos de controle e denúncia: Comissão de Ética, Auditoria, NAD, Ouvidoria, etc; II - Realização de palestras educativas sobre o assunto; III - Existência e divulgação de Manual sobre Assédio Moral (TST).

OBJETIVO: AMPLIAR A PROMOÇÃO INSTITUCIONAL (DIMENSÃO: PROCESSOS INTERNOS)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Perder o prazo legal de resposta das manifestações recebidas pela Ouvidoria	I - Desorganização da equipe da Ouvidoria ou da área técnica responsável pela resposta; II - Desconhecimento das normas de ouvidoria quanto ao atendimento e prazos; III - Respostas insatisfatórias pelas áreas técnicas e pedido de complementação; V - Manifestação complexa ou trabalhosa; VI - Receio na divulgação da informação solicitada pelo cidadão.	I - Insatisfação do cidadão; II - Sanções dos órgãos de controle; III - Afetar negativamente a imagem da Ouvidoria.	I - Operacional; II - Reputação; III-Conformidade.	1	3	3	I - Existência da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que versa sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.; II- Monitoramento e cumprimento da lei.
Desvio de finalidade na promoção institucional	I - Gestores que abusam de sua posição em favor de interesses pessoais; II - Descontinuidade das ações.	I - Ausência de identidade da Superintendência; II - Descontinuidade das ações da Sudeco.	I - Integridade; II - Estratégico; III - Reputação.	3	4	12	I - Existência do Planejamento Estratégico da Instituição; II - Lei de criação da Sudeco (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009).

OBJETIVO: AMPLIAR A PROMOÇÃO INSTITUCIONAL (DIMENSÃO: PROCESSOS INTERNOS)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Deficiência da Promoção Institucional	I - Pouca divulgação da Sudeco (externa e internamente); II - Distribuição deficitária do orçamento de publicidade pelo Ministério; III - Divulgação inadequada dos projetos.	I - Enfraquecimento da Instituição e possível extinção da Autarquia; II - Desconhecimento da Autarquia pela sociedade.	I - Operacional; II - Orçamentário; III- Reputação.	3	3	9	I - Atualização do mailing de imprensa; II - Análise frequente de dados fornecidos, como os do FCO, o que permite a elaboração e divulgação de notícias de interesse da Instituição; III - Análise frequente dos dados do Google Analytics referentes ao site da Sudeco para o direcionamento de ações de comunicação, como a produção de notícias e a elaboração de conteúdos institucionais.

OBJETIVO: AMPLIAR A PROMOÇÃO INSTITUCIONAL (DIMENSÃO: PROCESSOS INTERNOS)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Demora na execução dos convênios	I - Demora na aprovação de projetos básicos (em virtude do corpo técnico reduzido ou da não apresentação de documentação pelo convenente); II - Demora na liberação de repasses.	I - Percepção de ineficiência da Instituição pelo público externo; II - Desestímulo à destinação de recursos à Autarquia.	I - Reputação; II - Operacional; III - Orçamentária.	4	4	16	I - Priorização da análise de documentação de Projeto Básico e/ou Termo de Referência, que foram apresentados completos. II - Encaminhamento de notificações aos convenientes cobrando a entrega de documentação pendente.

OBJETIVO: VIABILIZAR ESTUDOS E PROJETOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DIMENSÃO: PROCESSOS INTERNOS)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Promoção de estudos e projetos ineficazes	I - Má definição do escopo dos estudos e projetos; II - Parcerias com instituições sem capacidade para a realização desses estudos e projetos; III- Descontinuidade dos projetos.	I - Utilização de recursos públicos de maneira inadequada; II - Implementação de ações que não promovam o desenvolvimento regional.	I - Estratégico.	3	4	12	I - Existência de normativos que tratam de transferências voluntárias, como a Portaria nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; a Resolução nº 12, de 04 de abril de 2019, que dispõe sobre requisitos para a alocação de recursos do orçamento da Sudeco; entre outras; II - Acompanhamento da execução dos estudos e projetos por meio da realização de vistorias e da análise dos documentos encaminhados pelos proponentes e/ou convenientes.
Indisponibilidade de orçamento para a realização de estudos e projetos (inclusive os decorrentes dos estudos)	I - Cortes constantes no orçamento da Sudeco; II - Falta de interesse do gestor na aplicação dos recursos em estudos; III - Desinteresse político.	I - Não ocorrer a realização de estudos e projetos importantes para promover o desenvolvimento regional.	I - Orçamentário; II - Estratégico.	3	5	15	I - Não há controle.

OBJETIVO: VIABILIZAR ESTUDOS E PROJETOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DIMENSÃO: PROCESSOS INTERNOS)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Execução inadequada dos estudos e projetos	I - Ação dolosa mediante corrupção; II - Sentimento de impunidade; III - Intervenção inadequada de pessoas interessadas em processos específicos; IV - Fiscalizações realizadas de maneira inapropriada; V - Equipe técnica reduzida.	I - Utilização de recursos públicos de maneira inadequada; II - Implementação de ações que não promovam o desenvolvimento regional.	I - Operacional; II - Estratégico.	3	4	12	I - Existência de normativos que tratam de transferências voluntárias, como a Portaria nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse; a Resolução nº 12, de 04 de abril de 2019, que dispõe sobre requisitos para a alocação de recursos do orçamento da Sudeco; entre outros; II - Acompanhamento da execução dos estudos e projetos por meio da realização de vistorias e da análise dos documentos encaminhados pelos proponentes e/ou convenientes. III - TCE's abertas.

OBJETIVO: VIABILIZAR ESTUDOS E PROJETOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DIMENSÃO: PROCESSOS INTERNOS)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Falta de corpo técnico especializado	I - Evasão de colaboradores; II - Ausência de novo concurso público; III - Poucas capacitações relacionadas ao tema Desenvolvimento Regional disponíveis no mercado.	I - Colaboradores despreparados para desempenhar certas atividades; II - Adoção de estudos e projetos inadequados para promover um efetivo desenvolvimento regional.	I - Operacional; II - Estratégico.	4	4	16	I - Não há controle.
Impossibilidade de celebração de contrato de repasse	I - Extrapolação do escopo (objeto) do contrato com a mandatária (atualmente firmado com a Caixa Econômica Federal).	I - Celebração de convênios em quantidade desproporcional em relação à capacidade de acompanhamento; II - Diminuição da capacidade de acompanhamento de convênios em andamento.	I - Operacional; II - Reputação; III - Estratégico.	2	5	10	I - Não há controle.
Incapacidade de acompanhamento de convênios celebrados	I - Aumento de convênios celebrados; II - Recurso humano limitado; III - Existência de elevado passivo de convênios sub-rogados.	I - Demora na aprovação de projetos básicos; II - Liberação intempestiva de repasse; III - Indução à necessidade de reprogramação, realinhamento dos projetos por demora na execução; IV - Extinção de convênios sem execução.	I - Operacional; II - Reputação; III - Estratégico.	4	5	20	I - Não há controle.

OBJETIVO: FOMENTAR O ACESSO AOS FUNDOS (DIMENSÃO: SOCIEDADE)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Equipe técnica insuficiente e/ou não especializada	I - Saída de servidores da equipe sem reposição; II - Servidores com formação não compatível com a necessidade da área.	I - Execução de ações e programas ineficazes e intempestivos; II - Evasão de servidores; III - Desmotivação dos servidores.	I - Operacional; II - Estratégico.	4	4	16	I - Não há controle.
Falha na divulgação dos Fundos	I - Estratégia utilizada na divulgação não atinge o público-alvo; II - Utilização do evento para promoção pessoal; III - Ausência de servidores com perfil para viagens e palestras; IV - Falta de recurso para confecção de material de divulgação e pagamento de diárias e passagens.	I - Aplicação dos recursos fica concentrada nos grandes centros.	I - Reputação; II - Orçamentário; III - Operacional.	3	4	12	I – Não há controle.

OBJETIVO: FORTALECER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DIMENSÃO: SOCIEDADE)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Falta de corpo técnico especializado	I - Evasão de colaboradores; II - Ausência de novo concurso público; III - Escassez de capacitações relacionadas ao tema Políticas Públicas.	I - Colaboradores despreparados para desempenhar certas atividades; II - Adoção de políticas inadequadas para promover um efetivo desenvolvimento regional.	I - Operacional; II - Estratégico.	5	4	20	I - Não há controle.
Ingerência política	I - Regulamentos internos desatualizados a respeito de atribuições e procedimentos a serem adotados; II - Escolha de gestores que não priorizem critérios técnicos para a tomada de decisões; III - Falta de recursos de Plano de Ação.	I - Descontinuidade de atividades relevantes; II - Implementação de ações que levem em conta aspectos políticos e não técnicos.	I - Estratégico.	4	4	16	I - Emissão de documentos oficiais com posicionamento técnico acerca dos temas tratados pela Autarquia; II - Processo de atualização do Regimento Interno da Sudeco; III - Edição do Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, que estabelece os critérios a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

OBJETIVO: FORTALECER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DIMENSÃO: SOCIEDADE)							
IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCOS				AVALIAÇÃO DOS RISCOS			
EVENTOS DE RISCOS	CAUSAS	EFEITOS / CONSEQUÊNCIAS	CATEGORIAS DO RISCO	RISCO INERENTE			IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES
				PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE (NRI)	DESCRIÇÃO DO CONTROLE EXISTENTE
Gestão inadequada	I - Pouco conhecimento a respeito de quais ações proporcionam melhores resultados para a sociedade; II - Escassez de capacitações que contribuam para melhorar a qualidade da gestão.	I - Falta de continuidade de atividades relevantes; II - Implementação de ações com baixa efetividade junto à sociedade.	I - Estratégico.	3	5	15	I - Existência de Planejamento Estratégico aprovado pela Diretoria Colegiada da Sudeco; II - Edição do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); III - Existência do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) aprovado pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco).

	Coordenação-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional (CGEPDR)
	Ouvidoria
	Diretoria de Administração (DA)
	Gabinete
	Diretoria de Planejamento e Avaliação (DPA)
	Coordenação-Geral de Gestão de Fundos e Promoção de Investimentos (CGGFPI)

	Riscos críticos (com nível de risco inerente acima de 13)
--	---

Observação: de acordo com o Decreto nº 8.890, de 27 de outubro de 2016, a Coordenação-Geral de Execução de Programas de Desenvolvimento Regional (CGEPDR) e a Coordenação-Geral de Gestão de Fundos e Promoção de Investimentos (CGGFPI) fazem parte da Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF).

7.2 – Anexo referente ao capítulo 6 – Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Declaração da contadora

O propósito desta declaração leva em consideração as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI, tendo como base os Princípios e Normas Contábeis aplicados ao setor público como a Lei 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP.

As Demonstrações Contábeis da Sudeco são as seguintes:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

A conformidade contábil das demonstrações é realizada mensalmente de acordo com os procedimentos descritos na Macrofunção 02.03.15 do Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes do SIAFI, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

A implantação do sistema SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços possibilitou o melhor controle dos estoques de materiais e bens patrimoniais na Autarquia. O SIADS permite o registro e o cálculo automático da depreciação dos bens permanentes e amplia a automação do registro contábil, ao possibilitar que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no SIAFI em tempo real.

Ressalvas

Restrição	Descrição
315	Falta/Restrição Conformidade Registros Gestão
643	Falta Amortização Ativo Intangível
657	Convênios a Aprovar com data expirada
674	Saldos Alongados em Contas Transitórias no Passivo Circulante
773	TED a comprovar com data expirada

Justificativas da permanência

Restrição 315

Designação para atuar como responsável pela Conformidade de Gestão conforme Portaria nº 263, de 05 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, sem poder participar de capacitação em virtude do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, e da Instrução Normativa nº 201, de 11 de setembro de 2019, que dispõem sobre a nova Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, impossibilitando o conhecimento necessário para o desempenho da função.

Restrição 643

O Ativo Intangível é mensurado pelo custo do desenvolvimento, representado pelo valor do contrato e respectivos aditivos. Entretanto, o reconhecimento da amortização encontra-se em estágio de implementação pela parte do Patrimônio da Sudeco.

Restrição 657 e 773

- Corte orçamentário: gerando mudanças no planejamento financeiro e acarretando atrasos;
- Insuficiência e/ou indisponibilidade de recursos humanos capacitados, gerando dificuldades para execução;
- Atrasos no envio de documentação comprobatória para análise da prestação de contas.

Restrição 674

Devido às Ordens Bancárias da folha de pagamento do mês de dezembro terem sido geradas somente no dia 03/01/2020, ocasionando assim saldos nas contas do passivo.

Providências tomadas

Alinhamento com os setores envolvidos, envidando esforços com o intuito de melhorar os processos internos a fim de evitar danos à Instituição. A título de exemplo, abertura de processo no SEI (nº 59800.000925/2018-15) específico para acompanhar as restrições contábeis no SIAFI dos registros de transferências voluntárias com a lista de todas as transferências com registro no SIAFI, evidenciando os que estão expirados e com saldos pendentes, a fim de auxiliar a análise das áreas finalísticas para regularização de eventuais pendências.

Declaração

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis do SIAFI: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrativo do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, exceto no tocante às ressalvas apontadas.

Brasília, 01 de março de 2020.

Ana Yukie Nakandakari Ishihara

CRC nº 022152/O-DF

Contadora

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

ATIVO	NE	2019	2018
Ativo Circulante		10.369.052,84	7.477.029,61
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	8.316.591,88	7.097.735,26
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	2.002.864,32	326.940,23
Estoques		49.596,64	52.354,12
Ativo Não Circulante		5.462.491,79	5.589.180,25
Ativo Realizável a Longo Prazo		211.201,39	211.201,39
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		211.201,39	211.201,39
Imobilizado	3	1.944.728,35	2.071.416,81
Bens Móveis		1.944.728,35	2.071.416,81
Bens Móveis		4.348.723,74	3.957.598,07
(-) Depreciação de Bens Móveis		-2.403.995,39	-1.886.181,26
Intangível	4	3.306.562,05	3.306.562,05
Softwares		3.306.562,05	3.306.562,05
Total do Ativo		15.831.544,63	13.066.209,86
PASSIVO	NE	2019	2018
Passivo Circulante	5	66.218.539,98	92.488.911,85
Obrigações Trabalh.Previd. E Assist. a Curto Prazo		1.026.492,32	603.717,24
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		217.808,36	58.260,08
Demais Obrigações a Curto Prazo		64.974.239,30	91.826.934,53
Passivo Não Circulante		-	-
Total do Passivo Exigível		66.218.539,98	92.488.911,85
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Resultados Acumulados		-50.386.995,35	-79.422.701,99
Resultado do Exercício	6	8.713.758,39	6.805.535,09
Resultados de Exercícios Anteriores		-79.422.701,99	-87.776.991,25
Ajustes de Exercícios Anteriores	7	20.321.948,25	1.548.754,17
Total do Patrimônio Líquido		-50.386.995,35	-79.422.701,99
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.831.544,63	13.066.209,86

Fonte: SIAFI.

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Ativo Financeiro	8.316.591,88	7.097.735,26	Passivo Financeiro	289.619.990,13	289.556.726,63
Ativo Permanente	7.514.952,75	5.968.471,60	Passivo Permanente	12.767.771,35	13.830.763,95
Saldo Patrimonial	286.556.216,85	290.321.280,72			

Quadro de Compensações

Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Saldos dos Atos	99.451.649,89	22.451.649,89	Saldos dos Atos	252.092.025,00	273.208.679,70
Potenciais Ativos			Potenciais Passivos		
Execução dos Atos	99.451.649,89	22.415.649,89	Execução dos Atos	252.092.025,00	273.208.679,70
Potenciais Ativos			Potenciais Passivos		
Direitos	99.450.000,00	22.450.000,00	Obrigações	247.924.485,33	269.674.771,13
Conveniados e			Conveniadas e		
Outros Instrumentos			Outros Instrumentos		
Direitos	1.649,89	1.649,89	Obrigações	4.167.539,67	3.533.908,57
Contratuais a			contratuais a		
Executar			Executar		
Total	99.451.649,89	22.451.649,89	Total	252.092.025,00	273.208.679,70

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

Destinação de Recursos	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários	-207.858.987,55
Recursos Vinculados	-73.444.410,70
Previdência Social (RPPS)	-
Receitas Financeiras	-77.723.225,42
Outros Recursos Vinculados a Fundos Órgãos e Programas	4.278.814,72
Total	-281.303.398,25

Fonte: SIAFI.

Demonstração das Variações Patrimoniais

	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas	120.040.865,77	203.100.480,17
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	408.839,15	77.704,19
Juros e Encargos de Mora	1.978,32	669,39
Remun. de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras	406.860,83	77.034,80
Transferências e Delegações Recebidas	112.292.398,02	195.003.227,94
Transferências Intragovernamentais	112.292.398,02	194.966.118,81
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	37.109,13
Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desincorpor. de Passivos	2.609.138,36	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.579.982,19	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	29.156,17	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.730.490,24	8.019.548,04
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.730.490,24	8.019.548,04
Variações Patrimoniais Diminutivas	111.327.107,38	196.294.945,08
Pessoal e Encargos	11.433.697,54	10.928.369,52
Remuneração a Pessoal	9.150.894,69	8.676.487,73
Encargos Patronais	1.390.398,58	1.486.584,58
Benefícios a Pessoal	702.808,82	765.297,21
Outras Var. Patrim. Diminut. - Pessoal e Encargos	189.595,45	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.637,00	1.318,50
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.637,00	1.318,50
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13.578.925,92	12.756.766,50
Uso de Material de Consumo	1.029.013,85	66.804,11
Serviços	12.032.097,94	10.566.248,58
Depreciação, Amortização e Exaustão	517.814,13	2.123.713,81
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.988,06	-
Juros e Encargos de Mora	5.988,06	-
Transferências e Delegações Concedidas	82.670.445,42	172.214.128,76
Transferências Intragovernamentais	42.681.436,26	149.605.165,76
Transferências Intergovernamentais	39.989.009,16	22.608.963,00
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorpor. de Passivos	3.469.417,15	302.655,73
Incorporação de Passivos	2.500.000,00	-
Desincorporação de Ativos	969.417,15	302.655,73
Tributárias	71.308,83	44.436,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	45.115,71	33.849,18
Contribuições	26.193,12	10.587,50
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	94.687,46	47.269,39
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	94.687,46	47.269,39
Resultado Patrimonial do Período	6 8.713.758,39	6.805.535,09

Fonte: SIAFI.

Balanço Orçamentário

Receitas

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Prev.Atualizada	Rec.Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	1.574.266,00	1.574.266,00	1.005.663,88	-568.602,12
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	398.788,13	398.788,13
Valores Mobiliários	-	-	398.788,13	398.788,13
Receitas de Serviços	1.574.266,00	1.574.266,00	-	-1.574.266,00
Serviços e Atividades	1.574.266,00	1.574.266,00	-	-1.574.266,00
Financeiras				
Outras Receitas Correntes	-	-	606.875,75	606.875,75
Demais Receitas Correntes	-	-	606.875,75	606.875,75
Receitas de Capital	-	-	-	-
Recursos Arrecad. em Exerc. Anteriores	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	1.574.266,00	1.574.266,00	1.005.663,88	-568.602,12
Refinanciamento	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	1.574.266,00	1.574.266,00	1.005.663,88	-568.602,12
Déficit			117.134.476,09	117.134.476,09
Total	1.574.266,00	1.574.266,00	118.140.139,97	116.565.873,97

Despesas

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	27.590.260,00	26.385.241,00	25.031.403,55	21.081.793,20	20.233.117,80	1.353.837,45
Pessoal e Encargos Sociais	11.967.543,00	11.982.124,00	11.814.100,55	10.036.381,18	9.442.711,29	168.023,45
Outras Despesas Correntes	15.622.717,00	14.403.117,00	13.217.303,00	11.045.412,02	10.790.406,51	1.185.814,00
Despesas de Capital	171.582.662,00	113.036.688,00	93.108.736,42	629.331,35	614.489,29	19.927.951,58
Investimentos	171.582.662,00	113.036.688,00	93.108.736,42	629.331,35	614.489,29	19.927.951,58
Subtotal das Despesas	199.172.922,00	139.421.929,00	118.140.139,97	21.711.124,55	20.847.607,09	21.281.789,03
Subtotal com Refinanciamento	199.172.922,00	139.421.929,00	118.140.139,97	21.711.124,55	20.847.607,09	21.281.789,03
Total	199.172.922,00	139.421.929,00	118.140.139,97	21.711.124,55	20.847.607,09	21.281.789,03

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	1.470.244,82	3.504.258,21	3.029.409,39	3.029.409,39	1.149.161,40	795.932,24
Pessoal e Encargos Sociais	309.147,14	169.250,15	189.595,45	189.595,45	288.801,84	-
Outras Despesas Correntes	1.161.097,68	3.335.008,06	2.839.813,94	2.839.813,94	860.359,56	795.932,24
Despesas de Capital	47.351.128,97	157.873.899,11	39.936.233,34	37.333.829,27	26.344.520,90	141.546.614,91
Investimentos	47.351.128,97	157.873.899,11	39.936.233,34	37.333.892,27	26.344.520,90	141.546.614,91
Total	48.821.373,79	161.378.157,32	42.965.642,73	40.363.301,66	27.493.682,30	142.342.547,15

Anexo 2 - Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldos
Despesas Correntes	133.334,88	664.784,12	664.784,12	109.156,17	24.178,71
Pessoal e Encargos Sociais	-	598.875,90	598.875,90	-	-
Outras Despesas Correntes	133.334,88	65.908,22	65.908,22	109.156,17	24.178,71
Despesas de Capital	67.277.096,30	10.582.145,20	11.649.558,52	16.251.628,55	49.958.054,43
Investimentos	67.277.096,30	10.582.145,20	11.649.558,52	16.251.628,55	49.958.054,43
Total	67.410.431,18	11.246.929,32	12.314.342,64	16.360.784,72	49.982.233,14

Fonte: SIAFI.

Balanço Financeiro

NE	2019	2018
INGRESSOS		
Receitas Orçamentárias	1.005.663,88	2.818.538,70
Ordinárias	-	-
Vinculadas	2.219.415,38	3.936.988,65
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.219.415,38	3.936.988,65
Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.213.751,50	-1.118.449,95
Transferências Financeiras Recebidas	112.292.398,02	194.960.564,81
Resultantes da Execução Orçamentária	22.200.372,43	23.497.238,15
Repassse Recebido	22.200.372,43	23.497.238,15
Independentes da Execução Orçamentária	90.092.025,59	171.463.326,66
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	88.872.539,03	169.226.426,76
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.219.486,56	2.236.899,90
Recebimentos Extraorçamentários	101.427.242,39	168.243.288,30
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	863.517,46	869.709,32
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	96.429.015,42	162.077.204,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.884,16	11.319,11
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.127.825,35	5.285.054,93
Ordens Bancárias não Sacadas- Cartão Pagamento	2.232,54	-
Arrecadação de Outra Unidade	4.125.592,81	5.278.713,53
Demais Recebimentos	-	6.341,40
Saldo do Exercício Anterior	7.097.735,26	7.995.934,51
Caixa e Equivalente de Caixa	7.097.735,26	7.995.934,51
TOTAL	221.823.039,55	374.018.326,32
DISPÊNDIOS		
Despesas Orçamentárias	118.140.139,97	186.331.252,22
Ordinárias	63.233.869,93	158.163.257,98
Vinculadas	54.906.270,04	28.167.994,24
Receitas Financeiras	54.644.152,82	26.653.994,24
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	262.117,22	1.514.000,00
Transferências Financeiras Concedidas	42.681.436,26	149.605.165,76
Resultantes da Execução Orçamentária	6.337.393,21	2.258.286,09
Repassse Concedido	-	58.286,09
Sub-repassse Concedido	6.337.393,21	-
Repassse Devolvido	-	2.200.000,00
Independentes da Execução Orçamentária	36.344.043,05	147.346.879,67

Transferências Concedidas para Pagamento de RP	30.998.963,68	139.831.266,24
Movimento de Saldos Patrimoniais	5.345.079,37	7.515.613,43
Pagamentos Extraorçamentários	52.684.871,44	30.984.173,08
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	12.314.342,64	20.926.814,09
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	40.363.301,66	10.046.039,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.884,16	11.319,11
Outros Pagamentos Extraorçamentários	342,98	-
Demais Pagamentos	342,98	-
Saldo para o Exercício Seguinte	8.316.591,88	7.097.735,26
Caixa e Equivalente de Caixa	8.316.591,88	7.097.735,26
TOTAL	221.823.039,55	374.018.326,32

Fonte: SIAFI.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	1.985.495,29	-434.945,88
Ingressos	117.430.538,87	203.075.477,55
Receitas Derivadas e Originárias	1.005.663,88	2.818.538,70
Remuneração das Disponibilidades	398.788,13	77.034,80
Outras Receitas Derivadas e Originárias	606.875,75	2.741.503,90
Outros Ingressos das Operações	116.424.874,99	200.256.938,85
Ingressos Extraorçamentários	6.884,16	11.319,11
Transferências Financeiras Recebidas	112.292.398,02	194.960.564,81
Arrecadação de Outra Unidade	4.125.592,81	5.278.713,53
Demais Recebimentos	-	6.341,40
Desembolsos	-115.445.043,58	-203.510.423,43
Pessoal e Demais Despesas	-22.294.049,90	-19.436.874,35
Administração	-22.296.282,44	-19.436.874,35
Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento	2.232,54	-
Transferências Concedidas	-50.462.330,28	-34.457.064,21
Intergovernamentais	-49.031.301,41	-31.742.697,90
A Estados e/ou Distrito Federal	-10.314.382,15	-4.452.659,00
A Municípios	-38.716.919,26	-27.290.038,90
Intragovernamentais	-1.431.028,87	-1.514.366,31
Outras Transferências Concedidas	-	-1.200.000,00
Outros Desembolsos das Operações	-42.688.663,40	-149.616.484,87
Dispêndios Extraorçamentários	-6.884,16	-11.319,11
Transferências Financeiras Concedidas	-42.681.436,26	-149.605.165,76
Demais Pagamentos	-342,98	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-766.638,67	-463.253,37
Desembolsos	-766.638,67	-463.253,37
Aquisição de Ativo Não Circulante	-391.071,34	-392.578,57
Outros Desembolsos de Investimentos	-375.567,33	-70.674,80
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.218.856,62	-898.199,25
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	7.097.735,26	7.995.934,51
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	8.316.591,88	7.097.735,26

Fonte: SIAFI.

Notas Explicativas

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

Conforme explanado no capítulo 6, as Demonstrações Contábeis – DCON da Sudeco foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicadas ao setor público, em especial, a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 10.180/2001. Além disso, foram feitas em consonância, também, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as normas e orientações do Órgão Central de Contabilidade da União, especialmente, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – 7ª Edição) e as demais orientações contidas no Manual SIAFI.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A estrutura e a composição delas estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.782/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

São apresentados, a seguir, os principais critérios e políticas contábeis adotados tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- **Moeda funcional** – a moeda funcional é o real.
- **Caixa e equivalentes de caixa** – incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Demais créditos e valores a curto prazo** – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.
- **Estoques** – compreendem o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.
- **Ativo realizável a longo prazo** – compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com dívida ativa. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original.

- **Imobilizado** – o imobilizado é composto pelos bens móveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Intangível** – os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).
- **Depreciação, amortização e exaustão de bens móveis** – a base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.
- **Passivos circulantes e não circulantes** – as obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.
- **Apuração do Resultado** – nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais, confrontando as variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas. Se o resultado for positivo, tem-se superávit patrimonial, caso contrário, déficit patrimonial.
 - **No Balanço Orçamentário** é apurado o resultado orçamentário. O valor da coluna receitas realizadas menos a despesa empenhada, se for positivo, tem-se um superávit orçamentário e, caso contrário, um déficit orçamentário.
 - **No Balanço Financeiro** ou na Demonstração do Fluxo de Caixa, é apurado o resultado financeiro confrontando o saldo atual de caixa e equivalência de caixa menos o saldo anterior. Se for positivo, será um superávit financeiro, caso contrário, um déficit financeiro. Essa apuração no resultado financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros. Nesse caso, se houver superávit, ele é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 548, de 24 de setembro de 2015, dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria, foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

Além dos processos realizados mensalmente citados na declaração da contadora, a Unidade Gestora encaminha a declaração do contador para compor o Relatório de Gestão Fiscal – RGF. Nessa declaração, o contador responsável declara se os demonstrativos contábeis, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD) constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa) estão regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133, de 21 de novembro de 2008, e refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Se tudo estiver de acordo, ele registra a declaração plena. Se houver alguma ressalva a fazer, o contador registra a declaração com ressalva.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa é praticamente composto pela Conta Única para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social.

Tendo em vista o Decreto nº 8.067/2013 e observada a Instrução Normativa STN nº 4, de 30 de agosto de 2004, fica autorizada, pela Secretaria do Tesouro Nacional, a aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional, mediante registro específico no SIAFI, dos valores registrados em Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, decorrentes da arrecadação no ano corrente e em exercícios anteriores de reembolsos de recursos do FDCO referentes à operação com empresas. Os recursos aplicados são receitas próprias referentes aos 2% previstos nas liberações do FDCO e as receitas de aplicações financeiras.

Visualiza-se a seguir sua composição:

Quadro 17 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	Valores em reais.	
	31/12/2019	31/12/2018
CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	4.834.055,41	4.798.839,48
Limite de Saque com Vinculação de PGTO	2.631.184,11	1.633.324,26
Lim de Saque C/Vinc. PGTO – Ordem PGTO	851.352,36	665.571,52
Total	8.316.591,88	7.097.735,26

Fonte: SIAFI.

Nota 2 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Quadro 18 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

	Valores em reais.	
	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos Concedidos	250.268,04	192.981,69
Créditos por Danos ao Patrimônio	133.958,54	133.958,54
Outros Cred. A Rec. E Valores – Adiantamento TED	1.618.637,74	
Total	2.002.864,32	326.940,23

Fonte: SIAFI.

Na composição da conta de Outros Créditos a Receber e Valores – Adiantamento TED, são registrados os valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada.

Nota 3 – Imobilizado

Os bens móveis da Sudeco, em 31/12/2019, totalizavam R\$ 1.944.728,35 (um milhão, novecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos) e estão distribuídos em itens patrimoniais conforme o quadro a seguir.

Quadro 19 – Bens Móveis – Composição

	Valores em reais.		
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	187.322,90	187.322,90	-
Bens de Informática	2.566.666,46	2.179.525,05	17,76
Móveis e Utensílios	816.133,92	812.392,60	0,46
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	46.535,99	46.293,05	0,52
Veículos	286.260,59	286.260,59	-
Demais Bens Móveis	445.803,88	445.803,88	-
Depreciação / Amortização Acumulada	(2.403.995,39)	(1.886.181,26)	27,45
Total	1.944.728,35	2.071.416,81	-6,12

Observação: AH – análise horizontal.

Fonte: SIAFI.

No exercício de 2019, foi realizada a reclassificação de alguns itens patrimoniais por equívoco na classificação contábil na data da contabilização, ocasionando um aumento ou uma diminuição em determinados itens, bem como também ocorreu a aquisição de novos itens conforme observa-se no quadro a seguir.

Quadro 20 – Vida útil, valor residual, custo, depreciação acumulada e saldo líquido

Título da Conta	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)	2019			2018		
			Custo (em R\$)	Deprec. Acum. (em R\$)	Saldo Líquido (em R\$)	Custo (em R\$)	Deprec. Acum. (em R\$)	Saldo Líquido (em R\$)
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10	4.479,00	-961,05	3.517,95	4.479,00	-692,85	3.786,15
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20	172.986,13	-52.073,09	120.913,04	172.986,13	-38.244,17	134.741,96
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10	10	680,78	-173,40	507,38	680,78	-112,20	568,58
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10	3.895,99	-518,72	3.377,27	3.895,99	-284,96	3.611,03
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10	5.281,00	-939,83	4.341,17	5.281,00	-465,47	4.815,53
Equipamentos de Tecnologia da Inform. E Comunicação/TIC	5	10	2.566.666,46	-1.706.236,63	860.429,83	2.179.525,05	-1.336.223,55	843.301,50
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10	11.047,17	-3.494,25	7.552,92	11.047,17	-2.501,37	8.545,80
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10	400,00	-192,00	208,00	400,00	-156,00	244,00
Mobiliário em Geral	10	10	804.686,75	-323.866,01	480.820,74	800.945,43	-251.577,58	549.367,85
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	10	242,94	-2,02	240,92	-	-	-
Equipamentos para Áudio, Vídeos e Fotos	10	10	46.293,05	-12.220,12	34.072,93	46.293,05	-8.054,80	38.238,25
Veículos em Geral	15	10	562,31	-81,49	480,82	562,31	-47,77	514,54
Veículos de Tração Mecânica	15	10	285.698,28	-116.060,68	169.637,60	285.698,28	-98.918,92	186.779,36
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10	425.273,28	-187.176,10	238.097,18	425.273,28	-148.901,62	276.371,66
Material de Uso Duradouro	-	-	20.530,60	-	20.530,60	20.530,60	-	20.530,60
Total			4.348.723,74	-2.403.995,39	1.944.728,35	3.957.598,07	-1.886.181,26	2.071.416,81

Fonte: SIAFI.

O SIADS permite o registro e o cálculo automático da depreciação de bens permanentes e amplia a automação do registro contábil ao possibilitar que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no SIAFI em tempo real.

Nota 4 – Intangível

O Ativo Intangível, em 31/12/2019, totalizava R\$ 3,3 milhões e está distribuído conforme o quadro a seguir:

Quadro 21 – Intangível – Composição

	Valores em reais.	
	31/12/2019	31/12/2018
Software com Vida Útil Definida	124.312,05	124.312,05
Software com Vida Útil Indefinida	3.182.250,00	3.182.250,00
Total	3.306.562,05	3.306.562,05

Fonte: SIAFI.

Em 2019 não houve nenhuma movimentação no Intangível. Salienta-se que não houve a amortização desses itens, o que causa uma superavaliação do Ativo na unidade.

Nota 5 – Passivo Circulante

A conta do Passivo Circulante é composta conforme a tabela abaixo:

Quadro 22 – Composição do Passivo Circulante

	Valores em reais.	
Passivo Circulante	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações Trabalh. Previd. E Assist. a Curto Prazo	1.026.492,32	603.717,24
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	217.808,36	58.260,08
Demais Obrigações a Curto Prazo	64.974.239,30	91.826.934,53
Total	66.218.539,98	92.488.911,85

Fonte: SIAFI.

O aumento de 70,03% em Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias foi devido às Ordens Bancárias da folha de pagamento do mês de dezembro terem sido geradas somente no dia 03/01/2020, ocasionando assim saldos elevados nas contas de passivo.

Nota 6 – Resultado Patrimonial

Quadro 23 – Resultado Patrimonial

	Valores em reais.	
	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do Exercício	8.713.758,39	6.805.535,09

Fonte: SIAFI.

O resultado patrimonial de 2019 aumentou em torno de 28% em relação a 2018, devido a uma redução de transferências intragovernamentais no exercício de 2019.

Com relação às transferências e delegações recebidas e concedidas, elas são resultado da programação financeira do exercício e para pagamento de restos a pagar. Além disso, variam de um ano para outro de acordo com a lei orçamentária anual e os limites definidos no decreto de programação financeira.

Nota 7 – Patrimônio Líquido

O quadro abaixo apresenta a evolução e a evidenciação das variações dos elementos do patrimônio líquido no exercício de 2019.

Quadro 24 – Patrimônio Líquido e Resultados de Exercícios Anteriores

Valores em reais.

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Líquido	-59.100.753,74	-86.228.237,08
Resultados de Exercícios Anteriores	-79.422.701,99	-87.776.991,25
Ajustes de Exercícios Anteriores	20.321.948,25	1.548.754,17

Fonte: SIAFI.

Durante o exercício de 2019, foram feitos lançamentos à conta de ajustes de exercícios anteriores, chegando à soma de R\$ 20,3 milhões, relativos ao cancelamento total ou parcial de notas de empenhos de convênios inscritos em restos a pagar.